

2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

VOLUME 6

DIREITOS HUMANOS COMO DIREITO DE TODOS, SEM EXCEÇÃO

CIDA ABREU
EDSON SANTOS
GERSEN JOSÉ BANIWA
KABENGELE MUNANGA
LAISY MORIÉRE
MÁRCIO MEIRA

MATILDE RIBEIRO
NILCÉA FREIRE
NILMÁRIO MIRANDA
PAULO VANNUCHI
TATAU GODINHO



EDITORA FUNDAÇÃO
PERSEU ABRAMO

2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO
VOLUME 6

DIREITOS HUMANOS
COMO DIREITOS DE TODOS,
SEM EXCEÇÃO

2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO
VOLUME 6

DIREITOS HUMANOS
COMO DIREITOS DE TODOS,
SEM EXCEÇÃO



FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Nilmário Miranda

Vice-presidente: Elói Pietá

Diretores: Flávio Jorge, Iole Ilíada, Paulo Fiorilo, Selma Rocha

COLEÇÃO 2003-2010 O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO

Coordenador: Elói Pietá

Organizadora do volume 6: Matilde Ribeiro

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação do original: Lizete Mercadante Machado

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 224 – 04117-091 São Paulo – SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo

www.fpabramo.org.br

www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D598 Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção / [organizadora] Matilde Ribeiro. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2010. 144 p. – (2003-2010 O Brasil em transformação ; v. 6)

ISBN 978-85-7643-093-3

1. Direitos humanos - Brasil. 2. Direitos humanos - Políticas públicas. 3. Direitos das mulheres - Brasil. 4. Igualdade racial. 5. Políticas indigenistas.
6. Políticas públicas inclusivas. 7. Brasil - Política e governo - 2003-. I. Ribeiro, Matilde.

CDU 342.7(81)
CDD 341.27

SUMÁRIO

- 7 **Apresentação**
Elói Pietá

- 9 **Introdução**
Matilde Ribeiro

CAPÍTULO PRIMEIRO: DIREITOS DA MULHER

- 15 **As conquistas nossas de cada dia**
Laisy Moriére
- 21 **Ações governamentais para os direitos das mulheres**
Nilcéa Freire
- 31 **Significados e desafios das políticas para as mulheres**
Tatau Godinho

CAPÍTULO SEGUNDO: IGUALDADE RACIAL

- 43 **A materialização da luta por igualdade racial**
Cida Abreu
- 51 **Do Parlamento ao Executivo: um grande aprendizado**
Edson Santos
- 61 **Lutas contínuas concretizam mudanças sociais e raciais**
Kabengele Munanga
- 73 **A valorização da descendência africana e a luta por um Brasil sem racismo**
Matilde Ribeiro

CAPÍTULO TERCEIRO: POLÍTICAS INDIGENISTAS

- 89 **As mudanças das políticas indigenistas no Brasil**
Gersen José dos Santos Luciano Baniwa
- 101 **O governo Lula e os povos indígenas**
Márcio Meira

CAPÍTULO QUARTO: DIREITOS HUMANOS

- 115 **A trilha institucional dos direitos humanos**
Nilmário Miranda
- 123 **Direitos humanos, responsabilidade do Estado com participação da sociedade**
Paulo Vannuchi

APRESENTAÇÃO

Este livro faz parte da coleção “2003-2010 O Brasil em transformação”, que a Fundação Perseu Abramo organizou a pedido do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como anunciamos no primeiro volume, o objetivo da coleção é “registrar mudanças ocorridas no Brasil durante os oito anos do governo dirigido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os livros que a compõem resultam de um trabalho coletivo realizado ao longo de 2009 e finalizado em 2010, elaborados a partir de exposições orais feitas por ministros e outros dirigentes do governo federal, além de intelectuais e lideranças sociais que também acompanharam de perto os acontecimentos nacionais neste período. Estas avaliações, gravadas em áudio e depois adaptadas a linguagem escrita por um organizador de cada livro, têm, ao final, os textos submetidos à aprovação de seus autores”.

A Fundação Perseu Abramo, instituída pelo Partido dos Trabalhadores em 1996 para promover a reflexão política, disseminar os conhecimentos produzidos, formar quadros políticos, preservar a memória do partido e da esquerda brasileira, apresenta agora o sexto volume da coleção, intitulado *Direitos Humanos como direitos de todos, sem exceção*, organizado por Matilde Ribeiro.

A Fundação agradece a generosa contribuição dos autores e dos organizadores, e, do mesmo modo, agradece a Fundação Friedrich Ebert (FES), que também contribuiu para a publicação dos primeiros livros da coleção.

Haverá, ainda, um outro volume sobre as chamadas políticas sociais, que está em fase final de preparação, contendo a avaliação, em especial, da educação, da cultura, da saúde, dos esportes, das políticas para juventude e de

habitação popular. Desse volume fará parte também um balanço das políticas desenvolvidas em ciência e tecnologia.

Grandes temas ainda serão avaliados em outros volumes: o papel do Estado e das empresas estatais, democracia brasileira e cidadania. Com isso, buscamos contribuir para a melhor compreensão do Brasil nesta primeira década do século XXI.

Elói Pietá

Coordenador da coleção 2003-2010 O Brasil em transformação

INTRODUÇÃO

Como volume 6 da coleção “2003-2010 – O Brasil em transformação” o livro *Direitos Humanos como direitos de todos, sem exceção* é uma chamada para reflexão e balanço sobre o estado das artes dos direitos humanos nas políticas públicas no Brasil contemporâneo.

Este livro possui quatro capítulos sobre os direitos da mulher; igualdade racial; políticas indigenistas e direitos humanos, somam onze artigos elaborados por quatro mulheres e sete homens. O capítulo primeiro, Direitos da Mulher, conta com Laisy Moriére (Secretaria Nacional de Mulheres do PT), Nilcéa Freire (Secretaria Especial dos Direitos da Mulher) e Tatau Godinho (Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo). O capítulo segundo, Igualdade Racial, é composto por Cida Abreu (Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT), Edson Santos (Deputado Federal PT/RJ), Kabengele Munanga (Professor da Universidade de São Paulo, USP) e Matilde Ribeiro (Suplente de Netinho de Paula na candidatura para Senado em São Paulo). O capítulo terceiro, Políticas indigenistas, conta com Gersen José dos Santos Luciano Baniwa (Ministério da Educação) e Márcio Meira (Fundação Nacional do Índio). Por último, o capítulo quarto, Direitos Humanos, é composto por Nilmário Miranda (Fundação Perseu Abramo) e Paulo Vannuchi (Secretaria Especial de Direitos Humanos).

A composição das autoras e autores é bem heterogênea – ministros, ativistas políticos e intelectuais. Mas a relevância está em formarem um time de lutadores que expressam profundo envolvimento em processos de repúdio aos preconceitos e discriminações, que resultam em profundas desigualdades e exclusão social. Assim, são enfatizadas as proposições para o fortalecimento da democracia e da construção de políticas públicas inclusivas.

O caminho escolhido para montagem do livro foi iniciar por uma entrevista individual, realizada por Matilde Ribeiro e Elói Pietá, seguido do tratamento do conteúdo na forma de artigo, feito por Matilde Ribeiro, e pela finalização e aprovação por parte de cada entrevistado. Um árduo trabalho, mas com isso o conteúdo ficou leve e interessante, pois em várias situações são apresentados relatos de vivências e percepções pessoais sobre fatos que compõem a história da construção da democracia e das políticas brasileiras. Mesmo tendo como marca as vivências, as produções não deixam de apontar as vinculações com a teoria e o pensamento crítico.

Os temas são extremamente instigantes, pois nos levam a refletir sobre a contínua luta para conquistar vida digna, com qualidade material, direitos e democracia para os diversos segmentos sociais de nosso imenso país. Áreas cujo desenvolvimento tem sido defendido, articulado e monitorado pelos movimentos sociais, ações que têm sido pró-ativas nas últimas décadas, sobretudo após o período de abertura política, nos anos 1980.

Fica evidente a importância da nossa Carta Magna de 1988, denominada de *Constituição Cidadã* pela promoção do bem de todos – sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Antes desse nosso relevante momento nacional temos como referência a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), adotada em 10 de dezembro de 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU) visando à garantia do respeito aos direitos individuais e coletivos – das pessoas e dos povos, equidade e justiça social, democratização de poder, regulação das relações entre as nações e também a dignidade humana.

Considerando que as mudanças não são lineares, ao analisar os sessenta anos da existência da DUDH, Dalmo de Abreu Dallari (*Revista da SEDH* n. 1, 2008) demonstra avanço na conscientização das pessoas e dos povos: “O que reforça essa crença é a constatação de que vem aumentando incessantemente o número dos que já tomaram consciência de que, para superar as resistências, cada um de nós deverá ser um defensor ativo de seus próprios direitos humanos. E por imperativo ético, mas também para defesa de seus próprios direitos, todos deverão ser defensores dos direitos humanos de todos” (p. 11).

São citados também como construção internacional eventos e elaborações da ONU, como por exemplo – a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos (Conferência de Viena, 1993); a Conferência Mundial sobre a Mulher (Conferência de Beijing, 1995); a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas (Conferência de Durban, 2001); assim como as Convenções 169 e 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esses dois últimos instrumentos

reafirmam direitos, a primeira convenção versando sobre a auto-identificação e organização dos povos indígenas e tradicionais, e, a segunda, sobre emprego e ocupação. No entanto, também é apontada uma revisão crítica no sentido de que os movimentos sociais utilizem-se dessas referências, mas primem pela autonomia de atuação.

Em âmbito nacional são reconhecidos os passos positivos para a política pública com a consciência de atender mais diretamente aos que delas precisavam. Essas perspectivas são dirigidas ao governo Lula, tendo como exemplo a criação de secretarias com *status* de ministério, como as dos Direitos da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, transformadas em ministérios em 2010. Também foram criados e/ou reformulados inúmeros conselhos propositivos e/ou consultivos, vinculados às secretarias e/ou ministérios. No que diz respeito às questões indígenas, foram criados o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) e o Sistema de Indicadores de Qualidade de Vida dos Povos Indígenas e Gestão Governamental.

As políticas públicas universais combinadas com as ações afirmativas e as leis têm feito parte de uma movimentação da sociedade civil e também de governos, mudando cenários na vida política nacional. É nesse contexto que têm sido realizadas as conferências nacionais, nas quais ocorrem momentos de reflexão e proposição que contribuem para avanços na lógica de priorização e na elaboração de respostas às reais necessidades da população brasileira, de maneira negociada, com a intersecção de governos e sociedade civil. Entre 2003 e 2010, foram realizadas 50 conferências nacionais, com as mais diversas temáticas de administração pública.

Na área dos Direitos Humanos, faz-se importante destacar que antes mesmo do governo Lula aconteceram as Conferências Nacionais de Direitos Humanos. Durante os dois mandatos de Lula ocorreram três conferências nacionais. A última, 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos (2008), culminou com a elaboração e o lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), uma vez que dois anteriores foram elaborados na gestão de Fernando Henrique Cardoso. O PNDH-3 causou forte polêmica no cenário nacional, mas indiscutivelmente é um marco histórico, pois representou o acúmulo de mobilização local e nacional para a 11ª Conferência, contou com a assinatura de 31 ministros e teve o seu conteúdo articulado às 50 conferências temáticas, relacionando a sistematização entre as várias áreas, possibilitando um resgate de aspectos fundamentais do Programa de Governo de 2002.

Enfim, foram destacadas pelos autores mudanças positivas em todas as áreas da política pública nacional. Mas é também apontada a necessidade de

recondução da questão social dentro da estrutura de governos municipais, estaduais e federal.

Os autores foram firmes no reconhecimento de importantes passos para o fortalecimento da democracia e direitos sociais, mas igualmente avaliaram que certos emperramentos ainda são enormes e que as políticas no campo social precisam ser continuadas e aprimoradas. Por tudo isso, afirmo que “a luta continua”, mesmo após as vitórias!

Matilde Ribeiro

Organizadora

CAPÍTULO PRIMEIRO

DIREITOS DA MULHER



LAISY MORIÉRE**AS CONQUISTAS NOSSAS
DE CADA DIA**

O Partido dos Trabalhadores (PT), por meio da Secretaria Nacional de Mulheres (SNM-PT), desde sua criação tem atuado para conquistar direitos e garantir a realização das políticas públicas voltadas às mulheres, influenciando no cenário nacional e internacional.

A submissão da mulher ao desrespeito, à discriminação e à violência é ampla e apresenta-se sob as mais diversas facetas, desde as relações familiares, ainda na infância, passando pelas vivências sociais e profissionais. A divisão sexual do trabalho é reproduzida desde cedo na própria família, na diferenciação salarial, na violência (física, moral e sexual) e, sobretudo, no tratamento preconceituoso que recebe por escolhas tidas como fora do padrão convencional. Enfim, as formas de violação ao ser mulher são extremamente diversas e complexas.

Portanto, ainda são muitos os desafios, mas certamente quando olhamos para trás constatamos que, nos últimos anos, foram dados passos bastante significativos.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES

A organização das mulheres petistas foi fundamental para que o Brasil chegasse aonde chegou em termos de políticas públicas para mulheres. É sempre bom lembrar que foram as mulheres do PT, em suas lutas, que conseguiram fazer, já nas primeiras gestões, no final dos anos 1980, as administrações petistas reconhecerem a necessidade de se criar mecanismos específicos de enfrentamento das desigualdades entre mulheres e homens (coordenadorias, departamentos, secretarias).

Quando o PT assume o governo federal, o presidente Lula garante um salto na luta das mulheres ao anunciar, no seu primeiro dia de gestão, a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM). A iniciativa do presidente era, ao mesmo tempo, uma resposta ao compromisso assumido em seu programa de governo e um gesto de reconhecimento de que é praticamente impossível combater a desigualdade sem mecanismos próprios para esse fim.

A criação da SPM fez que avançássemos em nossa luta ao assegurar recurso orçamentário para o desenvolvimento de políticas e ações, ao possibilitar um diálogo maior com os governos municipais e estaduais e promover ações interministeriais. Temos conquistas bem concretas, em especial no que tange à violência doméstica: o Pacto para Enfrentamento à Violência contra a Mulher, que conta com a adesão de quase todos os estados tendo por base a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) são dois grandes exemplos de como a nossa luta tem surtido efeito positivo, ainda que muito aquém do ideal e necessário.

A realização das duas Conferências Nacionais resultaram no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), o qual sintetiza o entendimento de mulheres de todo o Brasil sobre o que deve ser feito em termos de políticas públicas. E ainda é um importante guia para as novas políticas a serem implementadas.

É óbvio que temos que caminhar muito, que há muito para ser feito e a criação do Ministério da Mulher, com mais recursos orçamentários, vai possibilitar que aceleremos o nosso passo. É preciso, por exemplo, conseguir que todos os ministérios compreendam a necessidade de incorporar o recorte de gênero em suas políticas. A passagem da condição de Secretaria para Ministério colabora para haver estruturas representativas nos estados, o que facilitará a aproximação com outros organismos governamentais municipais e estaduais e com outros setores da sociedade que atuam no combate à desigualdade entre mulheres e homens.

Ainda temos que travar muitas lutas sob a perspectiva feminista para avançar mais nas áreas de saúde, educação e autonomia financeira; as ações realizadas foram tímidas e necessitam de aprimoramentos. Contudo, também não podemos nos esquecer de que alcançamos vitórias em muitos projetos sociais em que a titularidade é da mulher, como, por exemplo, o programa Bolsa Família, a propriedade da casa e o título da terra.

É inquestionável que o governo Lula tem contribuído de forma rara para o combate às desigualdades. De modo geral, o grande desafio continua fazer com que as políticas para mulheres sejam tratadas como questão central. O governo Lula tentou avançar neste sentido, ao desenvolver ações conjuntas com vários ministérios. O Plano Nacional de Políticas para Mulheres é um

exemplo disso. Mas, mesmo com o PNPM, não conseguimos dar o salto necessário, não conseguimos um entendimento comum de que fazer políticas para as mulheres é, sem dúvida, fazer política para a sociedade brasileira.

Parte do governo e da sociedade ainda não conseguiu compreender que quando mudamos positivamente a vida da mulher, mudamos as relações familiares, as relações de poder; e criamos outro patamar de vivência humana sustentada no respeito, na valorização do outro.

Devemos reforçar a compreensão de que a promoção de políticas públicas para mulheres e a partir do olhar da mulher significa interferir positivamente na vida de toda sociedade, inclusive nos aspectos mais práticos e normalmente ignorados, como nas questões de infraestrutura e dos equipamentos urbanos, por exemplo.

As mulheres precisam se apropriar cada vez mais dos instrumentos de planejamento orçamentário, esses são imprescindíveis para assegurar políticas públicas capazes de alterar as relações de poder estabelecidas. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e as Leis Orçamentárias Anuais (LOA) são instrumentos que requerem atenção especial. Entra ano e sai ano e os recursos destinados à execução das políticas para as mulheres são escassos. Para avançar, é preciso nos apropriar melhor desses mecanismos.

A CONTÍNUA LUTA POR DIREITOS

A SNM-PT defende que as especificidades da mulher não devem ser tratadas como uma questão de direitos humanos, embora não deixem de ser. Esse entendimento é também das feministas e dos movimentos de mulheres de forma geral. A grande preocupação é de não diluir o trabalho de construção da igualdade entre mulheres e homens nos direitos humanos, correndo o risco de continuar protelando o debate e as ações, relegando-as a último plano.

Qual foi a divergência após a aprovação da terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)? Tirando os embates que ocorreram em função da Comissão da Memória e Verdade, relacionada ao período da ditadura militar no Brasil, o ponto de entrave foi a questão do aborto, que diz respeito diretamente à vida da mulher, ao seu corpo, à sua escolha, à sua saúde. Esse debate normalmente é feito de forma equivocada, sob o ponto de vista das posições contrárias e favoráveis. E a discussão não deve e não pode ser simplista assim. Estamos falando de autonomia sobre o próprio corpo, sobre liberdade de escolha e principalmente sobre saúde pública, o que incide inclusive sobre o orçamento público. É uma discussão prática, da vida cotidiana – ou pelo menos deveria ser –, não é um tema religioso. Essa questão deveria ser avaliada sob o ponto de vista da saúde pública. Algumas horas de

pesquisa, apenas, podem demonstrar que onde o aborto foi legalizado, sua prática reduziu-se significativamente, e também passaram a ser menores os índices de mortes em decorrência de intervenções malfeitas.

Mesmo com muitas controvérsias, desde o 3º Congresso Nacional do PT foi reafirmada a defesa da descriminalização do aborto, o que significa que o Partido é contra o enquadramento da prática do aborto como um crime, conforme ainda figura na legislação brasileira.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS NAS ESTRUTURAS DE PODER

A maioria da população brasileira é composta por mulheres, e o mesmo acontece com a maioria do eleitorado. Nós estamos presentes em todos os setores da sociedade, porém ainda com uma presença pouco significativa nas estruturas de poder. Quando as mulheres petistas conseguiram aprovar as cotas nas instâncias diretivas do partido, elas não só deram um salto na militância partidária e influenciaram diretamente para que outras mulheres de outros partidos agissem no sentido de garantir espaço em suas legendas, como também influenciaram diretamente o cenário nacional com a aprovação da Lei da Cotas (Lei 9.100/1995), de autoria da nossa companheira e então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP), depois aprimorada pela Lei 9.504/1997, que ampliou de 20% para 30%. É claro que a lei sozinha não resolve o problema da participação da mulher nos processos políticos, mas contribui para avançar nesse sentido.

Isso não significa que todo o espaço regimental ou legalmente garantido tem sido ocupado pelas mulheres, afinal a participação política da mulher não depende única e exclusivamente do espaço “aberto” com as cotas, mas de uma série de outros fatores necessários para lhe assegurar uma participação ativa. Exemplo concreto é a dificuldade de todos os partidos, inclusive do PT, de preencher os 30% das vagas para a disputa eleitoral com candidaturas femininas. A obrigatoriedade do preenchimento das vagas vai forçar o que nós esperamos, ou seja, uma nova postura dos partidos em relação às mulheres. Os partidos terão que estimular e investir efetivamente para que as mulheres tenham as condições reais mínimas necessárias para uma verdadeira disputa do embate eleitoral, e não mais como coadjuvantes. De qualquer forma, a cota permitiu e permite forçarmos a realidade e prosseguir com passos mais rápidos em direção à igualdade de oportunidades, pelo menos nos espaços partidários.

Em 2009, conseguimos um pequeno passo a mais com a minirreforma eleitoral, ao substituímos na lei a palavra “reservar” por “preencher” 30% das vagas das candidaturas. Embora o texto ainda tenha deixado a desejar, uma

vez que não prevê punição para o partido que não preencher a cota, a mudança já está servindo para incomodar muita gente e deixar os partidos alvo-voçados com a necessidade de se garantir maior presença feminina nas chapas eleitorais. Aos poucos vamos alterando a realidade, mas o fato é que ainda precisamos muito de políticas afirmativas para alcançarmos uma sociedade com igualdade de direitos e oportunidades para mulheres e homens.

A candidatura da ministra Dilma Rousseff à Presidência da República é, sem dúvida, muito importante não só para as mulheres do PT, mas para as mulheres de um modo geral. Antes mesmo de ser candidata, o fato de ser uma mulher à frente da Casa Civil, com seu histórico de militância e de capacidade administrativa, com poder, competente, austera, já era sem sombra de dúvida um fator de estímulo para qualquer mulher olhar para frente e dizer “eu também posso!”. A ascensão de Dilma ao Palácio do Planalto com certeza, além de tudo que isso representa politicamente para nós, petistas, tem um caráter simbólico de tal magnitude que nem dá para descrever. Ter uma mulher na Presidência da República, depois de termos um homem com o perfil e o histórico de Lula, significa avançarmos na quebra do preconceito e da crença de que “política não é para qualquer um e muito menos para mulher”.

Vamos trabalhar para conquistarmos mais essa vitória, tendo claro que, como disse Simone de Beauvoir, “não nascemos mulher, mas nos tornamos mulher”. E nos tornamos mulher no dia a dia, no enfrentamento do preconceito, na luta, na busca de nossos direitos, na construção de nossos sonhos, na persistência e na resistência frente a tudo e a todas as formas de opressão.

NILCÉA FREIRE

**AÇÕES GOVERNAMENTAIS
PARA OS DIREITOS DAS MULHERES**

A criação, em 2003, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) definiu, logo nos primeiros dias do governo Lula, o tratamento respeitoso que seria dado à questão da desigualdade de gênero no planejamento e na execução da ação governamental. Estabeleceu-se naquele momento um diálogo positivo com os movimentos feministas e de mulheres. Tais movimentos reivindicavam há mais de duas décadas um espaço institucional que respondesse à agenda das mulheres brasileiras e aos compromissos assumidos pelo Estado brasileiro por meio de diferentes instrumentos internacionais, como as Convenções sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (ONU), a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres (OEA) e as Plataformas de Ação das Conferências de Cairo e Beijing.

Depois de sete anos de trabalho intenso, podemos dizer que houve avanços na promoção de mais autonomia e mais cidadania para as brasileiras, transformando demandas históricas dos movimentos sociais de mulheres em políticas públicas, e mudanças significativas no olhar da sociedade brasileira sobre a persistência da violência sexista.

OS PLANOS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Avançamos também na incorporação da perspectiva de gênero ao universo formal do Estado e podemos afirmar que uma das conquistas mais importantes no plano da ação governamental foi o destaque dado à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia no Plano Plurianual 2008-2011, no enunciado do seu quarto objetivo estratégico: “Fortalecer a democracia, com

igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”.

Creditamos nossos avanços e conquistas em primeiro lugar às mulheres brasileiras que, representadas por 1800 e 2800 delegadas na I e II Conferências Nacionais de Políticas para Mulheres (2004 e 2007), nos deram “régua e compasso” para a elaboração do I e II Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), guias estratégicos de nossa atuação, e, em segundo lugar, aos nossos parceiros governamentais.

Desde 2004, após o lançamento do I PNPM, foi instituído por decreto presidencial o Comitê de Articulação e Monitoramento, composto por dezenas de ministérios e órgãos do governo federal, além de representação dos organismos estaduais e municipais de políticas para as mulheres e do Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM).

Da primeira para a segunda conferência houve um esforço muito grande do Comitê no sentido de pactuar, no interior do governo federal, o cumprimento do estabelecido no I PNPM.

Esse esforço gerou significativos avanços na elaboração do II PNPM, que é um documento mais consistente, mais articulado e mais completo, com execução prevista até 2011 e ação coordenada com 19 ministérios e secretarias especiais. É importante ressaltar que uma das vitórias do Comitê foi conseguir orçar a maior parte das iniciativas propostas.

Só esta ação conjunta é capaz de explicar os resultados alcançados a partir de uma estrutura pequena e com orçamento apenas suficiente para ações fomentadoras das parcerias, para a promoção da participação social e para a manutenção de uma atividade permanente de reflexão e produção de conhecimento sobre a desigualdade de gênero.

Uma frase com três eixos resume hoje o trabalho desenvolvido: “Mais autonomia, mais cidadania e menos violência contra as mulheres”. Para cada um destes eixos podemos citar iniciativas e políticas executadas por intermédio das parcerias estabelecidas com ministérios, governos estaduais e municipais.

A ampliação da autonomia pessoal e econômica das mulheres em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extremamente exitosa. Por meio do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) houve um aumento expressivo do número de contratos de crédito para mulheres, tanto pelo Pronaf Mulher como por suas modalidades gerais. Entre 2003 e 2008 foram emprestados 247 milhões de reais a mulheres, com cerca de 35 mil contratos.

O Pronaf Mulher contabilizou 10.854 contratos e um volume de quase 63 milhões de reais emprestados, na safra 2006-2007. Lançado em março de

2008, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais fortalece organizações de trabalhadoras e incentiva a troca de conhecimentos e experiências. O Programa apoia cursos de capacitação em políticas públicas, feiras de economia feminista e solidária, e fomenta a produção e a comercialização de produtos. Até o final de 2009 foram apoiadas 25 mil mulheres organizadas em 71 projetos financiados, com aporte de 16,6 milhões de reais.

Também a obrigatoriedade da titulação conjunta dos lotes da reforma agrária em nome de homens e mulheres significou um avanço muito importante; o índice de mulheres titulares de lotes de terra avançou de 24% para 55%.

Ainda nesse marco da ampliação da autonomia é importante mencionar que as mulheres representaram mais de 50% daqueles que se beneficiaram do Programa Nacional de Qualificação, e avançaram em áreas antes restritas aos homens, como a construção civil.

Para garantir o acesso das mulheres rurais aos programas de benefícios, mais de um milhão de documentos como carteira de identidade e CPF foram emitidos gratuitamente para elas, em 1.750 mutirões de documentação. O Expresso Cidadã, ônibus equipado para fazer o trabalho de documentação, já está presente em 23 unidades da federação.

Mais e mais mulheres têm buscado implantar e gerir os próprios negócios e o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, em parceria com o Sebrae, tem sido uma ferramenta importante para isso, bem como a sanção da Lei complementar 128/2008 que facilita a inclusão previdenciária dos microempreendedores.

As trabalhadoras domésticas tiveram a consagração de direitos como as férias de trinta dias e a estabilidade durante o período de gravidez e estimulou-se a formalização dos seus empregos por meio da Lei 11.324/2006.

Com o Programa Pró-equidade de Gênero, empresas e organizações públicas e privadas, participantes, passaram a incorporar práticas de igualdade de oportunidades e tratamento para homens e mulheres. O Programa Empresa Cidadã, que amplia a licença maternidade para seis meses por meio de benefício fiscal, foi aprovado no Congresso e o governo federal implantou o benefício para todas as suas servidoras.

A igualdade de oportunidades e tratamento, de fato, entre homens e mulheres é um desafio para hoje e para o futuro. Nesse sentido, estamos negociando um Projeto de Lei (PL) sobre igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho em tramitação na Câmara e no Senado Federal. Esse PL foi elaborado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com a participação do Ministério da Justiça (MJ) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e apresentado como substitutivo a um projeto anterior. Um

ponto muito importante nesta proposta é a criação, no âmbito das organizações empresariais, de comissões que passarão a ter um papel permanente de promoção da igualdade entre mulheres e homens, assim como de fiscalização das arbitrariedades e discriminações cometidas.

No eixo “Mais Cidadania”, é importante enfatizar os processos que permitirão a construção de uma cidadania ativa para as mulheres em uma sociedade livre de preconceitos e discriminações. O Programa Gênero e Diversidade na escola tem este objetivo e trabalha com professores de 6º a 9º anos. O programa é resultante de uma parceria entre Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), o Ministério da Educação (MEC) e a SPM. O curso é oferecido pelo portal da Universidade Aberta do Brasil, e é um dos programas mais demandados. Vinte universidades aderiram e se inscreveram para serem multiplicadoras do programa em seus estados. Em 2010 teremos capacitado cerca de 30 mil professores, trabalhando em fluxo contínuo.

A ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão foi um dos temas centrais da II CNPM. Em 2008, lançamos a “Campanha Mais Mulheres no Poder” de caráter permanente. Produtos desta campanha são o site Mais Mulheres no Poder e as plataformas suprapartidárias, baseadas no II PNPM, disponibilizadas aos candidatos e candidatas aos pleitos de 2008 e 2010. As Plataformas foram elaboradas pelo CNDM e pelo Fórum de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos (Fimp), com o apoio da SPM. Participam do Fórum dezesseis partidos políticos, pertencentes a todo espectro ideológico.

Em 2009, seguindo ainda as deliberações da II CNPM, foi criada uma Comissão Tripartite para discutir a legislação referente às cotas eleitorais. Essa comissão, formada por representantes do Executivo federal, da sociedade civil e do Congresso Nacional, atuou juntamente com a bancada feminina e o Fimp na negociação da minirreforma eleitoral. Estes esforços produziram avanços que são até sutis, mas que podem representar um grande passo. Na legislação anterior dizia-se que os partidos deveriam reservar 30% de suas vagas para candidaturas de cada um dos sexos – 70% e 30%. Agora é mandatório, os partidos deverão preencher com no mínimo 30% de mulheres a nominata de candidatas/as. Além disso, ficou definido que 5% dos recursos do Fundo Partidário deverão ser empregados em programas de educação política para mulheres. E 10% do total da propaganda eleitoral gratuita dos partidos deverão ser destinados às mulheres, em anos não eleitorais.

Ao final de 2009, a Comissão concluiu o seu trabalho, uma propositura mais ampla de reforma da legislação eleitoral, visando garantir a paridade entre homens e mulheres no espaço legislativo.

O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, lançado em 2007, é o centro do eixo “Menos Violência”. Passados 25 anos da implantação da primeira delegacia da mulher no país, as brasileiras passaram a contar com políticas públicas para reduzir a violência contra as mulheres, que infelizmente ainda é uma realidade entre nós.

A Lei Maria da Penha, sancionada em agosto de 2006, é um divisor de águas no combate à violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher. Tem propiciado mais punição para os agressores e mais proteção para as mulheres.

No entanto é preciso assegurar sua plena aplicação. O Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2007, tem a implementação da Lei Maria da Penha como um de seus objetivos. O Pacto conta com um bilhão de reais para execução até 2011 e recebeu a adesão de 21 estados. Por meio desse Pacto estamos acelerando a implantação e a ampliação da rede de serviços especializados para o atendimento às mulheres vítimas de violência, enfrentando o fenômeno da feminilização da Aids, combatendo o tráfico de mulheres e a exploração sexual de meninas e adolescentes e promovendo os direitos humanos das mulheres encarceradas.

Em comparação a 2003, houve um crescimento de 179% da Rede de atendimento a Mulheres em Situação de Violência. O país conta atualmente com 475 delegacias ou Postos Especializados; 146 Centros de Referência; 68 casas abrigo e 147 juizados e varas especializadas na violência contra as mulheres.

Desde 2005 a sociedade brasileira dispõe de um serviço gratuito e sigiloso, o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, que orienta, acolhe e encaminha para os serviços da rede especializada mulheres vítimas de violência, além de receber denúncias. Só em 2009 foram 401 mil atendimentos.

Desconstruir a cultura machista que alicerça a violência contra as mulheres não tem sido tarefa fácil. Para tanto, o governo federal realizou campanhas educativas anuais e apoiou financeiramente campanhas de governos estaduais, municipais e de organizações da sociedade civil. No ano de 2009 realizamos a campanha “Uma Vida sem Violência é um Direito das Mulheres”.

Todas as ações voltadas às mulheres têm também relação com as políticas de direitos humanos. Dessa forma estamos acompanhando a grande polêmica focada na publicação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos e é importante verificar sua correspondência com o II PNPM. É preciso ter clareza que foi somente na Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993, que os direitos das mulheres passaram a ser reconhecidos como parte inalienável e indivisível do corpo geral dos direitos humanos. As Conferências de Cairo e Beijing consagraram posteriormente essa conquista das mulheres.

Os direitos das mulheres, sobretudo os direitos sexuais e reprodutivos, são ainda alvo de muita resistência em diferentes sociedades. A discussão sobre o aborto no Brasil e no mundo é polêmica porque questiona valores dados como consolidados, por exemplo – a quem pertence e quem detém o direito sobre o corpo das mulheres? É o Estado, é a Igreja, são os homens, são as corporações médicas? Quando se dá o início, o princípio da vida?

Historicamente o corpo das mulheres foi considerado um território a ser ocupado, portanto é extremamente positivo discutir as questões sexuais e reprodutivas das mulheres enquanto direito, separando sexualidade e reprodução, e passando a ter um olhar libertador para o corpo da mulher. Esse corpo não é mais visto exclusivamente como suporte para a reprodução humana, pelo menos em uma parte da sociedade ocidental.

A questão do aborto é delicada e, evidentemente, quando o 3º PNDH foi lançado contendo o apoio à descriminalização do aborto, aqueles segmentos da sociedade contrários à proposta se manifestaram enfaticamente. Esse deve ser encarado com naturalidade e deve ser realizado de maneira respeitosa junto à sociedade brasileira.

MUDANÇAS CULTURAIS E POLÍTICAS E OS DESAFIOS PARA O FUTURO

A ação pró-ativa dos movimentos feminista e de mulheres foi fundamental nas últimas décadas para ampliar o enfrentamento das desigualdades de gênero, isto é, entre homens e mulheres. A SPM se sente herdeira desta trajetória vitoriosa do feminismo brasileiro que há cerca de 35 anos, para datar o período de maior organização do movimento feminista e de mulheres no país, demanda do Estado políticas que assegurem os direitos das mulheres. A institucionalização crescente das políticas de promoção da igualdade de gênero, somadas ao amplo processo de participação social e propiciado pelas conferências, nos permitiu formular políticas com grande legitimidade social.

É importante destacar a participação da sociedade civil no Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM). Estabeleceu-se entre a representação da sociedade civil e do governo um diálogo franco e respeitoso, que muito contribuiu para a condução política do trabalho da SPM. O CNDM foi parceiro na convocação das conferências e participa de maneira permanente do monitoramento do I e II PNPM e de todas as comissões criadas no âmbito da Secretaria. A composição do CNDM foi reformulada a partir de 2007, passando a ter critérios de escolha por meio de um processo público de votação e não mais indicadas pela titular da SPM. Hoje o CNDM é composto por maioria de conselheiras que representam entidades sociais e tem caráter deliberativo, reafirmando a interlocução permanente com a sociedade organizada.

Também a Secretaria Nacional de Mulheres do PT (SNPM-PT) tem um importante papel no desenvolvimento de institucionalidades, dedicadas à defesa dos direitos das mulheres. Nas primeiras prefeituras conquistadas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – Santo André, São Paulo e Porto Alegre –, foram estabelecidas as assessorias e coordenadorias da mulher, fruto das negociações com os movimentos sociais e a SNPM-PT.

A SNPM-PT tem o papel de monitorar os governos vinculados ao partido e dentro da própria organização partidária e deles cobrar a presença das mulheres em todas as instâncias.

Evidentemente esses avanços não são desprovidos de marchas e contramarchas e fortes disputas, mas o partido vem avançando. Nos últimos congressos do PT foram votadas resoluções importantes e corajosas, como por exemplo a que estabelece o apoio do PT à descriminalização do aborto. Recentemente, o partido puniu deputados que faziam oposição a essa resolução e encabeçavam movimentos que propõem retrocessos inclusive na legislação atual.

É preciso reconhecer que vivemos efetivas mudanças culturais e políticas. Alguns temas, pelo simples fato de terem ganho maior visibilidade na sociedade brasileira, estão permitindo avanços. Um destes temas é a violência contra as mulheres que a Lei Maria da Penha desnudou de maneira absolutamente fundamental. A violência contra as mulheres ainda existe de maneira muito ampla, mas há claramente na sociedade brasileira uma tendência à reversão da situação de naturalização desse tipo de atitude. Hoje, poucos têm a coragem de dizer que o homem tem o direito de castigar sua mulher dentro de casa ou de repetir as frases “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, “é ruim com ele, pior sem ele”. Isso é um avanço importante.

A própria discussão sobre o aborto, do ponto de vista de desconstrução cultural, avançou no sentido de sair das páginas exclusivamente policiais e passar a ser encarada como um problema de saúde pública.

No que diz respeito ao método de governar nós avançamos muito, destacando a participação da sociedade na formulação das políticas que deveriam ser conduzidas pelo governo. E esse método, se é trabalhoso e por vezes mais demorado, por outro lado tem o poder de legitimar aquilo que resulta desses processos participativos.

Avançamos no sentido de diminuir as desigualdades no Brasil em todas as dimensões – as econômicas, as de gênero, as etnoraciais, e também as decorrentes da diversidade de orientação sexual, de condição física das pessoas, entre outras. Foram abertas janelas no arcabouço da estrutura de governo, permitindo um arejamento da política governamental no sentido de incorporar todas essas dimensões na luta contra a desigualdade no Brasil.

Quando pensamos que finalizamos a primeira década do século XXI e que só há pouco tempo existem políticas públicas que beneficiam a vida das mulheres, para além daquelas de proteção à maternidade, concluímos que ainda precisamos de tempo para consolidar o que se iniciou, tanto do ponto de vista da análise interna do governo, quanto dos movimentos sociais.

Nós queremos mais, por isso temos três grandes desafios para agora e para o futuro. O primeiro deles diz respeito ao fato de que as conquistas que as mulheres obtiveram não foram para todas ou não chegaram igualmente a todas as brasileiras. Há uma necessidade urgente de se reduzir ou eliminar a desigualdade existente na condição das mulheres, é importante que as nossas conquistas sejam igualmente apropriadas pelas mulheres brancas urbanas, pelas mulheres negras das periferias e dos quilombos e pelas mulheres trabalhadoras rurais.

O segundo grande desafio é relativo à desigualdade no mundo do trabalho. Em 2010 foram completados 100 anos da criação do Dia Internacional da Mulher (8 de Março), data relacionada, de acordo com uma das versões, ao incêndio de uma fábrica e à morte de suas operárias, em Nova York. Entretanto, um século não foi suficiente para eliminar a desigualdade entre mulheres e homens no mundo do trabalho. As mulheres ainda ganham menos e ainda estão sujeitas à dupla jornada. Portanto, é preciso compreender que para eliminar a desigualdade no mundo do trabalho é necessário estabelecer corresponsabilidade entre Estado, sociedade, homens e mulheres nas tarefas da produção e da reprodução social.

Não se pode continuar exigindo que somente as mulheres sejam as únicas responsáveis por manter a vida sobre a terra, cuidar dos filhos, cuidar da casa, cuidar dos enfermos, cuidar dos idosos. Elas estão no seu limite. É imprescindível o compartilhamento e corresponsabilidade como chaves para que a igualdade de oportunidades, que hoje só existe formalmente, vigore de fato. Não se pode dizer que as mulheres têm as mesmas oportunidades, se ao saírem do seu emprego depois de uma jornada de oito ou mais horas, têm que ser as únicas responsáveis pelas tarefas reprodutivas.

E o terceiro grande desafio para agora e para o futuro é justamente a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. Talvez esse seja um desafio que, se cumprido, será facilitador dos demais desafios a vencer na sociedade.

O Brasil não pode continuar ostentando posição de lanterna no ranking internacional, com menos de 10% de mulheres participando, em média, no Senado e na Câmara Federal, bem como nas Assembleias Legislativas e Câmara de Vereadores. Isso é um desafio que não diz respeito, exclusivamente, à garantia

de um direito às mulheres, mas diz respeito à consolidação da democracia brasileira. Nós não acreditamos que a democracia possa se fortalecer e se consolidar sem a participação e a representação de todos os segmentos.

As conquistas das mulheres por melhores condições de vida levam a outras questões mais complexas na sociedade, portanto, há necessidade de persistir na luta, visando à ampliação da conquista por espaços na sociedade brasileira.

TATAU GODINHO

**SIGNIFICADOS E DESAFIOS DAS
POLÍTICAS PARA AS MULHERES**

Nas décadas de 1980 e 1990 no Brasil, período pós-ditadura, afirma-se no movimento de mulheres a reivindicação de que os governos implementassem políticas para as mulheres como uma ação consciente e organizada por parte do Executivo. Essa demanda, entretanto, não gerou instrumentos consistentes e duradouros nos diversos níveis de governo no país.

Nesse contexto, uma marca importante do governo Lula, a partir de 2003, foi a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com *status* de ministério para coordenar a implantação de políticas para as mulheres no país, a partir do Executivo.

A AÇÃO GOVERNAMENTAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A perspectiva de construção de políticas para as mulheres pode responder a distintas visões. A mais comum é que tais políticas se orientem por uma dinâmica pontual de ações que respondem a problemas específicos, em um número maior ou menor de áreas de ação de governo, sem que se proponha, no entanto, uma perspectiva mais ousada de ação global. Se nos movemos, entretanto, por uma proposta de desenhar políticas voltadas a alterar as desigualdades vivenciadas pelas mulheres em suas diversas expressões e a gerar condições para o desenvolvimento de novas relações não discriminatórias, a definição dos instrumentos de governo para a elaboração e a implementação dessa política é um elemento central. A criação de condições para uma intervenção sistemática nas ações e dinâmicas de governo, que incida na lógica discriminatória incrustada no Estado, só se torna possível com a existência de um organismo, de nível centralizado que, posicionado nos níveis centrais de

decisão do governo, seja capaz de coordenar mudanças estruturais e incidir sobre a dinâmica geral das ações governamentais. É no âmbito dessa perspectiva que as mulheres organizadas dentro do Partido dos Trabalhadores (PT) defendem, desde os anos 1980, a criação de organismos de Executivo, como uma proposta distinta dos conselhos dos direitos da mulher que se difundiu a partir dessa época. Nos estados e municípios, propõem-se secretarias próprias, responsáveis por tais políticas. No nível federal, a criação de ministério, a exemplo de outros países. O núcleo dessa proposta é a existência de órgãos executivos com poder de decisão, capacidade para a formulação de políticas e orçamento próprio, uma vez que se considera necessário uma articulação contínua e consistente com as diversas áreas de governo que executam os programas e políticas.

É preciso esclarecer que a proposição de um órgão de governo, como um Ministério da Mulher, não significa aglutinar nesse organismo todas as políticas das diversas áreas de governo. Para mencionar um exemplo, ele não seria diretamente responsável pelas ações de saúde relacionadas às mulheres, mas teria o papel de compartilhar a definição de tais políticas, eventualmente acompanhar a implantação de programas e projetos, compartilhar orçamentos e as ações da área. O mesmo se daria com as áreas de Educação, Trabalho, Desenvolvimento e demais políticas.

No âmbito dos governos estaduais e municipais, ao longo das duas décadas de experiência do partido, essa proposta, defendida pelas mulheres do PT, resultou na criação de algumas coordenadorias e assessorias e algumas, raras, secretarias. No nível federal, o governo Lula implementou a proposta criando, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, efetivada como ministério em 2010. Embora esta ainda seja uma estrutura frágil, diante dos enormes desafios e das demandas para a construção de uma ação global de governo, a fim de alterar as desigualdades e colocar em um novo patamar as condições vivenciadas pelas mulheres, ações importantes foram desenvolvidas e manteve-se um direcionamento coerente no sentido de concretização dos direitos das mulheres.

Um balanço geral da ação dos governos do PT nesta área ainda será feito. No entanto, fica evidente que a iniciativa do governo federal foi mais consistente que a grande maioria dos governos municipais e estaduais dirigidos pelo PT até o momento, onde prevalecem propostas extremamente tímidas e, mesmo, em sua grande maioria, não implementaram organismos de políticas para as mulheres, acomodando-se à formação de conselhos. Os conselhos de direitos da mulher não têm, por sua própria natureza, papel executivo. Criados a partir de um modelo ambíguo de relação entre governo e sociedade civil

são, normalmente, formados a partir de indicação dos próprios governos ou atendendo a critérios arbitrários na relação com a sociedade, e têm, em geral, baixíssima representatividade e pouca força para dialogar e pressionar o Executivo. Transformaram-se, na verdade, numa via cômoda, que não exige compromisso do poder Executivo e consequência real na efetivação de políticas.

A ação do governo federal foi, sem dúvida, mais coerente. A instituição da Secretaria de Políticas para as Mulheres abre a perspectiva de maior capacidade de intervenção e de interação nas políticas com os demais ministérios, na proposição e execução de políticas afirmativas, bem como pressiona para que estados e municípios introduzam em sua pauta a necessidade de políticas para as mulheres.

ENFRENTANDO A DESIGUALDADE COM A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS

A ação de maior amplitude entre as distintas áreas de intervenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres, nos oito anos do governo Lula, concentrou-se na política de combate à violência envolvendo os diversos aspectos do atendimento às mulheres. A existência de um investimento sistemático e coordenado para o estabelecimento de uma política nacional de combate à violência tem tido efeitos importantes. Isso significou desde mudanças legislativas, com a criação de um novo marco legal como a Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, medidas de prevenção e combate, de capacitação de funcionários e agentes públicos, apoio à construção e melhorias de uma rede de equipamentos especializados (centros de referência, abrigos, delegacias de defesa da mulher) e dos canais de acesso e efetivação da justiça, como núcleos especializados de defensorias e juizados especiais, até campanhas públicas. A ação do governo federal proporciona um diálogo e uma pressão positiva sobre estados e municípios para a criação de um sistema público de prevenção e atendimento às vítimas de violência. A proposta de um Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres coloca em perspectiva a articulação de uma política efetivamente nacional. Os números ainda denunciam o quanto é reduzida a rede de atenção à violência contra as mulheres no país. O centro de referência e atendimento à mulher, por exemplo, um equipamento básico e que deveria ser a principal porta de entrada para as mulheres, buscando apoio, orientação e condições de se prevenir contra a violência sexista, ainda não se consolidou como uma alternativa de política pública e está presente em poucos lugares. De acordo com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o número de centros de referência e atendimento à mulher passou de 36, em 2003, para 146, em 2009. Com certeza um crescimento significativo, mas totalmente

incapaz de responder a uma demanda de atendimento e prevenção nos mais de 5 mil municípios do país.

Essa abordagem compreensiva, buscando construir uma política global, não aparece em outras áreas importantes, como saúde, educação e trabalho. São questões que demandam uma proposta mais integrada das diversas áreas de ação do governo. No Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em suas duas versões, há uma preocupação efetiva com as questões vinculadas à autonomia econômica das mulheres, entendida, corretamente, como uma base necessária para a superação das desigualdades entre mulheres e homens nos diversos outros âmbitos. Por exemplo, na superação da violência doméstica, onde a dependência econômica em geral aparece como um limite importante, ainda que não exclusivo.

Mas as iniciativas e os resultados nesse campo são ainda muito modestos. Não é possível discutir aqui todos os aspectos. Chamo a atenção para quatro questões que nos ajudam a refletir sobre os desafios para fortalecer a autonomia econômica das mulheres: o aumento do salário-mínimo; as discriminações no trabalho, em especial com a situação das empregadas domésticas; a nova configuração da licença-maternidade; e, finalmente, a política de creches e educação infantil.

A melhoria das condições de trabalho e renda das mulheres está vinculada, em grande medida, à construção de um novo patamar no mercado de trabalho. Além das dificuldades decorrentes da responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e pelo cotidiano familiar, a divisão sexual do trabalho opera pressionando as mulheres para trabalhos e funções mais flexíveis, e mais precários, não reconhece como qualificação a capacitação desenvolvida na socialização feminina, e faz com que as mulheres se concentrem nas faixas de salário mais baixas. Por esta razão, uma das medidas com impacto importante é o aumento do salário-mínimo (SM), que tende a favorecer a renda das mulheres, já que há 7 milhões de mulheres a mais do que homens recebendo até um SM no país (IBGE/Pnad 2008).

No campo, as possibilidades e melhoria da renda vinculam-se ao acesso à terra, à ampliação do crédito, criando canais para a autonomia econômica, vinculadas a elementos de cidadania básica, como tem sido feito no programa de documentação e nas políticas desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As possibilidades de renda vinculam-se, em grande medida, às relações de trabalho. Tem havido, nos últimos anos, uma alteração importante na formalização das relações de trabalho, atingindo de forma significativa as mulheres, que se concentram em setores menos protegidos do mercado de

trabalho. Apesar de não haver ainda uma equiparação completa de direitos com as demais categorias, vale mencionar a mudança na legislação e as medidas de estímulo à formalização dos contratos para empregadas domésticas. Esta é uma categoria que abrange cerca de 20% do emprego feminino no Brasil, com alto número de mulheres negras, e permanece entre os salários mais baixos, com pouca garantia de direitos. Uma política ampla e ousada de fiscalização do registro em carteira e das condições de trabalho poderia enfrentar a herança das relações de servidão que persistem. O argumento de que se trata de empregador/a domiciliar não pode se sobrepor aos direitos do trabalho; trata-se de um trabalho profissional e cabe ao poder público fiscalizar se os direitos estão sendo cumpridos.

Aliás, nas demais categorias e áreas de trabalho, bem como em todo o campo de formação profissional, seja técnico ou de nível superior, as formas de discriminação não se vinculam em geral a regras formalizadas. São relações que vão reforçando a presença das mulheres em trabalhos e funções tradicionais e desvalorizadas do ponto de vista salarial. Objetivamente, a legislação brasileira não permite salário desigual para mulheres e homens na mesma função. Entretanto, as desigualdades salariais não se apoiam em distinções formalizadas, mas em mecanismos informais. Não quer dizer que o Executivo possa incidir diretamente em todas essas questões, mas uma política integrada que combine estímulo, fiscalização e mudanças na classificação de carreiras e funções incide sobre os mecanismos no mercado de trabalho que acarretam direitos diferenciados para mulheres e homens. O mercado de trabalho atua com mecanismos discriminatórios de contratação para funções que são semelhantes ou comparáveis por meio de subterfúgios que geram grande diferença salarial. Nesse sentido, torna-se necessário uma fiscalização mais fina, uma atuação, em especial do Ministério do Trabalho e Emprego, que seja mais capaz de detectar essas diferenciações.

Finalmente, os limites da proposta de ampliação da licença-maternidade para 180 dias nos impõem uma reflexão. Se é verdade que o aumento dos dias de licença possibilitam às mulheres maior tranquilidade para ficarem com os filhos no momento do parto, a legislação aprovada apresenta duas grandes limitações. Por um lado, não os torna um direito universal, configurando um problema especial para aquelas mulheres que estão em situação mais precária no mercado de trabalho. Como medida facultativa, é provável que as categorias mais organizadas, que já conseguem negociar melhor proteção para os trabalhadores e trabalhadoras no mercado de trabalho, sejam também as que têm mais condições de garantir a adesão e aplicabilidade da licença-maternidade por parte das empresas. Compromete-se, assim, o

enorme ganho que significou a universalização da licença-maternidade, em termos igualitários para todas as mulheres, inclusive para trabalhadoras rurais e empregadas domésticas. Por outro lado, a proposta não incidiu sobre o tempo da licença-paternidade, que permanece de cinco dias, reforçando a responsabilidade feminina maior com o cuidado com os filhos. A licença-paternidade não significa uma benesse para os homens, mas um direito do pai e instrumento para aumentar a sua responsabilização com o cuidado com os filhos. É um direito dos pais e uma responsabilidade cujo exercício a legislação pode favorecer.

36

Do outro lado das dinâmicas do mercado de trabalho, situa-se a política de educação e os seus efeitos sobre as mulheres, precisamente em função da divisão sexual do trabalho na família. As mulheres entram no mercado de trabalho carregando fortemente a responsabilidade familiar. A existência de uma rede de creches e escolas de educação infantil e a jornada escolar influenciam de maneira direta as condições de trabalho das mulheres. Sem uma política de cuidado com as crianças e ampliação das jornadas da educação é inócua a proposição de igualdade das mulheres no mundo do trabalho. A rede de atenção e educação às crianças e adolescentes ainda é pensada com o pressuposto da dedicação das mulheres, cabendo à família responsabilizar-se pelo tempo não coberto pela rede de educação e atenção. O risco é tanto para a situação de trabalho das mulheres como para a vida e o desenvolvimento das crianças. Os dados são muito significativos: ainda que existam programas de atividades complementares, o Censo da Educação Básica de 2009 aponta, por exemplo, que apenas 3,39% das matrículas de ensino fundamental (de 6 a 14 anos) foram para período integral. Assim, é preciso insistir que a lógica da política educacional não pode negligenciar responsabilidade social pelo cuidado com as crianças, rompendo com a dinâmica que deixa por conta das famílias, na verdade das mulheres, a busca de arranjos que permitam compatibilizar trabalho, lazer, o cotidiano das pessoas com o cuidado com as crianças.

Neste âmbito, a política de creche e educação infantil tem uma importância particular. No início dos anos 2000, o Plano Nacional de Educação previa a ampliação da rede de creche para garantir o atendimento de 50% das crianças entre zero e três anos até 2010. Até 2006, apenas 15,5% dessas crianças tinham acesso à creche (IBGE/Pnad 2006). Em 2009, esse percentual ficava em torno de 20%. A responsabilidade direta pela educação infantil é dos municípios, mas as políticas de financiamento, o estabelecimento de metas e o impulso para a criação de uma rede de educação integral dependem, fundamentalmente, de uma política nacional. É oportuna

a previsão de investimento do governo federal para construção de creches nos próximos anos.

Na confluência entre as políticas e a ação do Estado, a gestão do cotidiano e as necessidades das pessoas e as relações de trabalho, o mais comum é que as propostas se orientem para o aumento da responsabilidade feminina. Repensar políticas sociais e a ação do Estado em uma perspectiva de igualdade entre mulheres e homens requer, como um patamar mínimo, a garantia do acesso e da permanência das mulheres no mercado de trabalho sem o ônus exclusivo da responsabilidade familiar.

A ampliação da rede de educação infantil e da jornada escolar, das licenças paternidade e maternidade, do cuidado com as crianças e pessoas dependentes, da alimentação barata e pública, embora possam ser políticas que não se voltem especificamente às mulheres, incidem diretamente sobre o trabalho doméstico. E, nesse sentido, sobre as condições de vida das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho.

A desigualdade das mulheres no mercado de trabalho não afeta apenas as mulheres, mas toda a população. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres tem insistido, na relação com as demais áreas do governo, que a política para as mulheres não é setorial. A pobreza maior das mulheres empobrece a sociedade, interfere na perspectiva de um desenvolvimento econômico com ampliação da igualdade. Por isso a construção de uma política igualitária para a sociedade precisa dar uma forte atenção para superação das relações desiguais entre mulheres e homens, da mesma forma que outras desigualdades como as étnico-raciais.

Não se trata de uma visão ingênua de que a partir exclusivamente das ações de governo e de fiscalização é possível resolver a exploração do trabalho e as contradições do sistema capitalista. Mas é possível avançar muito mais no sentido de reduzir as desigualdades. Um dos principais desafios é exatamente a universalização de políticas e direitos.

Ao tratar de desigualdades tão enraizadas na sociedade, uma estratégia importante são ações afirmativas. É equívoco apresentar a proposta de ações afirmativas como contraposição à universalização das políticas, do direito de igualdade entre homens e mulheres e todos os cidadãos da sociedade. Obviamente, é possível ter total divergência sobre quais ações afirmativas são mais adequadas e positivas. Mas, ações afirmativas são um instrumento político para incidir diretamente sobre uma desigualdade consolidada, acelerando o processo de construção da igualdade. E é nesse sentido que não se apresentam como contraposição a políticas universais. O reconhecimento das desigualdades construídas socialmente impõe o estabelecimento de

dinâmicas de reversão, como um caminho legítimo para superar desigualdades sociais, entre homens e mulheres, entre brancos e negros ou outros grupos sociais discriminados. O que vai além de uma perspectiva liberal de igualdade, que recusa a ação consciente sobre as desigualdades sociais.

O estabelecimento de prioridades, preferências, limites de tempo e critérios são questões a serem discutidas. Mas o que se tem visto no questionamento das cotas para a população negra nas universidades, por exemplo, não é, de fato, um debate de critérios, de prioridades, ou mesmo de propostas alternativas. O que se destaca é uma argumentação conservadora que veta as propostas no sentido de reverter a dinâmica de desigualdade presente na sociedade.

Finalmente, não é possível deixar de mencionar os limites existentes para a decisão das mulheres sobre a maternidade. A legislação brasileira é retrógrada e autoritária. E esses limites não foram tocados. É sempre difícil o tratamento da temática do aborto, mas é indispensável enfrentar o problema, que se coloca como um dilema real na vida das mulheres. Afinal, o risco de engravidar está presente para todas as mulheres. Em 2005, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, respondendo a uma indicação da Conferência Nacional de Políticas, tomou importante iniciativa de organizar uma proposta de mudança legislativa em relação ao aborto. Articulou representação da sociedade civil, com especialistas das profissões médicas, de outras áreas de saúde e carreiras jurídicas, com representantes do parlamento e do movimento de mulheres na perspectiva de construir uma legislação alternativa. Mas a iniciativa não teve desdobramentos, não foi adiante. Ao mesmo tempo, o PT, como o principal partido no governo, não enfrentou essa questão com a coerência e a amplitude necessárias para garantir o direito das mulheres e fazer frente aos setores conservadores da sociedade, em especial setores religiosos, que pressionam para manter a criminalização do aborto. Nesta questão, permanece uma dívida social com as mulheres.

DESAFIOS E MUDANÇAS EM PERSPECTIVAS

A eficácia de uma mudança na ação do Estado, incorporando uma posição coerente de intervir contra a discriminação entre mulheres e homens, depende também de pressão da sociedade. A agenda feminista, de direitos das mulheres, é uma agenda de conflito. A entrada dos temas na pauta política depende, em grande parte, da presença permanente da mobilização das mulheres. E, nesse sentido, ainda carecemos de uma relação mais dinâmica e permanente com o movimento de mulheres. A realização das conferências nacionais tem um papel na construção do debate e sugestão de propostas de médio prazo. Mas não suprem a necessidade de um diálogo vivo com

as diversas áreas e representações do movimento de mulheres. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, por sua vez, por diversas razões não parece ser um canal efetivo para cumprir esse papel, ainda que fosse modificado.

Também do ponto de vista da sociedade organizada, a atuação dos partidos não tem fortalecido o compromisso da igualdade e de políticas antidiscriminatórias. E nesse quadro, a perda de radicalidade da organização das mulheres dentro do PT também contribuiu para reduzir a capacidade de que o debate partidário influenciasse o governo.

A construção de políticas que alterem as relações de desigualdade vividas pelas mulheres mexe a fundo nas práticas sociais, no cotidiano dos indivíduos, na concepção tradicional do que é fazer política. Uma primeira barreira a ser enfrentada é a aceitação de que os temas propostos para ação de governo são temas políticos relevantes – e não problemas pessoais ou banais que não merecem atenção do poder público.

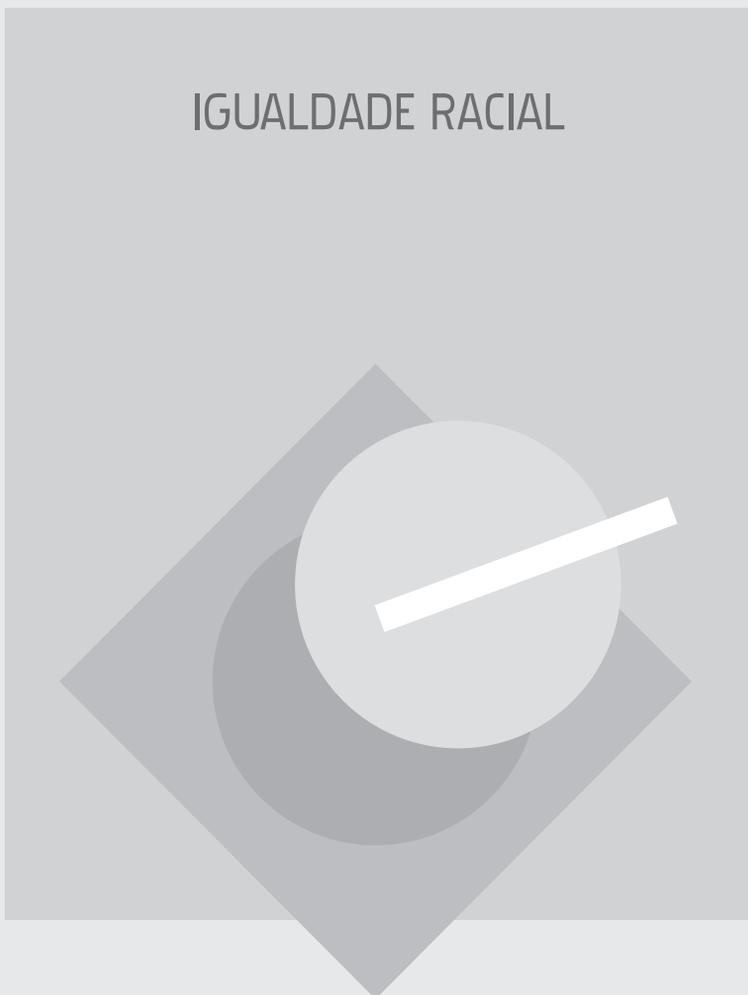
As repercussões da política de combate à violência contra as mulheres são um exemplo. A resistência à aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/2006) traz à tona a negação de se deixar desvendar a brutalidade da violência sexista. Desde a tentativa de descaracterizar permanentemente a palavra das mulheres, a lentíssima implantação dos juizados para sua aplicação, até os questionamentos jurídicos sobre a correção de uma lei específica sobre esse tipo de violência, tudo isso mostra o quanto se mexeu em uma ferida da sociedade.

Mas a violência é a ponta perceptível de um novelo que articula relações de desigualdade e discriminação em processos profundos nos mais diversos âmbitos, que são de responsabilidade de distintos ministérios. A articulação de políticas nos vários níveis de governo cria possibilidades reais de alterar qualitativamente a vida das mulheres. A aplicação dos programas e ações propostos nas duas edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) exige instrumentos eficientes, orçamento adequado e articulação política.

Nosso desafio para o próximo período é avançar em ritmos e processos que possibilitem que as condições de vida das mulheres passem a um novo patamar. Esse é o desejo, e mais do que isso, é a luta necessária para conquistar um país em que a igualdade entre mulheres e homens seja uma realidade.

CAPÍTULO SEGUNDO

IGUALDADE RACIAL



CIDA ABREU

A MATERIALIZAÇÃO DA LUTA POR IGUALDADE RACIAL

PARTIDO, GOVERNO E AS POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo (SNCR) foi criada em 1995 com a missão de tratar e direcionar ações de combate ao preconceito, discriminação racial e o racismo no Brasil. Na verdade, esse trabalho vem sendo realizado desde a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) pelos militantes que construíram esse processo de convencimento, de aglutinação e de acúmulo de experiências envolvendo setores do movimento negro e construindo essa história de resistência política. Quatro secretários já passaram pela SNCR – Flavio Jorge Rodrigues, Carlos Porto Martins das Chagas e eu, como a primeira mulher eleita em 2008.

Ao chegar, encontrei um acúmulo histórico muito grande na temática racial, tanto no movimento social como no partido, somando-se à experiência no governo, a partir de 2003, com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

A criação da SNCR é um marco político importante, por ser o PT o primeiro partido de esquerda a criar, dentro de sua direção, um organismo voltado para a temática racial. Isso possibilita à nossa instância dialogar com os movimentos sociais e servir de referência para a militância, reunir suas ideias e apresentar suas propostas para o partido, o governo e a sociedade. Foi importante, durante os oito anos do governo Lula, o diálogo e um tratamento diferenciado em relação à história da população negra brasileira.

Nesse sentido tem sido constante e democrática a disputa política de ideias por maior inserção nos espaços de poder e no interior do PT, nos organismos de governo dos municípios e dos estados. Isso é positivo e desencadeia a organização de várias ações.

A relação entre partido e governo assemelha-se a um cordão umbilical a partir de posições diferentes e autônomas, onde um direciona, discorda e fortalece e o outro implementa. Esta é uma conexão formulada desde os encontros, onde nossos militantes construíram o diálogo, chegando até o nosso primeiro presidente da República, que nos conferiu a responsabilidade de construir a Seppir. A forma como o desenvolvimento social e o investimento econômico do governo interferiram no combate à pobreza também soma-se a esse processo.

O programa de governo de 2002 provocou muitas reflexões sobre o combate ao racismo, durante a campanha e depois com a criação da Seppir. Por isso entendemos que esse órgão não pode mais deixar de existir em nenhum governo futuro. Pelo contrário, deve ter sua capacidade ampliada, com maior autonomia para que funcione melhor e cubra, de maneira mais efetiva, as demandas nacionais.

A SNCR tem o papel fundamental de apoiar e monitorar as políticas de igualdade racial implantadas pelo governo e contribuir para a construção da transversalidade no governo Lula. Temos que reconhecer que essas políticas servem de referência para o PT que, mesmo com algumas deficiências de entendimento, tem merecido alguma prioridade. Outra questão é que o sucesso do governo Lula resulta também da dedicação dos militantes da SNCR do PT, nesses 30 anos do partido e 15 anos de secretaria.

AS AÇÕES AFIRMATIVAS EM DEBATE

A primeira vez que estive na Seppir, em 2005, acontecia a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Vi um mundo negro materializado dentro de uma instância de poder, realidade que não existia anteriormente. Percebi que o movimento negro e as nossas instâncias do PT conseguiram materializar esse mundo naquele governo. Nós implantamos a questão racial no governo tendo como instrumento o partido, a partir da militância, da mobilização e da relação com o movimento social negro brasileiro.

Em março de 2010, ao participar da audiência pública do Supremo Tribunal Federal (STF), percebi que no Brasil – mesmo com toda resistência – não há mais como fugir e negar o reconhecimento do racismo e, principalmente, das mazelas que essa forma de tratar os seres humanos deixou para a sociedade. Não há dúvida de que cabe ao Estado uma reparação à população negra, pela via das políticas públicas, como vem acontecendo.

Essa audiência pública foi uma enorme novidade. Ao ver toda a corte ouvindo e assistindo às declarações sobre as cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB), senti um imenso prazer e porque não dizer um gosto de vitória,

pois as defesas pouco aparecem nos meios de comunicação. A simbologia é grande, porque a constitucionalidade das cotas na UnB representa toda a movimentação existente no Brasil, é uma grande vitória do movimento negro e uma prova à sociedade de que não é mais possível segurar esse tema, faz parte da agenda pública e está posto na sociedade.

Isso materializou nossa luta de uma forma profunda. Os argumentos contrários, não superaram as defesas. Os argumentos favoráveis foram no sentido de provar que o sistema de cotas transforma a vida de pessoas e acelera a ação do Estado no campo da inclusão racial, por se comprometer em apoiar alunos até a conclusão do curso. Nós provamos que temos ressonância, mesmo com todo o boicote dos grandes meios de comunicação, que não soltaram uma nota, a não ser no último dia da audiência. Quando o ministro do STF, Ricardo Lewandowski, afirmou que todas as declarações estariam disponíveis no *site* do Supremo, foi aberto espaço para que dois alunos argumentassem sobre as cotas, um defendeu e demonstrou a melhoria de sua vida ao ingressar em uma universidade e o outro questionou a privação da sua vaga por conta desse sistema. Ficou evidente que essa política deve ser mantida e que a sociedade terá a oportunidade de conhecer e opinar do ponto de vista da vida real.

A resistência e o conservadorismo ainda são muito grandes, mas os defensores das cotas tinham provas positivas sobre o sistema, destacando o resultado do desempenho escolar dos alunos. Ficou explícito o que significa a priorização aos que tiveram tratamento discriminatório durante um tempo considerável, que perpassou a escravidão e a resistência até os dias atuais. As justificativas dos que são contrários às cotas raciais não têm fundamento nem prova de mudança de estrutura de vida, como têm os que defenderam a questão.

Muitas mudanças culturais e políticas foram identificadas durante o governo Lula. Está em curso um processo de libertação da sociedade brasileira. As oportunidades estão sendo criadas, nós acreditamos e nós podemos.

Não é pouca coisa construir o maior partido da América Latina com uma liderança como a de Lula. Eleger um governo popular, onde a sociedade sente no seu dia a dia que está livre para poder sonhar, realizar e saber que tem um gestor, um chefe de Estado vinculado aos anseios populares.

Do ponto de vista cultural, o povo foi libertado nas suas ideias, pode externar suas convicções. Existe um governo que busca a inclusão e estimula o debate sobre a gestão pública. Um governo que tem um chefe de Estado sensível às necessidades do povo, que consegue em seu programa administrativo de gestão priorizar ações que alteram culturalmente a realidade social, política e econômica.

O governo Lula combinado com a força política do PT são dois elementos de transformação sociopolítica, cultural e econômica da sociedade brasileira. Isso contribui também com os países vizinhos, por meio das relações construídas por acordos mútuos.

BALANÇO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

As transformações foram imensas a partir da criação da Seppir e da realização da I Conapir – o primeiro ato público de reflexão institucional nacional. Houve uma transformação significativa na educação, a partir das ações provocadas pela Lei 10.639 (ensino da história da África e da cultura afro-brasileira), o estímulo às políticas de cotas nas universidades públicas, o desenvolvimento do Programa Universidade para Todos (Prouni) e as ações voltadas para as Religiões de Matrizes Africanas. Temos também o tratamento inclusivo que vem sendo dado à juventude negra; o combate à violência; a visibilidade para as formas de organização dos movimentos sociais – estudantil, negro, de mulheres entre outros. Com certeza, todas essas mudanças são reflexos das nossas mobilizações pelas ações afirmativas. Em 2009, já foi realizada a II Conapir, como avanço dos diálogos e negociações.

O desenvolvimento do Programa Brasil Quilombola provocou um posicionamento mais explícito dos ruralistas sobre a exploração e posse da terra, sobre a existência dos *lobbys* das imobiliárias, do mercado imobiliário e dos interesses de quem detém a economia agrícola e rural. Esses negam veementemente os direitos dos quilombolas, mas nem por isso o governo deixa de cumprir o seu papel.

A Seppir, além de ser um instrumento de gestão pública, é um símbolo da materialização da reflexão profunda das mazelas do racismo do ponto de vista institucional. Também mostra a deficiência dos governos que nem sempre estão preparados para tratar essa temática, mas mesmo assim contribuem para a sociedade enxergar que, de alguma forma, existe um setor para reclamar, para denunciar os abusos. A Seppir é um exemplo para o Brasil e para América Latina, Europa, África e outros países e regiões. É, sem dúvida, um acerto fundamental. É uma secretaria de articulação, não de execução propriamente dita.

Entendemos e respeitamos o formato, pois ele identifica a importância da transformação que o Brasil teve com a criação das Secretarias Especiais com *status* de ministério (igualdade racial, direitos das mulheres e direitos humanos). Todos são importantes, mas devem ter mais autonomia e convencimento da necessidade de estrutura do governo na gestão. O movimento social articula e busca convencer sobre a importância de investimentos e de prioridade

das ações. Compreendemos que fazemos parte de um corpo, mas é necessário o entendimento do conjunto para avançar na construção da agenda política. Estamos na pauta, mas temos que convencer o governo sobre a ampliação dos investimentos.

O movimento vê a necessidade do crescimento da própria estrutura. Na verdade, o que vai possibilitar a melhora da atuação da Seppir e garantir com que seja mais satisfatória, é o investimento no organismo, no orçamento da União. Também há a necessidade de rever essa estrutura que hoje não atende totalmente as demandas da sociedade.

O Plano Plurianual (PPA) é uma peça fundamental na estrutura da política pública, porque é a principal referência para a definição orçamentária. No governo Lula, de certa forma, houve outro jeito de tratar o PPA, antes nem sabíamos o que era. Nessa área estamos caminhando, mas ainda a passos lentos; do ponto de vista da direção do partido, ainda não se tornou rotina uma participação mais direta. Mas, assim como nosso governo diferenciou distribuição e tratamento, pois considerando que o PT tem relação com os movimentos, deve buscar formas de maior participação.

Há a necessidade de maior apropriação desse processo de discussão do Plano Plurianual. O PT acumulou conhecimento no que se refere ao Orçamento Participativo (OP), teve a coragem de debater quais as prioridades do dinheiro público nos municípios e estados, portanto deve se apropriar do PPA em âmbito federal.

Em 2010, o governo e a sociedade brasileira enfrentam um caloroso debate em torno do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNH-3). Este plano tem um capítulo sobre igualdade racial, sinalizando a busca de diálogo entre as políticas de direitos humanos. Considerando as duas gestões do presidente Lula, será uma das últimas conferências em que o tema aparece com tal visibilidade. É uma polêmica positiva, pois a regularização fundiária das terras de quilombos está pautada também na área dos direitos humanos. Isso é extremamente importante, porque ecoa na sociedade, tanto no Brasil como no exterior.

O PT esteve presente na contextualização do Plano e, do ponto de vista do governo, foi firme o posicionamento da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), principalmente em relação à questão dos anistiados e da Comissão da Memória e da Verdade. Abriu-se um debate e nós, como responsáveis pela política, nos sentimos orgulhosos pela coragem de ter exposto um plano audacioso, que despertou resistência e crítica até no próprio governo.

Esse plano espelha as demandas da população negra e das mulheres negras. Nós vivemos numa sociedade extremamente conservadora, que operou

durante anos sob o mito da democracia. As demandas dos quilombos e também do aborto despertam grandes entraves nessa sociedade conservadora, a primeira por questões econômicas e a segunda devido à moral e costumes. Os dois temas são extremamente importantes, mas do ponto de vista político nós não podemos dizer que existe o mesmo peso.

O aborto deve ser descriminalizado. As mulheres negras e pobres são as que mais sofrem com esse processo de aborto clandestino, de aborto doméstico, de medicamentos que colocam em risco suas vidas e, quando não abortadas, as das crianças.

A descriminalização do aborto é um tema que tem resolução de apoio do III Congresso do PT. Temos profundo debate interno, sobre as posições de parlamentares a respeito do não cumprimento da resolução partidária.

A regularização das terras de quilombos tem o apoio do partido, mas existe uma resistência grande em razão do fator econômico, da disputa por essas terras.

PAPEL DA SNCR DIANTE DOS DESAFIOS DA ATUALIDADE

A SNCR deve aglutinar a militância buscando aprofundar a reflexão e contribuir para o fortalecimento das políticas de igualdade racial. Estamos numa intensa organização interna, visando reforçar mais uma vez essa temática no processo eleitoral de 2010. No processo de consolidação do programa de governo da companheira Dilma Rousseff, vamos defender a materialização das políticas de igualdade racial no próximo governo do PT.

A militância negra e seus aliados que contribuíram para a construção do PT são fiéis e responsáveis pela grande transformação da sociedade do ponto de vista sociopolítico, cultural, econômico e racial.

O grande desafio é a manutenção de nossos princípios. Nossos sonhos para muitos neoliberais e conservadores eram e são malucos, mas eles estão provocando transformações no Brasil. A meta é a consolidação do que foi construído. Nós tivemos quase oito anos de efetiva construção e transformação e, agora, a demanda é maior, é transformar os desafios especificamente do ponto de vista racial. Temos ainda muito o que construir até findar o racismo.

É importante fazer com que a Seppir seja fortalecida, que seja entendida como um instrumento de relação do governo com a sociedade, por meio dos movimentos sociais. É importante que ela seja entendida como um espaço onde não se pode falhar, porque o que foi construído não é pouco. Entretanto, a máquina pública é morosa.

A manutenção desse organismo e a garantia de sua ampliação é questão fundamental, pois os benefícios contemplam mais da metade da população.

Temos que superar o sentimento de não pertencimento deixado pelo sistema mais cruel do mundo, a escravidão, e viver plenamente nossa liberdade.

Quando pensamos nesses desafios, é importante lembrar as transformações ocorridas na vida das pessoas, dos quilombolas, dos jovens, das mulheres. A esperança que esse espaço traz para quem milita no tema ou usufrui dos resultados da política de igualdade racial é também um motor para a ação do governo. E mais uma vez deve ser reforçada a necessidade de investimento e o aumento dessa estrutura para dar conta das demandas. É bom observar, também, que esse espaço não pode ficar fora de um diálogo no PT.

Portanto, a SNCR tem a grande responsabilidade de manter a mediação política entre nós do partido, o movimento social e os partidos da base aliada. Devemos consolidar o programa de governo a partir das políticas que existem e avançar nesses novos períodos. Atuar nessa campanha como sujeitos, ao mesmo tempo mobilizando e provocando a reflexão da militância sobre a igualdade racial e as mudanças estruturais na sociedade, bem como impulsionando as candidaturas negras, em especial das mulheres negras. A questão racial, mais que um tema simplesmente mobilizador, deve se tornar parte central das prioridades do nosso governo.

Estamos nos organizando para um debate de alto nível, com o envolvimento da companheira Dilma Rousseff, que terá total apoio da militância e petistas, em diálogo com a sociedade e o movimento negro.

A campanha de 2010 apresentou a ousadia de uma mulher candidata à Presidência da República. Só isso já causa resistência na sociedade, mas observem que a candidatura Dilma fez referência a todos os outros temas considerados secundários, que ainda não são bem entendidos pela sociedade. Como o presidente Lula, Dilma Rousseff também nos representa, do ponto de vista da dimensão de justiça colocada em geral pela classe trabalhadora e, em particular, pelos negros e negras.

EDSON SANTOS

**DO PARLAMENTO AO EXECUTIVO,
UM GRANDE APRENDIZADO****OS PASSOS NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL**

O governo Sarney criou a Fundação Cultural Palmares, que pelo viés da cultura começou a dar visibilidade à questão do negro no Brasil. No governo Fernando Henrique Cardoso foram criados alguns outros instrumentos para o combate ao racismo e o tema foi tratado no âmbito do Ministério da Justiça. Mas apenas após a eleição do presidente Lula, levando em conta o diálogo mantido com o movimento negro e também o fato de o Brasil ter assinado e ratificado o documento da Conferência de Durban, em 2001, foi criado um órgão voltado especificamente à luta contra o racismo e à promoção da igualdade racial. Um avanço muito recente.

Infelizmente muitas pessoas ainda desconhecem a existência do preconceito racial, da discriminação, da intolerância e do racismo no Brasil. Por isso ainda enfrentamos muitas resistências para implantar no século XXI uma agenda que deveria ter sido cumprida em 1888, com a abolição da escravidão, criando as condições de inclusão do negro na sociedade brasileira a partir da educação, do trabalho e do acesso a todas as políticas públicas. Alguns setores conservadores afirmam não ter negro no Brasil, que é tudo misturado. Mas as políticas de igualdade racial estão aí para provar a importância do reconhecimento do racismo.

A Seppir não é uma estrutura finalística, mas de articulação política. Atua de forma transversal, em diálogo com os órgãos de governo que têm como característica levar a política pública à ponta. Com o Ministério da Educação (MEC) construímos um Plano Nacional para estimular a plena implementação em todas as redes escolares do país da Lei 10.639 – que estabelece a revisão

da história do Brasil inserindo o negro na formação do Estado brasileiro e a história da África nas disciplinas escolares, desde o ensino fundamental. É um processo demorado, mas que torna a ação concreta.

A principal dificuldade da Seppir é a falta de estrutura. São necessários reforços, principalmente na área de gestão, para acompanhamento dos projetos em execução em outros ministérios, tornando a atuação mais efetiva. A Secretaria conta hoje com pouco mais de 40 cargos, o que não é suficiente para dar conta do acompanhamento das políticas desenvolvidas com os demais ministérios, que envolvem ações afirmativas voltadas para a população negra urbana e para as comunidades tradicionais. A população negra, que é o público-alvo prioritário da Seppir, encontra-se nos estados mais vulneráveis da sociedade brasileira, embora tenha alcançado nos últimos tempos uma melhoria muito expressiva em sua qualidade de vida.

A última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) do IBGE demonstra, por exemplo, um aumento significativo da presença de negros na classe média – em 1993 eram 22%, hoje temos 48%. Um aumento de mais de 100%, fruto da evolução das políticas de distribuição de renda e redução das desigualdades do governo Lula.

Entretanto, a presença dos negros nos ambientes de decisão, produção de conhecimento e representação política ainda é muito pequena. São tão poucos que dá para citar os nomes. No Judiciário, temos apenas dois negros nas cortes mais elevadas: Benedito Gonçalves, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Joaquim Barbosa, no Supremo Tribunal Federal (STF). No Congresso Nacional a participação de negros é inferior a 5%, o que revela a ausência de referências negras no contexto político brasileiro. Por isso é preciso ter mais ousadia.

Na gestão pública é fundamental ter negros ocupando funções importantes, de destaque. No governo Lula, além dos dirigentes da Seppir, temos Orlando Silva no Ministério dos Esportes e tivemos Gilberto Gil, Marina Silva e Benedita da Silva, à frente dos ministérios da Cultura, do Meio Ambiente e da Assistência Social, respectivamente. Mas temos que avançar nas demais áreas. É preciso qualificar os quadros negros e ter maior sensibilidade dos governantes em nível federal, estadual e municipal para garantir uma presença do negro na gestão pública que corresponda ao nosso peso na sociedade. Somos 50,06% do total da população brasileira.

Vivemos uma mudança no ensino superior a partir do Programa Universidade para Todos (Prouni), que garante bolsas de estudos para alunos pobres, negros e indígenas nas universidades particulares, e da política de cotas raciais, já adotada em cerca de 70% das universidades públicas. Isso

vai mudar a composição do ambiente acadêmico brasileiro, mas ainda precisamos de tempo para se consolidar como uma conquista que ultrapasse os cursos de graduação.

Na graduação, a Seppir firmou com o Ministério da Ciência e Tecnologia, no âmbito do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PBIC), a concessão de bolsas para alunos que tenham ingressado nas universidades públicas por meio das políticas de cotas raciais. Hoje são 600 bolsas, mas existe uma negociação para que esse número seja ampliado. E, com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Ministério da Educação, firmou um programa de incentivos para que alunos negros ingressem nos cursos de mestrado e doutorado, estimulando a presença da juventude negra no campo da investigação científica, o que hoje é ainda inexpressivo.

No mundo do trabalho, um desafio é a ampliação dos direitos dos empregados domésticos. Para tal foi criado o programa Trabalho Doméstico Cidadão (TDC), que visa assegurar as condições mínimas de dignidade para a categoria, formada em sua grande maioria por mulheres negras (52%), com baixa escolaridade e alto grau de informalidade – apenas 27,5% possuem carteira assinada. É necessário fazer esse processo avançar, pois a sociedade tem o dever de garantir aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos já adquiridos pelos demais trabalhadores.

O TDC precisa ser consolidado e ampliado. É um compromisso pessoal, até porque tem uma coisa de origem, de raiz. Minha mãe trabalhou como doméstica a maior parte de sua vida, com apenas uma família e teve a felicidade de ter a carteira assinada ainda nos anos 1960, o que era um caso muito raro. Até hoje, poucas situações no Brasil são assim, principalmente porque a regularização do trabalho doméstico depende principalmente da boa vontade da patroa ou do patrão. Deve ser uma política de Estado. O nosso governo tem esse desafio pela frente.

Outras políticas importantes estão em andamento com o Ministério do Trabalho, por meio de Planos Setoriais de Qualificação (Planseq), mas ainda não temos resultados expressivos.

A partir de acordo com o Ministério da Saúde, conseguimos em 2009 a publicação da portaria que institui o Programa Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra. É importante reconhecer as especificidades da saúde da população negra, sobre a qual existe maior incidência da anemia falciforme e determinadas cardiopatias, além de mais propensão à hipertensão arterial, que contribui para que as taxas de mortalidade materna sejam altas entre as mulheres negras. Além de considerar que a população negra está

exposta a mais fatores de vulnerabilidade, que incluem maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde regulares.

A cultura no Brasil é muito marcada pela presença dos negros. Em âmbito governamental, a Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), tem a missão de fomentar a cultura negra. A Seppir atua em diálogo com a Fundação em algumas frentes. Tivemos o samba transformado em patrimônio imaterial do povo brasileiro. Temos contribuído, junto aos mestres, no debate sobre a regulamentação da capoeira, com o cuidado de não proporcionar uma intervenção do Estado que seja danosa ao desenvolvimento da atividade. A capoeira é transmitida por meio da oralidade e da experiência, de pai para filho, de mestre para alunos, e o Estado deve atuar apenas de forma a proteger e estimular essa tradição.

Outra preocupação no âmbito da cultura diz respeito à vulnerabilidade das religiões de matrizes africanas frente às manifestações de intolerância e constrangimento da liberdade de culto. Embora seja laico e indiferente em matéria de crenças e dogmas, o Estado é responsável pela garantia de igualdade de direitos entre todos os cidadãos. Isso inclui as liberdades de expressão e de culto religioso. Laicidade não significa omissão. Todos os indivíduos têm o direito de adotar, mudar ou de não ter nenhuma convicção religiosa. A laicidade do Estado não é, portanto, uma convicção entre outras, mas a condição primeira da coexistência entre todas as convicções no espaço público. Neste sentido, a Seppir deu apoio institucional a vários movimentos de proteção à liberdade religiosa e, com os mesmos, também em parceria com outros órgãos governamentais, elabora o Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa e Promoção de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais de Terreiro (PNTC).

É uma mudança significativa da postura do Estado em relação aos cultos de origem africana. O candomblé foi criminalizado pelo primeiro código penal da República, há um vasto histórico de perseguições oficiais a essas religiões, farto em casos de violência, principalmente durante a primeira metade do século XX. Não eram raras as batidas policiais nos terreiros, culminando na repressão de suas lideranças e apreensão de símbolos religiosos por agentes do Estado. Apenas em 1975 foi abolida a obrigação de pedir licença à polícia para que os terreiros pudessem bater seus tambores.

Para muitos, a tradição de matriz africana é encarada apenas do ponto de vista do folclore e da fantasia. Compreendemos, no entanto, que ela deve ser reconhecida como um espaço de resistência cultural, política, social e religiosa. Para ajudar a preservar essa riqueza, além do PNTC, o governo Federal desenvolve por meio da Seppir o Programa Terreiros do Brasil. Dentre suas metas

estão ações de salvaguarda em casas tombadas como patrimônio cultural e em outros terreiros com importância histórica, sobretudo, nas cidades de Salvador (BA) e São Luís (MA); e o mapeamento dos terreiros nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Recife (PE), Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e do Distrito Federal, incluindo seu entorno.

O programa-piloto de mapeamento teve início em agosto de 2008, no Rio de Janeiro. Na presença de 14 líderes babalorixás e ialorixás, a Seppir assinou com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro um acordo de cooperação técnica para mapear os terreiros de matrizes africanas no estado. A inovação do projeto é a construção de um banco de dados que permitirá que cada terreiro seja mapeado com a tecnologia GPS. Desta forma, de qualquer parte do mundo, será possível obter informações sobre os 7 mil terreiros existentes no Rio de Janeiro. O mapeamento georreferenciado permitirá a integração de todas as ações técnicas e comunitárias relativas às questões dos terreiros, assim como ações específicas em cada uma dessas comunidades tradicionais. A experiência poderá ser ampliada para outros grupos tradicionais, sempre com o objetivo de preservar a cultura religiosa ancestral e garantir a liberdade religiosa de todos os brasileiros.

O governo também trabalha em defesa da cultura e do território das comunidades quilombolas, que possuem um forte conteúdo cultural negro. O primeiro passo é a certificação das comunidades enquanto remanescentes de quilombos, o que é feito pela Fundação Cultural Palmares. As ações começam pelo lado cultural porque a questão quilombola pressupõe uma série de elementos específicos no âmbito do conhecimento, da cultura e da tradição das comunidades. A partir da certificação, entra em campo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra), para realizar a regularização fundiária. Uma série de outros órgãos governamentais atua para garantir uma assistência mais ampla aos quilombolas.

Para a Seppir e todo o governo é um grande desafio atuar com estrutura fundiária brasileira. A busca é de garantir um desenvolvimento sustentável para o meio rural, tendo como referência a Constituição Federal e demais instrumentos legais que propiciam maior equidade para o acesso à terra no país. O direito aos territórios das comunidades quilombolas, dos povos indígenas e das demais comunidades tradicionais deve ser respeitado. No entanto, grandes obstáculos ainda estão colocados no caminho.

A garantia dos direitos dos quilombolas, assim como das políticas de promoção da igualdade racial de uma forma mais ampla, estão colocados no centro de uma disputa ideológica acirrada. As contestações à demarcação de

terras quilombolas feitas na justiça, as reações dos setores mais conservadores por intermédio da imprensa e o recrudescimento da violência no campo são provas disso.

Enfrentamos uma série de dificuldades para acelerar o ritmo dos processos de identificação, reconhecimento e titulação das terras quilombolas. A maior delas está na esfera política e jurídica. E por isso se fez necessário um trabalho permanente no sentido de sensibilizar o Congresso Nacional e o Superior Tribunal Federal (STF) para a preservação do Decreto 4.887, que regulamenta o processo para a titulação definitiva das terras quilombolas. Tramita no STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), impetrada pelo Partido Democratas (DEM), com o objetivo de sustar os efeitos do decreto citado anteriormente, tendo por base os interesses dos setores tradicionais das questões fundiárias no Brasil. Em prol desse decreto foi constituído, em 2008, um grupo de trabalho envolvendo mais de dez ministérios, com o objetivo de articular o diálogo e as ações de governo para garantir a segurança jurídica e política do processo de titulação. Esse grupo trabalhou por mais de cinco meses e conseguiu consolidar uma proposta de alteração da Instrução Normativa que regula a aplicação do Decreto 4.887. Esta proposta foi construída em conjunto com as lideranças das comunidades, conforme determinação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da Convenção 169.

A Consulta Quilombola foi realizada em abril de 2008, na cidade de Luziânia (GO), e contou com a participação de 260 quilombolas indicados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq). Durante três dias essas pessoas debateram com técnicos do governo sobre o formato ideal da Instrução Normativa, apresentando propostas, divergindo e concordando com as proposições elaboradas pelo Grupo de Trabalho (GT) do governo. As propostas de consenso, bem como as divergentes, foram então apresentadas ao presidente da República e resultaram na Instrução Normativa 49.

Esse aperfeiçoamento normativo não destravou por completo o ritmo das titulações. Além da morosidade e da falta de preparo da justiça brasileira para o julgamento das contestações, existe outra dificuldade, de natureza administrativa. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não dispõe de técnicos suficientes para produzir os relatórios, o que tornam morosas as demarcações.

É justo que o movimento negro, em especial com sua representação quilombola, faça pressão sobre o governo, o Legislativo e o Judiciário para acelerar as titulações de terras quilombolas. Mas não podemos, em nome da ansiedade de alguns segmentos, atropelar a legislação e jogar por terra todo um trabalho desenvolvido em defesa das comunidades. Erros do passado

estão sendo consertados e a questão das terras quilombolas tratada com muita responsabilidade.

O instrumento vigente na gestão FHC era o Decreto 3.912/2001 – objeto de críticas generalizadas por não regulamentar os procedimentos administrativos necessários a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário. Na prática, ao atribuir à Fundação Cultural Palmares a responsabilidade pela titulação e, ao não definir os procedimentos para a desintrusão das terras, o Decreto não foi capaz de fazer cumprir o Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, que assegura a propriedade definitiva das terras ancestralmente ocupadas por comunidades negras. Assim, dez dentre as 46 titulações realizadas no período entre 1995 e 2002 foram invalidadas judicialmente. Continuaram valendo apenas as regularizações feitas em áreas de propriedade da União. Ou então, aquelas cujos processos foram conduzidos pelos governos estaduais, que valeram-se de legislações próprias para promover a desintrusão.

A concessão de título para as comunidades remanescentes de quilombos realizada até 2002, não significou para muitas delas a posse definitiva da terra. Situam-se neste caso 289.651 hectares titulados pelo governo anterior em terras de domínio particular, que não foram registrados em cartório porque nas áreas correspondentes os moradores não quilombolas não foram indenizados e retirados.

Foi a partir do governo Lula, em 2003, que se iniciaram amplos debates com especialistas do Direito, de movimentos sociais e integrantes do governo, culminando com a criação de um grupo de trabalho sob coordenação da Casa Civil da Presidência da República. Esse momento representou um marco político no reconhecimento dos direitos dos quilombolas, pois surgiram novos paradigmas jurídicos para tratar do tema, como o Decreto 4.887/2003.

A partir da substituição do Decreto 3.912/2001 pelo Decreto 4.887/2003, houve a transferência da responsabilidade pela titulação ao Incra, além de uma definição mais precisa para a retirada dos moradores não quilombolas das áreas em questão. Os processos que haviam sido invalidados foram retomados pelo Incra e estão em andamento.

O Brasil ainda não fez a reforma agrária. É preciso compreender que a questão quilombola está inserida numa disputa maior contra uma estrutura agrária de concentração de terra, poder e renda. Defendida não apenas por latifundiários, mas também pelos donos de grandes meios de comunicação, parlamentares, juristas, empresas e sindicatos patronais que se contrapõem a uma transformação que coloque o maior número possível de produtores no campo, resolva o problema da injustiça social e não aceite a desigualdade.

REFERÊNCIAS PARA CONSOLIDAÇÃO DE UM PROCESSO INOVADOR

O desafio não é pequeno. Por isso é importante ressaltar o desenho das políticas públicas voltadas à população negra, construído nesse período de oito anos do governo Lula. Quando vemos as diversas áreas em que a Seppir atua, fica evidente a necessidade e a importância de o governo ter um órgão que olha para questões tão específicas e, ao mesmo tempo, tão complexas.

Recentemente, a situação social melhorou para todos. Porém, essa melhoria veio numa parcela maior para os brancos, isso revela que os negros continuam do lado mais difícil da situação na sociedade. Por isso, é importante o desenvolvimento de ações afirmativas. Uma questão que se coloca muito fortemente é a consolidação das ações afirmativas enquanto políticas permanentes do Estado, transcendendo os governos. Daí a importância da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial no Congresso.

A existência da Seppir gerou referência para que estados e municípios criassem organismos de promoção da igualdade racial. O Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir), órgão responsável pela descentralização das políticas, chegou ao final de 2009 com 580 órgãos de promoção da igualdade racial credenciados, incluindo as capitais e os governos estaduais. Temos um bom diálogo com o governo do Rio, da Bahia e até com o governo de São Paulo, que a princípio se colocou contrário às políticas de promoção da igualdade racial, criou um órgão com esta finalidade. Precisamos ter uma visão de Estado. E, no geral, não houve dificuldades de diálogo com gestores estaduais e municipais no âmbito dessa política. É preciso haver o desenvolvimento e o comprometimento com a política. Isso ainda é muito frágil em todos os governos. Mas, há um campo muito fértil para trabalhar visando à consolidação das políticas de promoção da igualdade racial.

O movimento social tem sua autonomia perante o governo. Existe um diálogo aberto, com todos os segmentos do movimento negro, inclusive com os que têm discordância com o governo. Geralmente o movimento sonha alto. Querermos mais é importante. O governo deve manter o canal aberto para mostrar os seus pontos de vista e também à limitação no atendimento a alguma demanda do movimento negro. Um instrumento importante nesse sentido é o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), no qual estão representados os principais setores do movimento negro. O CNPIR é um espaço de diálogo, para ouvir as críticas e ponderações feitas por lideranças do movimento social. A Seppir realizou ainda duas edições da Conferência Nacional de Políticas de Igualdade Racial (Conapir). O processo foi iniciado nos estados e municípios e finalizando com a etapa nacional. Foram momentos extremamente importantes para a negociação entre governo e sociedade civil.

É relevante também situar que o Brasil é uma referência mundial no âmbito dessas políticas, graças à criação da Seppir, do caráter transversal da política de promoção da igualdade racial, combinado com o grau de priorização do presidente Lula às questões econômicas e sociais dos países em desenvolvimento. Nós participamos da revisão da Conferência de Durban em Genebra, na Suíça, em 2009. O Brasil foi colocado numa posição de interlocutor privilegiado nos diálogos e debates.

Buscamos ainda construir uma relação sólida com os países do continente africano. No início de 2010, chefei uma missão brasileira a seis países africanos: Angola, África do Sul, Moçambique, Sudão, Cameroun e Nigéria. Em todos eles buscamos desenvolver ações de cooperação bilateral. Com Cameroun e Nigéria firmamos protocolos que vão nos ajudar muito em ações ligadas à Lei 10.639. Pretendemos receber professores africanos que poderão atuar nas universidades brasileiras, passando conteúdo da história de sua região. É importante frisar que não existe uma história da África, existem histórias da África. Cada país, região e grupo étnico tem sua história, sua cultura. Com Moçambique e Angola já temos uma relação muito mais avançada de cooperação na área de juventude. Uma delegação desses países virá ao Brasil para conhecer um pouco da experiência do governo brasileiro, principalmente no que se refere à tecnologia social de qualificação para o mercado de trabalho. No Sudão o campo é mais árido. Nossa diplomacia está chegando lá agora. Mas realizamos diversas reuniões, inclusive com o presidente da República, para estudar possíveis frentes de colaboração. Há um interesse de que o Brasil possa auxiliá-los na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, tanto na área agrícola, com o incremento da produção de alimentos, quanto para a extração de petróleo. O Sudão pretende se livrar da dependência da Europa, dos Estados Unidos e da China e considera o Brasil um parceiro em potencial.

Com os Estados Unidos temos um protocolo de cooperação em construção desde 2005, assinado por mim e pela então secretária de Estado dos EUA, Condoleeza Rice, em março de 2008. Existe um interesse grande por parte dos EUA no que diz respeito à forma como o Brasil vem tratando a questão social e racial. E, é importante ressaltar, sem acirrar os conflitos raciais. O Brasil vem tratando essa questão, o Estado exercendo a sua autoridade, mas sem quebrar ou romper o tecido social brasileiro. Isso chama atenção em países que tiveram experiências traumáticas nas relações raciais, como os Estados Unidos e África do Sul, além de outros da própria Europa, onde há uma dificuldade no trato da questão racial.

Como podemos ver, a política de igualdade racial está avançando tanto no âmbito nacional quanto das relações internacionais. Como ministro, pas-

sei por um período de provação muito grande, de desconfiança, mas acredito que, ao final, as relações se ajeitaram e avançaram. Não vou dizer que tornei-me uma unanimidade no movimento, como exagerou o presidente Lula em minha despedida do cargo. Mas, pelo menos, o respeito e o diálogo foram construídos. O trabalho conjunto com os governos, com o movimento negro e com a sociedade foram muito produtivos. E, particularmente, olhando para dentro, cresci muito com essa história.

KABENGELE MUNANGA**LUTAS CONTÍNUAS CONCRETIZAM
MUDANÇAS SOCIAIS E RACIAIS****REALIDADE BRASILEIRA, MUDANÇAS CONCEITUAIS E POLÍTICAS**

Nos últimos dez anos, o debate sobre a questão racial, em termos de conscientização, adiantou bastante. Havia uma época em que dizer que há racismo no Brasil era considerado como um crime de lesa-pátria. Ninguém se atrevia a dizê-lo, com medo de sofrer repreensão política.

Antigamente o debate ocorria somente nos meios acadêmicos, mas hoje é difundindo no tecido da sociedade, principalmente no seio das entidades do movimento negro. Apesar de o movimento negro ter atuação a longas datas (desde que os negros aqui pisaram como escravizados), creio que nos últimos dez anos – graças ao debate sobre ação afirmativa –, a questão do negro foi ampliada.

Apesar de o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) ter reconhecido que há racismo no Brasil e de alguns governos estaduais terem criado órgãos como o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da População Negra (estado de São Paulo), a Secretaria Especial do Negro (estado do Rio de Janeiro), a Coordenadoria do Negro (prefeitura de São Paulo) entre outros. Nos últimos oito anos, os fatos políticos de integração do negro, além da retórica, começaram a se concretizar no governo do PT, com o presidente Lula. Várias ações foram desenvolvidas: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), com *status* de ministério, a nomeação de ministros negros (Seppir, Cultura, Esporte, Meio Ambiente e Assistência Social), a promulgação da Lei 10.639/2003 e projetos do interesse das comunidades quilombolas, da saúde da população negra, cultura entre outros.

A pressão participativa do movimento negro foi determinante, para mudanças e conquistas. Essas traduzem a ação e a expressão da militância junto ao governo popular, consciente da existência das desigualdades raciais e consequentemente da urgência da implementação de políticas específicas. Aí está a diferença nesses últimos oito anos.

Quando cheguei à Universidade de São Paulo (USP), o então Departamento de Ciências Sociais (sob a iniciativa do professor João Baptista Borges Pereira, estudioso das relações raciais e interétnicas) costumava organizar eventos no mês de novembro, que denominavam “Semana do Negro”. Mas era uma reflexão sobre o negro sem a presença e a participação deste, à exceção do historiador Clóvis Moura e do estudioso Eduardo de Oliveira e Oliveira. Recordo-me de que quando estes diziam “nós, negros” as pessoas brancas murmuravam: “Aqueles dois mulatos, por que querem se considerar negros?” Com o tempo isso não acontece mais. Hoje é mais aceito que as pessoas mestiças assumam politicamente a identidade negra sem criar surpresas e constrangimentos.

Num país democrático e de direitos são importantes os avanços legais, porque as leis funcionam como um grande guarda-chuva protetor de todos os nossos direitos enquanto cidadãos e cidadãs. Mas as leis sozinhas não são suficientes para resolver todos os problemas de uma sociedade. Temos de ir além delas para conjugar a igualdade formal com a igualdade material. A Constituição de 1988 é excelente, considerada como uma das mais avançadas do mundo, mas e daí? Há acordo entre o Estado, os governos e os demais responsáveis pelo investimento nas políticas universalistas? Não tenho dúvida de que deva haver investimento na melhoria dos serviços públicos como as escolas, a saúde etc. Mas é preciso cruzar as políticas universalistas com as políticas específicas ou focadas, capazes de atingir os segmentos da sociedade que, por motivos históricos e estruturais, têm perdas acumuladas e atrasos em matéria do seu desenvolvimento coletivo, que jamais as políticas macrossociais poderão reduzir. Ou seja, praticar a discriminação positiva, ou como preferem alguns, tratar desigualmente os desiguais. Perante a lei somos todos iguais, está correto, mas em formulação de políticas públicas não devemos ficar presos a esse princípio de isonomia, pois seria uma negação de nossas diferenças sociais, de gênero, religião, idade, etnia e classe.

As políticas que defendem os verdadeiros direitos humanos devem ser as que dão conta do conjunto das necessidades das pessoas e coletividades e não se percam na generalidade e na abstração. Para serem concretas, essas políticas devem defender os direitos humanos acompanhados de ações, de programas

e de projetos efetivos de mudança, de transformação da sociedade em sua complexidade e diversidade.

Os que estão contra as ações afirmativas recorrem às leis para justificar a ausência de medidas concretas. Por que a Índia, saindo da sua colonização em 1947, institucionalizou as políticas de cotas em benefício das castas chamadas intocáveis a partir de 1950? Porque eles se deram conta de que o fato de a Constituição considerar a casta como uma instituição ilegal não era suficiente para resolver os problemas de uma sociedade hierarquizada religiosamente e que era preciso verdadeiras políticas de mudanças.

É nesse sentido que nos Estados Unidos, na Índia ou no Brasil de hoje se colocou ou se coloca a questão das políticas de ação afirmativa na modalidade “cota”. Apesar de termos uma excelente Constituição no Brasil, devemos ir além, cruzando políticas universalistas com políticas diferencialistas.

É isso que pessoas contrárias às políticas de ação afirmativa não entenderam ou não querem entender. A visão deles é a de que essas políticas vão dividir e racializar o Brasil, uma sociedade geneticamente mestiça, onde o branco, o negro e o índio já desapareceram. Está certo que a mestiçagem é uma característica fundante dessa sociedade, geneticamente falando, e que a pureza racial é um mito! Mas nem por isso a fenotíпия, que explicaria nosso racismo à brasileira, deixou de existir. Quando analisamos a estrutura dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e das instituições econômicas e financeiras do país, cabe a pergunta “onde estão os mestiços e as mestiças” cuja apologia é tão retórica? Basta apertar o botão e selecionar qualquer canal de nossa televisão para perceber que aparecem mais pessoas claras e loiras do que em muitos países nórdicos da Europa.

A mestiçagem, nesse sentido, é uma peça ideológica muito importante, pois a qualquer momento ouvimos “nós somos mestiços, por isso não devemos ter políticas de cotas para negros e índios”. Os formadores de opinião, quando falam para a população por meio dos órgãos de imprensa e das mídias, levam vantagem. As pesquisas feitas em nossa academia e que poderiam oferecer uma opinião diferenciada à das mídias não são acessíveis a todas as camadas da população.

O mito da democracia racial foi e, continua sendo apresentado como se fosse a verdade da sociedade brasileira. Sente-se a dificuldade de superar a crença nas diferenças socioeconômicas como explicação das desigualdades entre brancos e negros, apesar do ideal da democracia racial já ter sido desmistificado pelo movimento negro e pelas pesquisas acadêmicas. Tenho a impressão de que a inércia é tão forte, que o brasileiro deixou de se enxergar, naturalizando sua crença na existência da mestiçagem e no desaparecimento

total do branco, do negro e do índio, em termos de discursos e não dos comportamentos que ainda continuam discriminatórios das diferenças.

O fato de o negro tornar-se cidadão pleno após a abolição da escravidão é visto como uma debilidade do próprio, e não da sociedade que o excluiu. O atraso em relação a outros grupos raciais é considerado como falha dos próprios negros, que não têm bastante competência para reagir com força enquanto grupo social. Não é à toa que algumas pessoas falam hoje de uma segunda abolição, colocando em xeque os esforços dos abolicionistas que condenaram moralmente a escravidão e se empenharam para sua extinção. Da mesma maneira, o racismo é condenado moralmente, mas é dentro dos princípios dos direitos humanos que se deve assentar a questão, pois é obrigação da sociedade garantir e defender os direitos de todos à igualdade de oportunidades e tratamentos.

É difícil assumir que a cultura da sociedade brasileira é racista. Basta olhar nossos livros didáticos, historicamente são repletos de preconceitos. Com isso, é inculcado nas crianças e jovens em formação um distanciamento de suas raízes culturais africanas, embora façam parte de nosso cotidiano. Em termos de educação formal do cidadão, elas são deixadas de lado.

Até o fim do século passado, o racismo era fundamentado em discursos racialistas ou pseudocientíficos produzidos, ou seja, na variável biológica. Hoje, entretanto, ninguém ousa dizer abertamente que o negro é inferior biologicamente para justificar e legitimar a discriminação. No entanto, o racismo continua a atuar entre as relações humanas, apoiado em outras variáveis, culturais e históricas e se escondendo (no caso específico do Brasil) nas questões de origem socioeconômica.

Se o Brasil é um país que nasceu do encontro das culturas e civilizações oriundas de quatro continentes (América, Europa, África e Ásia), o que há de racialização ao ensinar ao jovem brasileiro sua raiz africana? A grande população foi educada dentro do modelo europeu, mas quando se coloca a questão da inclusão das raízes indígenas e africanas vem a retórica “somos mestiços e nossa história é brasileira” e que o ensino das outras histórias racializaria o Brasil! Mesmo aceitando e assumindo “nossa” mestiçagem como querem, devemos saber quem somos, de onde viemos e por onde vamos.

Alguns ativistas políticos e midiáticos defensores do marxismo têm uma leitura errônea e cômoda quando explicam as desigualdades raciais somente a partir da leitura de lutas de classes. Claro que a luta de classe existe, mas não devemos ignorar a existência de uma educação que dita nossos comportamentos racistas. A negação do racismo como fator estruturante das relações de classe pode ser um marxismo superado, atrás do qual alguns se escondem para se contrapor à política de ação afirmativa .

O Brasil tinha uma visão da África a partir da historiografia colonial e das imagens depreciativas divulgadas por algumas mídias contemporâneas. Isso começou a mudar lentamente nos últimos governos, quando houve realmente propostas de relações diplomáticas e econômicas mais intensas com os países africanos. Começou nitidamente com o governo FHC, mas se intensificou em termos de quantidade e qualidade a partir do governo Lula. Vejo gestos claros de aproximação, de uma diplomacia totalmente diferenciada da ocidental ainda presa ao complexo de colonizador. A diplomacia atual em relação a África envolve coração e respeito, independentemente dos interesses econômicos e comerciais mútuos que existem em todas as relações humanas. É demonstrada uma vontade política de aproximação positiva, de solidariedade e cooperação. Na história da humanidade os povos se aproximam por interesses diversos, a questão é saber como e por que nos aproximamos. Dar esmola para alguém é quase um ato de humilhação. Mas a ajuda com respeito ao outro como ser humano e como nação, é algo diferente.

PRINCIPAIS AÇÕES POLÍTICAS NO PERÍODO 2003-2010

A criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) foi um grande feito do governo Lula. De minha parte, a participação no Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR) como representante da sociedade civil me trouxe grande aprendizado, da mesma forma que aprendi com o movimento negro, quando cheguei aqui. Como intelectual e pesquisador das relações raciais, os representantes das entidades negras, indígenas, ciganas, árabes, israelenses e feministas e outros presentes no CNPiR muito me ensinaram. Em alguns momentos raros, os assuntos eram especificamente acadêmicos, nos quais pude dar uma colaboração específica, mas o mais importante tem sido o debate político.

O acesso ao exercício da política é extremamente importante. Nosso papel como conselheiro tem sido de prestar uma ação consultiva, de assessorar o andamento das políticas de igualdade racial. O CNPiR contém a representação da diversidade das entidades do movimento negro e social, às vezes pauta-se por conflitos partidários, o que prejudicava a própria ação e o andamento das propostas do governo. Ainda estamos numa fase de construção da solidariedade entre nós, afrodescendentes em representação da sociedade civil perante o governo. Vivenciamos também as vaidades pessoais e individuais, mas isso não impediu que o CNPiR fosse propositivo na preparação, em 2005, da I Conferência Nacional de Políticas de Igualdade Racial (Conapir). Como conselheiros, nos dividimos para acompanhar a realização dos eventos

preparativos nos estados, em conjunto com a ministra da Seppir. Foi, de fato, um trabalho intenso e de vivência democrática.

Mas a representação dos órgãos do governo no CNPIR não tem se demonstrado efetiva. Nem sempre se fizeram presentes nas reuniões e/ou apresentaram propostas concretas. Pelo fato de serem designados, muitas vezes não demonstraram compromisso real com a promoção da igualdade racial.

A I Conapir foi uma grande realização num momento conflitante, de crise. Já a II Conapir, em 2009, teve um papel importante, mas já tinha como base as resoluções da primeira, foi um momento de balanço, uma complementariedade do trabalho antes iniciado. Se as propostas das duas Conferências fossem desenvolvidas efetivamente, a realidade brasileira seria outra. A Seppir depende do envolvimento de outros órgãos do governo para desenvolver o seu trabalho e com isso, as coisas ficam morosas. As resoluções das Conferências contribuíram para um desenho real dos caminhos para as políticas públicas. Com todas as dificuldades que tivemos, sem cobertura da imprensa brasileira, que ignorou totalmente a importância dessas conferências, foram exitosas.

A Audiência Pública realizada em março de 2010, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi outro exercício de democracia. Mostrou que nos aproximamos de um Estado de Direito. Posicionamentos contra e a favor propiciaram o amadurecimento do debate. Amadureceu, sobretudo, do lado dos defensores de política de ação afirmativa, que apresentaram argumentos muito bem elaborados, sem se prenderem a banalidades. Os fundamentos jurídicos demonstraram que inconstitucionalidade seria não colocar em prática as políticas de ação afirmativa, seria andar contra a Constituição. Mostraram também que nesses seis a sete anos, cerca de 80 universidades públicas passaram a exercitar as cotas com modalidades diferentes de política de ação afirmativa, provando que nenhum dos argumentos contrários se demonstrou na prática. Em lugar algum viram-se conflitos raciais, não caiu o nível da excelência do ensino superior. Nunca ingressaram tantos negros nessas universidades, em comparação até com o século anterior. Os argumentos dos que estavam contra as cotas foram desmontados.

O debate demonstrou que somos uma sociedade democrática, porque numa questão social como a racial não é fácil obter consenso, sempre vai ter pontos de vista e opiniões diferentes, unanimidade nunca vai acontecer. As ideias-forças defendidas no STF vão contribuir para a tomada de decisão sobre a constitucionalidade ou não das cotas.

Pela minha experiência no Brasil, nunca vi tantos colegas pesquisadores brancos com argumentos tão preparados, tão fortes em defesa das mudanças e em favor das políticas de ações afirmativa. Houve época em que essas questões

pareciam ser apenas de responsabilidade dos negros e do movimento negro, dos intelectuais negros engajados. Estou convencido de que ampliou o número dos brasileiros que entenderam ser a superação do racismo uma questão nacional, e não uma questão do negro ou do branco.

Há uma visão otimista e a esperança de o julgamento ser favorável à continuidade das práticas de ações afirmativas e cotas. Se depender da qualidade dos discursos, dos argumentos apresentados, eu tenho certeza que o STF vai se pronunciar em favor da constitucionalidade. Mas, por outro lado, não podemos ser ingênuos, isso é uma questão política que não depende apenas dos formadores de opinião. Depende das estruturas das instituições públicas brasileiras, que são muito conservadoras.

Uma das principais ações em curso nos dias de hoje por parte do Executivo é a Lei 10.639, que torna obrigatório o ensino da história da cultura do negro no Brasil, incluída a história da África. Apesar da resistência que ainda existe entre alguns responsáveis pelo sistema educacional e educadores, essa é uma medida viável. Já há um grande acúmulo nessa área – muitos livros e textos defendendo uma educação multicultural, que inclui a nossa riqueza comum. Tenho a impressão de que mesmo saindo esse governo, tal ação terá continuidade, será difícil ser extinta.

A Lei 10.639, do meu ponto de vista, será adotada com mais facilidade do que o Estatuto da Igualdade Racial, pois o discurso sobre a cultura já faz parte da vida brasileira. Esse conhecimento e envolvimento não incomodam muito, o que incomoda de fato é a questão política, a educação superior é o cordão umbilical, é o impulso para a chegada do negro no topo. Em uma instituição, uma grande escola, uma universidade, é possível ter um negro de plantão, dificilmente você vai encontrar três ou quatro numa mesma atuação. Se você perguntar por que apenas um, a resposta recairá sobre a competência. Dirão que querem uma pessoa formada numa área específica, com o perfil para ocupar um cargo de responsabilidade. Nos meios de comunicação, os quadros técnicos de ponta, em geral, não são ocupados por negros.

Os que lutam contra as cotas são pessoas que defendem o *status quo* e não querem mudanças. Então é mais fácil assumir e ensinar a história do negro no Brasil numa ótica diferente da historiografia colonial. Não quer dizer que isso seja menos importante, faz parte das nossas reivindicações. Temos que nos apropriar dessa possibilidade, mas também lutar fortemente para a mudança nas instituições universitárias.

O conjunto das ações desenvolvidas no período de 2003-2010 tem contribuído para uma ampliação de uma cultura política favorável à inclusão e ao combate ao racismo. A população brasileira hoje está na prática convivendo

com uma mudança que ficava apenas no plano do discurso. Mas, torço para que as novidades possam ser difundidas ainda mais no tecido social brasileiro. Uma grande mudança se expressa no programa Bolsa Família, por exemplo, pelo qual a criança e o adolescente que ganhavam migalhas no trabalho informal, de maneira explorada, podem se libertar e recuperar o tempo para ir à escola. Dizem que isso é uma política assistencialista, crítica com a qual não concordo, porque é necessário dar possibilidade às pessoas de aprender a se virar sozinhas, é verdade, mas deixá-las morrer de fome e de doença é impedi-los definitivamente de chegar lá.

A aprovação de bolsa do governo para um universitário de classe média ir para a Europa se especializar não é visto como assistência. Entretanto, quando são filhos dos trabalhadores, qualquer benefício advindo das políticas públicas vira assistência. É claro, essa assistência é para eles poderem frequentar a escola e aprenderem uma profissão, receberem uma boa formação como cidadãos, terem acesso à tecnologia. Portanto, não é uma assistência que leva as pessoas a cruzar os braços, como os conservadores argumentam.

Quando converso com pessoas que trabalhavam em minha casa (em geral mulheres, como empregadas domésticas), verifico que seus filhos vão para o Centro de Educação Unificada (CEU), criado no tempo da prefeita Marta Suplicy (PT-SP), que têm acesso à internet, a uniformes, cultura e informação. Com isso vejo que as mudanças são reais, mas um país que acumulou tanta desigualdade demorará para ter as questões sociais e raciais totalmente resolvidas. Se não houver um governo com consciência para continuar o que já foi implantado nesses oito anos, será um retrocesso.

Estamos dando passos estratégicos no acesso a direitos, mas a demanda social é grande. Por isso lutamos para que as ações de governos se tornem políticas do Estado – a Seppir, o Estatuto da Igualdade Racial, a lei das cotas. Ao se tornarem políticas de Estado, independentemente da posição dos governos futuros, deverão ter continuidade.

O PAPEL DA IMPRENSA BRASILEIRA NA MANUTENÇÃO DO *STATUS QUO*

O setor midiático brasileiro não esteve e não está focado no desejo e na necessidade do povo. De maneira geral, esse setor é conservador, reacionário, ainda preso ao mito da democracia racial. Sua atuação persiste em mostrar que não há problema racial no Brasil. Com tal posicionamento, recicla o mito da democracia racial em ideologia de mestiçagem, minimizando os impactos das desigualdades raciais e étnicas, o que complica bastante o debate público, o andamento das políticas e a definição de leis.

São muitas as decepções nos últimos anos. Em comparação com o papel da imprensa livre em alguns países onde existe uma análise séria sobre as questões sociais, aqui o trabalho é baseado na emoção, na instigação do medo. É recorrente a tentativa de demonstrar como teremos problemas e conflitos se buscarmos superar o racismo.

Para combater as ações governamentais e sociais, os formadores de opinião falam de Ruanda, no continente africano. O Brasil poderia ser comparado à Bósnia, onde houve conflito étnico, à Espanha, ao Canadá, Bélgica ou Islândia, mas buscam Ruanda para poder humilhar e desmoralizar os afrodescendentes, para dizer: “Querem importar as atitudes daqueles seus parentes que ficaram no continente africano e estão criando conflitos”.

A imprensa é o microcosmo da sociedade, e, como já falei, é extremamente conservadora, mas felizmente tem setores que pensam e agem de modo diferente. É claro que a *Carta Capital* e *Caros Amigos* tem uma formulação instigante, diferente da que se mostra na *Folha de S.Paulo*, no *Estadão*, na *Veja* ou *IstoÉ*. Mas a imprensa que domina é a conservadora, que reforça os preconceitos em vez de contribuir para superá-los.

Muitas vezes o que temos a partir da mídia é apenas um lado dos fatos, isso foi muito claro no debate sobre as políticas de ação afirmativa. Em geral, os mais amplos espaços são para os convidados cientistas, pesquisadores e intelectuais que são contra as cotas. A visão que a imprensa brasileira tinha na campanha eleitoral de 2002, de Lula para presidente da República, era totalmente preconceituosa, não era passada a crença em que ele poderia governar o país. Quando Fernando Collor ganhou as eleições, foram realizados debates para induzir a população a acreditar nele, na verdade a eleição de Collor, até certo ponto, foi impulsionada pela Rede Globo.

Os veículos de comunicação apresentam opiniões diferentes, mas deveriam promover uma análise da sociedade real. No caso das políticas de ação afirmativa no Brasil, em geral a mídia joga contra. Alguns permanecem em silêncio, mas essa também é uma maneira de se posicionar politicamente, de não contribuir para a ampliação da consciência do povo.

OS DESAFIOS E APONTAMENTOS PARA O FUTURO

Estamos falando em transformações, em um país governado por um presidente de origem popular, que não foi formado por uma universidade, mas que tem, notadamente, uma aprovação muito grande da sociedade. Isso se dá em função de um passado e de um presente que trouxeram ao “nosso Lula” a sensibilidade para entender onde estão as verdadeiras dificuldades para mudar o Brasil. Se ele não tivesse esse passado cultural, social e também

uma formação político-partidária popular e operária, não sei se teria essa sensibilidade. Não basta ter consciência, fazer um discurso contundente, sem uma combinação com a vontade política de mudar. Nosso presidente não ficou preso ao discurso, apesar de todas as dificuldades que encontrou no caminho, seus pensamentos não são coisas livrescas. Conhece de perto um Brasil cheio de contrastes, ao mesmo tempo rico e pobre, onde grande parte da população passa fome e necessidades, situações que ele viveu. Por isso não fala de coisas abstratas, mas se relaciona com a realidade do país. Quando diz que tomou sorvete apenas quando tinha oito anos, tem introjetado o significado disso e sabe, também, que há pessoas que nunca provaram sorvete. Um exemplo banal, mas que serviu para mostrar de onde ele vem, e aonde quer chegar: um Brasil melhor.

Lula sabe onde estão os problemas e por onde operar as mudanças no Brasil. Eu diria seguramente que é uma das raras inteligências que conheci.

Com minha formação universitária como doutor em Antropologia, professor titular da USP, pergunto-me se teria capacidade de governar um país desse tamanho e com tantas contradições. Não é todo mundo que tem essa capacidade, essa força, seja da academia ou do povo. Tenho muita admiração pelo presidente Lula. É claro que somos todos diferentes, mas ele é uma pessoa excepcional, que fala e age diante de um Brasil real. Para mim, isso é uma grande diferença. O respeito que o Brasil tem hoje internacionalmente, é muito importante. O presidente não fala inglês, não fala francês, não fala alemão, mas não precisou disso para governar, para se tornar essa grande referência política.

Torcemos para que os que virão continuem esse exercício político a favor do povo. Torço para que Dilma Rousseff dê continuidade e amplie esse projeto.

O desafio é que o Brasil precisa continuar a ser governado pelos que têm compromissos com as reais necessidades da população, visando à garantia da qualidade de vida para todos. Tenho medo do retrocesso.

As conquistas sociais são produto de luta contínua, assim confirma a história. Devemos sempre trabalhar para conscientizar a população brasileira e levá-la a acreditar em si mesma. No caso da população negra, tem-se conseguido formar novas gerações mais confiantes de sua dignidade, jovens negros estão crescendo em contextos de valorização individual e coletiva.

Não creio que um dia a gente chegará a uma situação de total superação do racismo, mas há um processo positivo que tem que continuar, faz parte da mudança da sociedade. Apesar das conquistas, o processo de luta é contínuo. Enquanto vivermos e tivermos diferenças e vantagens sociais e políticas para uns em detrimento de outros, os conflitos e as lutas para defender o nosso direito, nossa dignidade humana devem continuar.

Como integrante da academia, ainda me frustro com o número de negros naquele espaço, nas universidades de boa qualidade, seja pública ou privada. A visibilidade para alguns pesquisadores negros não é representativa daquilo que somos. Em breve irei me aposentar na universidade onde entrei como primeiro negro a fazer o doutorado, como primeiro professor que chegou ao topo da carreira. Temo que lá não haja outro negro. Pergunto quando as portas da universidade se abrirão para os negros como docentes? Temos hoje a Associação Brasileira dos Pesquisadores Negros (ABPN), construída a duras penas e ainda criticada como instrumento de racialização do Brasil. Negros têm entrado nas universidades, graças às cotas e ao Programa Universidade para Todos (Prouni), mas ainda é uma gota d'água num oceano se pensar que os negros são metade da população brasileira e que somos ainda uma minoria nos espaços públicos. Temos que nos convencer de que a democracia brasileira só vai se realizar se tiver uma representação de todos os setores da sociedade na estrutura do poder político, econômico e na imprensa.

Sou esperançoso, as mudanças vão favorecer as novas gerações. Devemos educar nossos filhos para que tenham consciência da desigualdade, do problema que os negros enfrentam. E de que com as lutas sociais podemos chegar ao topo, mesmo que demore.

Os ditos populares africanos têm muito a ver com a realidade brasileira, um deles é “a luta continua... apesar da independência”.

Aqui no Brasil, já provamos, devemos garantir a continuidade das políticas públicas priorizando os que necessitam de oportunidades e das ações de governos.

MATILDE RIBEIRO**A VALORIZAÇÃO DA
DESCENDÊNCIA AFRICANA E DA LUTA
POR UM BRASIL SEM RACISMO**

Em 2002, na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, foi extremamente importante o desafio de sistematizar o acúmulo construído pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo movimento negro, consolidando o programa de governo “Brasil sem Racismo”. A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo/PT (SNCR-PT) por meio de Martvs das Chagas (secretário), Flavio Jorge e Carlos Porto (ex-secretários), me indicou para fazer parte da Coordenação do Programa de Governo, com o aval de Celso Daniel e de Luiz Dulci (respectivamente prefeito de Santo André e integrante da executiva do PT).

A Coordenação do Programa de Governo, no interior do PT, foi formada por 23 pessoas. Para a SNCR-PT foi possível contribuir diretamente para a potencialização da questão racial de maneira diferenciada das campanhas anteriores, onde os documentos eram apresentados sem participação direta na coordenação de campanha.

A tarefa que desenvolvi como integrante da Coordenação do Programa de Governo foi a realização de uma análise sobre a realidade brasileira sob o viés de superação do racismo, reafirmando o compromisso do PT, em diálogo com o movimento negro. Essa foi uma missão bastante complexa e difícil. Para tanto, foram realizados cinco seminários regionais e um nacional com os objetivos de promover a reelaboração das propostas nacionais no campo da igualdade racial e aprofundar o diálogo com a militância negra dentro e fora do PT. Esses eventos serviram para reanimar a militância naquela quarta campanha presidencial do companheiro Lula – “Agora é hora de elegermos o presidente, é Lula lá”.

Foram elaboradas propostas tendo como foco trabalho, educação, saúde, cultura, mulher negra, combate à violência, quilombo e relações internacionais. O processo indicou a criação de um ministério, mas antes da finalização do programa tivemos que reformular a proposta, ficando como referência a criação de um “órgão” de governo para coordenar as ações de governo e de monitoramento das políticas de igualdade racial.

A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE IGUALDADE RACIAL

A principal formulação do movimento negro contemporâneo é produto da Marcha Zumbi dos Palmares pela Vida e Cidadania, realizada em 20 de novembro de 1995, em Brasília (DF). Essa marcha deu-se pela motivação dos 300 anos de (i)mortalidade de Zumbi dos Palmares e foi um dos principais eventos nos últimos anos. Agregando cerca de 30 mil pessoas, propiciou a formulação de um amplo diagnóstico e proposição sobre a realidade da população negra no Brasil. O documento dessa Marcha foi entregue ao então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), tornando-se referência trabalhada pelo movimento negro na relação com o governo, partidos e a sociedade.

No momento da campanha presidencial, além do documento da Marcha Zumbi dos Palmares e da Constituição de 1988, tínhamos também como referência os Programas de Governo das campanhas anteriores, a Convenção contra Todas as Formas de Discriminação Racial (da Organização dos Estados Americanos, OEA), a Convenção 111 sobre Discriminação no Emprego e Ocupação (da Organização Internacional do Trabalho, OIT) e a Declaração e Plano de Ação da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, a Conferência de Durban/África do Sul, realizada em 2001.

Esse caminho teórico-político alimentou a Campanha Presidencial de 2002 e com a presença do candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, foi lançado o Programa “Brasil sem Racismo”, em Salvador, como uma síntese da SNCR-PT, contando com a contribuição direta do movimento negro e de vários outros setores do movimento social e partidos.

Com a eleição do presidente Lula foi formatado a Transição dos Governos. Por parte do governo Lula, o Grupo de Transição foi formado por 51 pessoas e minha responsabilidade foi elaborar documentos e análises sobre a questão racial.

Nesse período de transição, algumas questões se destacaram como grandes desafios para a coordenação: a) pensar a orquestração geral do Brasil, considerando a garantia de desenvolvimento sustentado combinada à questão

econômica e social e enfrentando a chamada “herança maldita”; b) fortalecer as questões setoriais e/ou transversais; e, c) a tarefa de olhar para dentro do governo FHC, buscando os dados e referências para as análises das políticas: qual a produção política desses oito anos?

Para coletar os dados sobre as questões raciais e étnicas, foram mantidos contatos com vários setores. Na Fundação Cultural Palmares (FCP), criada desde 1988 e vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), o presidente iniciou o diálogo com uma observação interessante. Ao ser perguntado sobre a execução das políticas de fomento à cultura, ele respondeu: “Isso aqui é uma encrenca”. Obviamente referia-se aos empecilhos burocráticos, ao pequeno orçamento, às dificuldades de realização das políticas.

Não havia nenhum setor de coordenação sobre as políticas de igualdade racial e as ações estavam concentradas em três ou quatro áreas do governo. Mas foi possível observar que com o impulso provocado pela Marcha Zumbi dos Palmares e também pela Conferência de Durban, o governo FHC passou a desenvolver programas em alguns ministérios – o programa sobre diversidade cultural na educação; o programa de saúde da população negra; o programa de ações afirmativas na área diplomática; o programa voltado aos quilombos na área de desenvolvimento urbano e cultura. Foram criados, também, o Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Emprego (GTDEO), o Grupo de Trabalho Interministerial da População Negra (GTI-População Negra) e o Conselho contra as Discriminações, vinculados ao Ministério da Justiça e envolvendo representantes de governo e da sociedade civil.

Porém, essas ações do governo FHC estavam dispersas nos ministérios, não tinham musculatura como uma política de governo para o tratamento da igualdade racial. Isso, então, na transição, reafirmou a importância de criar um órgão coordenador de políticas, já indicado no Programa “Brasil sem Racismo”.

Logo após a posse do presidente Lula, começou outro desafio – transformar as formulações em fatos concretos, em ações para a gestão pública federal. Assim, foi criada em 21 de março de 2003 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir, após três meses de negociação sistemática.

Para a elaboração do desenho da Seppir, foi formada uma Comissão de Negociação, coordenada por mim e contando com a presença de representantes de entidades nacionais do movimento negro, do PT e do PCdoB. Vale ressaltar que a SNCR/PT e o Movimento Negro propuseram a criação de um órgão de governo com força ministerial para tratar das questões relacionadas à população negra. No entanto, seguindo às indicações da Conferência de Durban, de ações no marco do conjunto das discriminações, a Seppir passou a ser

responsável não só por coordenar as políticas voltadas à população negra, mas também aos indígenas, aos ciganos, aos judeus e aos palestinos.

Assim, a Comissão de Negociação deparou-se com a enorme tarefa de visualizar uma ampla agenda. De um lado ampliou o foco, mas por outro lado minimizou o impacto das políticas voltadas para a população negra. Na prática enfrentou o grande desafio de, com uma estrutura muito pequena e enxuta, dar conta de um mar de discriminações e de demandas ligadas a vários setores, embora a questão racial negra tenha sido destacada como prioridade.

A Seppir, assim como a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e a Secretaria Especial dos Direitos da Mulher (SPM), é vinculada à Presidência da República e adquiriu *status* de ministério, como espaço que orienta a transversalidade. Estes órgãos possuem todas as prerrogativas para a ação, mas do ponto de vista orçamentário e da execução da política dependem de outros ministérios.

Diante dessa estrutura e papel, cabe uma avaliação mais profunda por parte do PT e do movimento negro sobre as responsabilidades do governo federal e/ou o Estado com todos os grupos discriminados. Ressalta-se o fato de a estrutura da Seppir abarcar todos os grupos discriminados num mesmo formato institucional, com pouca condição de resposta efetiva, o que causa desgastes e insatisfações. Mas, naquela época, foi a negociação possível!

O cotidiano como ministra, papel que exerci durante cinco anos, era diariamente dialogar com os colegas do ministério sobre as prioridades da ação e o orçamento. A única ação que a Seppir coordenou com destaque orçamentário e arranjo institucional foi o “Programa Brasil Quilombola”, que consta da estrutura do Plano Plurianual (PPA). Todos os demais programas são de responsabilidade de coordenação de diferentes ministérios.

O papel da Seppir é de colocar o bloco na rua! Eu e os ministros das outras secretarias dizíamos que éramos os militantes governamentais de plantão dentro do próprio governo, porque a negociação era constante.

RELAÇÃO GOVERNO E MOVIMENTO SOCIAL

A relação da Seppir e do governo como um todo, com o movimento negro e com as organizações de mulheres negras foi um grande desafio. Esses movimentos têm como características serem também articuladores de questões ligadas a populações vulneráveis, não têm um corpo único, diferente do movimento sindical, que negocia por meio das centrais sindicais, umas mais poderosas que as outras, entretanto, neles é possível reunir meia dúzia de pessoas numa sala e dizer que representam o todo.

O movimento negro é formado por inúmeras instituições pelo Brasil afora: a Coordenação de Entidades Negras (Conen), a União de Negros pela Igualdade (Unegro), o Movimento Negro Unificado (MNU), a Articulação Nacional das Mulheres Negras, o Fórum Nacional de Mulheres Negras, a Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq), entre outros. Além das representações nacionais, existem as locais e também as organizações temáticas ou setorializadas – os religiosos, os capoeiristas, os jovens, as mulheres, os ribeirinhos, os quilombolas... Então é um movimento amplo e complexo.

Muitas vezes uma pessoa pesa mais que uma entidade e, então, o arranjo institucional com o movimento negro é muito difícil. Assim como também é com o movimento de mulheres, que tem características parecidas, embora com mais estofamento institucional, dadas as condições históricas. Aperfeiçoar a relação com um movimento com essas características, dentro do desenho governamental, é uma necessidade premente, porque dentro da gestão pública é tudo muito rápido, formatado, burocrático e político.

Na verdade, a grande lição foi a ampliação da capacidade de ouvir e de entendimento de que a voz da sociedade civil é importante para estruturação da política pública. Mas tal relação, para ser efetivada, deve se desenvolver em bases negociadas, de dupla mão. Um bom exemplo foi a Marcha Zumbi + 10, realizada em 2005, em Brasília. Esse evento foi organizado pelo movimento negro como reedição da Marcha de 1995. Entretanto, a primeira marcha foi unificada, diversos setores do movimento negro atuaram juntos. Já em 2005, ocorreram duas versões dessa marcha. Dialoguei com os dois setores e negocieei a agenda do presidente Lula para recepção da coordenação de ambas em momentos diferentes.

O presidente Lula, ao receber as duas marchas, reafirmou o entendimento de que não cabe ao governo dizer para o movimento social qual é a melhor forma de se organizar. Quando passaram as duas marchas, a sensação foi de vitória, conseguimos que o arranjo governamental respeitasse a dinâmica do movimento negro.

As divergências entre os dois setores eram mais relacionadas ao processo organizativo do que temáticas, embora as ênfases das análises e proposições fossem diferentes. A Seppir, naquele momento, cumpriu seu papel de interlocutora política. Esses são aprendizados que vamos adquirindo como políticos, como gestores que essa Era Lula nos permite.

A pauta do movimento negro é intensa, a dívida histórica é imensa e o diálogo institucional é tenso: qual é o grau de priorização das políticas? O que priorizar diante de uma pauta quilométrica?

É óbvio que o governo tem que desenvolver políticas universais, mas também tem que priorizar as ações afirmativas. Em 2004, o presidente Lula

entregou à Câmara Federal o projeto para garantia das cotas nas universidades públicas. Esse projeto ainda não foi aprovado porque é uma área delicada da política nacional, os setores conservadores jogam contra. Mas aproximadamente 80 universidades públicas desenvolvem políticas de ações afirmativas, somando-se as propostas da Presidência da República.

Recentemente, numa ação histórica, o Supremo Tribunal Federal (STF) realizou uma Audiência Pública sobre ações afirmativas. A partir de um processo apresentado pelo Partido Democratas (DEM), que questiona a constitucionalidade e a pertinência das cotas na Universidade de Brasília (UnB), esteve em pauta a realização nessa área em todo o território nacional. Ainda não há uma definição do STF, mas os debates, embora pautados por posições a favor e contra, fortaleceram a expectativa de um posicionamento a favor da continuidade das cotas. Esse debate amplo, sem dúvida, é importante para a democracia.

Nessa mesma linha de fortalecimento da democracia foram realizadas as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), a primeira em 2005 e a segunda em 2009.

No período da I Conapir, a equipe da Seppir assumiu uma tarefa governamental com espírito de militância. Nos três meses que a antecederam, estivemos presentes nas 26 Conferências Estaduais e do Distrito Federal. Particularmente, fiz uma agenda que propiciou estar em um momento de cada conferência.

Essa ação aconteceu dois anos após a criação da Seppir. Entendemos que era importante torná-la conhecida dos governadores, parlamentares, movimentos e instituições em todo o território nacional. Isso fez com que os conflitos na construção da conferência fossem tratados. Foi possível apresentar o desenho institucional e debater as possibilidades de construção das políticas de igualdade racial no governo Lula e nas localidades. A I Conapir aconteceu justamente no momento em que os setores conservadores atacavam o governo federal e o presidente Lula. Entretanto, no espaço da I Conapir, o presidente Lula foi ovacionado pelos participantes – indígenas, ciganos, judeus, árabes, negros!

Ser orquestradora daquela construção foi um processo intenso. Mas tínhamos certeza de que ia dar certo, fizemos um trabalho de base e criamos pontes pelos quatro cantos do Brasil. Quando mencionei a postura militante não me refiro ao que é papel de ministro *strictu sensu*. Mas entendo que, na construção da política de igualdade racial, é preciso ter esse misto de compreensão e ação. Não temos que responder apenas às questões burocráticas, essas nós aprendemos e agregamos ao nosso papel político.

A I Conapir configurou-se como um primeiro momento de ação ampla entre governo e movimentos sociais. Apareceram conflitos entre demandas e expectativas, como foi o caso dos indígenas que apresentaram a reivindicação de uma estrutura tipo “Seppir Indígena”. No papel que exercia como presidente da I Conapir, eu não podia dar vazão àquele encaminhamento, pois isso não estava em pauta nem seria exequível. Foi um momento bastante conflituoso, mas são os riscos na condição de gestor público, representando um governo com essa dinâmica do Brasil.

De maneira geral, foram estabelecidas algumas prioridades diante de uma lista de 1.085 demandas. Mas os dilemas foram muitos, todos os temas foram levantados, todos os interesses foram reafirmados. É impossível atender a todos os interesses, existe sempre o grupo que enxerga lá na frente e o grupo que quer puxar para trás. Os dilemas naquela I Conapir foram explicitados com os indígenas, com os palestinos e árabes, com os quilombolas, com as mulheres negras entre outros. O importante é que essa agenda quilométrica foi reformatada dentro de uma perspectiva de concertação entre governo e sociedade civil.

Naquele momento, além das dificuldades de negociação da pauta de igualdade racial, estava colocada no cenário nacional a crise política causada pelo suposto “mensalão” e também o debate sobre a pertinência da continuidade das secretarias especiais. Esses debates estavam quentes na mídia. Tivemos uma vitória que foi a decisão do presidente da República pela continuidade da Seppir, da SPM e da SEDH.

Em 2009, aconteceu a II Conapir, presidida pelo ministro Edson Santos. Contribuí escrevendo o documento “Subsídios para a II Conapir”, mas não participei da Conferência.

As Conferências são um caldeirão político, exigem jogo de cintura para a construção de uma agenda propositiva. Isso aconteceu em 2005 e imagino que também em 2009. Do ponto de vista do diálogo com os movimentos sociais, a existência do Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR) e da I e II Conapir são caminhos que levam ao aprofundamento de debates e proposições para a política pública de maneira coletiva.

IGUALDADE RACIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A Seppir contou até o presente momento com quatro ministros – Matilde Ribeiro (2003-2008); Martvs das Chagas (em 2008, uma transição); Edson dos Santos (2008-2010) e Eloi Ferreira (2010). A linha adotada em 2003, pelo presidente Lula, tem sido mantida. Porém mudou muito o perfil de atuação, o que é natural, pois cada pessoa é uma.

Como dito anteriormente, a principal ação da Seppir tem sido a coordenação do “Programa Brasil Quilombola”. Desde a definição da Constituição de 1988, os quilombos estão em pauta, mas a repercussão foi ampliada nos últimos anos. A Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desde o governo Sarney tiveram responsabilidades nessa área, mas as respostas foram bastante tímidas.

Essa é uma pauta importante, remete a dois milhões de pessoas e 3.500 quilombos identificados pelo governo, embora a Coordenação Nacional de Quilombos (Conaq) tenha uma estimativa de existência de 5.000 quilombos no Brasil. A questão essencial é como traduzir o trabalho com essa população, historicamente esquecida.

É uma população extremamente pauperizada. Conheci cerca de 50 quilombos, nos quais verifiquei um processo organizativo e cultural muito forte, que dá conta da grande luta pela sobrevivência.

Além dos quais estive pessoalmente, conheci muito da realidade dos quilombos por meio dos relatos nos momentos de trabalhos coletivos, dos livros e relatórios. Foi interessante conhecer uns dois quilombos distantes e verificar que o “cidadão Lula” já tinha passado por lá com a Caravana da Cidadania. Os quilombolas diziam: “Olha, o Lula esteve aqui e deixou boas marcas. Agora é hora de executar a política diante da realidade que ele conheceu!”

Nessa área, a primeira ação da Seppir foi coordenar a elaboração do Decreto 4.887, assinado pelo presidente da República em 20 de novembro de 2003. Esse decreto regulamenta o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras quilombolas. Com a prática a partir dessa referência legal, pretende-se alterar as condições de vida dos quilombolas por meio da regularização da posse da terra, do estímulo ao desenvolvimento sustentável e do apoio às associações.

Com a definição do novo Decreto, o MDA, juntamente com o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), passou a ter a responsabilidade sobre as ações fundiárias, contando com o acompanhamento direto da Seppir e a FCP. À Seppir coube a coordenação do Comitê Gestor, integrado por 21 organismos, com a responsabilidade de elaborar um Plano de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades quilombolas, catalisando as ações já desenvolvidas e estimulando as políticas de governo. Às ações do governo federal, igualmente, somaram-se as dos governos estaduais e municipais, assim como de entidades diretamente envolvidas na política quilombola, com vistas à promoção do protagonismo dessas comunidades.

Foi um grande aprendizado, pois naquela época ainda com a equipe em formação, a tarefa foi inovadora. Coordenei a maior parte das reuniões

e audiências e isso me permitiu informações tanto do governo como das entidades quilombolas, como a Conaq. Também na coordenação do Comitê Gestor, a cada reunião era possível desenhar um pedacinho dessa política, chegando à formatação do “Programa Brasil Quilombola” (PBQ). Tudo isso foi muito gratificante.

Neste momento tal política está em risco, pois a qualquer momento o STF pode julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que aponta a revogação do Decreto 4.887. Esta Adin foi apresentada ao STF em 2004, pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM). Caso o STF dê parecer favorável à Adin, as comunidades quilombolas poderão perder o reconhecimento de seus territórios.

Por isso, é de extrema importância que o Partido dos Trabalhadores (PT) juntamente com a Conaq e um conjunto de instituições do movimento social se manifestem em defesa da política atual de quilombos e de sua ampliação nos próximos governos.

Mesmo com todos esses conflitos, avalio que os quilombos ganharam importância no governo Lula, embora o PBQ tenha esbarrado na execução, sobretudo com a questão fundiária, por mais que as ações sociais voltadas aos quilombos tenham avançado, com o Bolsa Família, o Prouni, a Agricultura Familiar, o Combate à Fome, entre outros. A ação do governo sobre a política agrária e a distribuição da riqueza por meio da terra é bastante travada. A repulsa a essa área se expressa com muita força por parte dos parlamentares, no Congresso Federal e no meio político conservador.

Em outras áreas os avanços também são visíveis. Na educação, desde 2003, a Lei 10.639 obriga o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, desde o ensino fundamental. Em 2007 surgiu a lei no mesmo formato, obrigando o ensino da história dos povos indígenas. Isso é um passo muito significativo e importante porque mexe na cultura, na concepção das pessoas sobre o que é a história do Brasil e a participação dos negros e indígenas na sociedade.

O Ministério da Educação (MEC) é o responsável pela aplicação dessas leis. A visão geral é que ainda falta muito no que diz respeito à ampliação de escala. É preciso formar os professores, revisar e elaborar o material didático, mudar o currículo. Enfim, é uma intensa mudança no sistema educacional e de costumes.

Uma ação bastante significativa é o Programa Trabalho Doméstico Cidadão (TDC). Este programa volta-se ao setor de serviços que mais emprega mulheres no Brasil, o trabalho doméstico, que concentra grande quantidade de mulheres negras.

Essa é uma demanda vinda do movimento social e negociada pela Federação Nacional de Trabalhadores Domésticos (Fenatrad), onde o governo entendeu ser um nicho extremamente importante de investimento. Esse plano trabalha qualificação profissional, aspectos da cidadania etc. Mas infelizmente ainda é um piloto dentro da estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Além das ações apresentadas anteriormente, tem muito mais. O trabalho voltado à juventude negra, às mulheres negras, ao acesso a moradia, ao combate à violência etc. Sem esquecer os ciganos e os indígenas. Enfim, uma gama de temas passava diariamente pela minha mesa, quando ministra.

Até pouco tempo atrás, pela voz da diplomacia e dos representantes oficiais de governo, era propagada a ideia de que aqui não havia racismo. Isso era até motivo de orgulho. Porém, estamos em plena mudança de paradigma, afirmando que há racismo e que tem que ser enfrentado. É uma enorme conquista cultural e política!

Representei o governo federal durante vários momentos de revisão e monitoramento das convenções e declarações internacionais da Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização das Nações Unidas (ONU) e, devido às várias medidas adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e pela Presidência da República, o Brasil passou a ser respeitado por suas posições acerca do reconhecimento da existência e da necessidade de superação do racismo. Resultado de entendimentos entre os países foi a resolução da ONU, em 2004, que reafirma a concepção de que com racismo não há democracia e a elaboração da Convenção Interamericana contra Todas as Formas de Discriminação Racial.

A intensificação da relação com o continente africano também foi um marco. Entre 2003 e 2008, tive a oportunidade de participar das viagens governamentais, com o presidente Lula e também com o ministro das Relações Exteriores, somando ao todo visitas a 21 países africanos.

Nessa perspectiva de fortalecimento das relações Brasil-África, destacam-se diversas atividades: o perdão da dívida de Moçambique, o encaminhamento de dezenas de acordos de cooperação firmados com diversos países africanos, a participação do Brasil na Cúpula América do Sul-África, ocorrida na Nigéria, em novembro de 2006, a efetivação do Projeto de Criação da Universidade Luso-Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção-Ceará, a realização da II Conferência de Intelectuais Africanos e da Diáspora (Ciad), entre outros.

Dessa maneira, o continente africano passou a ser visto como promissor, e dos intercâmbios com os países africanos aprendemos um pouco mais sobre o significado das relações comerciais, políticas, diplomáticas, culturais

e de solidariedade. Tudo isso fez com que o Brasil ampliasse a sua legitimidade na agenda internacional.

A criação da Seppir, do CNPIR, do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial (Fipir) – espaço em que se abre o caminho para a relação federativa –, contribuiu para formar musculatura e institucionalizar a política de igualdade racial.

Em 2003, não partimos do zero, pois consideramos que já havia ações iniciadas pelos governos anteriores. No entanto, essas temáticas foram fortalecidas na agenda institucional. O desafio para o futuro é a consolidação desse desenho promovido por todas as questões expostas anteriormente. Porque as ações desenvolvidas, em sua maioria, são ainda indicativos, são paradigmas, ainda não respondem à abrangência e à profundidade que a área necessita.

Para executar uma política que avance além dos projetos pilotos é importante que a Seppir, com o apoio da Presidência da República, tome iniciativas em seu terreno e também assuma mais intensamente o papel de provocar outros setores. Como exemplo, na área do trabalho, antes de estimular o desenvolvimento de uma política de cotas nas empresas, há a necessidade de o governo tomar medidas internas, pois ele também emprega. Enfim, para provocar os outros, o governo tem que olhar e modificar seu interior, não somente dizer para que os outros façam.

Quando digo consolidar e ampliar, significa uma recondução dessa questão dentro da estrutura de governo. Foram dados passos significativos, mas os obstáculos ainda são muito grandes porque o orçamento e a capacidade da Seppir são pequenos, mesmo para a coordenação de políticas. O grupo de trabalho da Seppir é infinitamente menor que o necessário. Quando era ministra, a estrutura formal da Seppir abrangia 43 cargos, ampliando com consultoria e mão de obra terceirizada, chegava a mais ou menos cem pessoas. O que são cem pessoas para o tamanho do Brasil? É bom lembrar que a Seppir trata de temas que se referem à maioria da população, os negros são mais de 50% dos brasileiros.

APRENDIZADOS, DESAFIOS E O OLHAR PARA O FUTURO

Junto com o reconhecimento da existência do racismo vem outro fenômeno que faz parte de nosso tempo, a busca de efetivação das políticas públicas. Essa efetivação se dá com limites, porque em oito anos não se faz tudo que é necessário ser feito.

O presidente Lula demonstrou sua sensibilidade, coragem e capacidade para dar respostas à parcela da população que precisa de políticas públicas, somando-se as estratégias para estabilizar o Brasil internamente e no campo

internacional. Em relação às políticas de igualdade racial, atuou diretamente para dar passos decisivos. Por exemplo, nas diversas reuniões com os ministros determinou prioridades, foi incansável em cobrar medidas eficazes para ampliação da regularização fundiária, da construção da ponte do Quilombo de Ivaporanduva e a efetivação do “Programa Brasil Quilombola” como um todo.

Também demonstrou, no momento de minha posse, que sabia das dificuldades que enfrentaria no governo e na sociedade para desenvolver as políticas de igualdade racial. Nunca me esqueço do que me disse no dia 21 de março de 2003, quando criou a Seppir: “Matilde, se tiver que pedir licença para algum ministro para entrar em seu gabinete, faça por educação. Porque por direito, você é igual a todos”. Entendi na hora o que queria dizer e, depois diante de tantas resistências, suas palavras se confirmaram.

Outra conversa reveladora foi com Abdias do Nascimento – liderança do movimento negro que completou 95 anos em 2010, e que nos anos 1990 foi secretário de Políticas para a População Negra no governo do Rio de Janeiro. Logo após assumir a Seppir, fui ter um diálogo sobre os desafios que teria pela frente e Abdias me disse: “Prepare-se, Matilde, não se faz omelete sem quebrar ovos”.

Ambos, com metáforas, me advertiram sobre os caminhos futuros. De fato os desafios foram grandes, mas os enfrentei com determinação e dedicação. Hoje, fora do governo, me sinto extremamente orgulhosa por ter feito parte dessa construção, compensada pelo resultado do trabalho coletivo e, também, modificada pelo tanto que pude aprender e apreender sobre as políticas públicas de igualdade racial e o Brasil real, com suas belezas e contradições.

Tornei-me ministra de uma forma atípica. Isso é um dado pessoal, mas tem a ver, também, com a forma como a política foi conduzida pelo governo Lula, gerando oportunidades e ineditismos. Eu não era figura pública tradicional, nunca passei pela disputa do voto como candidata ao parlamento, minha inserção no PT vem desde os vinte e poucos anos, a partir da relação com o movimento popular, negro e feminista. Toda essa vivência possibilitou ter referências para o desenvolvimento da missão da Seppir, mas o desenvolvimento do papel de ministra muito me ensinou.

Um dos primeiros quilombos que visitei foi no estado do Maranhão, quando participei de uma reunião organizada pela associação dos quilombos. Naquele momento, uma mulher da liderança local se aproximou de mim e começou a falar: “Eu não sei o que é uma ministra, sei que trabalha com o presidente Lula. A senhora, parece minha tia, parece minha irmã, a senhora parece daqui, a senhora parece minha parente”. Estava ali sendo construído um laço de identidade racial. Também pediu desculpas, dizendo que não sabia falar

porque não sabia ler e escrever, mas na continuidade, aos poucos, me contou toda a história do quilombo: “Meus pais vieram para cá e construíram este lugar, que é nosso por direito. Mas ainda lutamos para sermos reconhecidos como donos dessas terras, precisamos de infraestrutura e de atenção – falta água, luz, estrada, centro de saúde e tudo que é melhoria! A senhora fala pro presidente Lula que aqui todo mundo votou nele. Nós aqui somos Lula até morrer e necessitamos de ação”. E terminou dizendo que tinha uma grande preocupação: “Os jovens das comunidades vão pra cidade e veem televisão e o comércio, quando voltam para cá querem aquele tênis, aquele sorvete, aquele computador. Aqui não temos condições de adquirir essas coisas e por isso vão embora, porque a gente não tem aqui o que querem e o que precisam. Por isso é importante que melhorem nossas condições aqui, para estimular que os jovens permaneçam no quilombo protegidos, junto aos familiares e não vivam a marginalidade nas grandes cidades”.

Com essa história quero dizer que as descobertas e emoções foram intensas, com muitas alegrias e frustrações. Diante de uma agenda quilométrica, nem sempre tinha respostas, porque as necessidades são históricas.

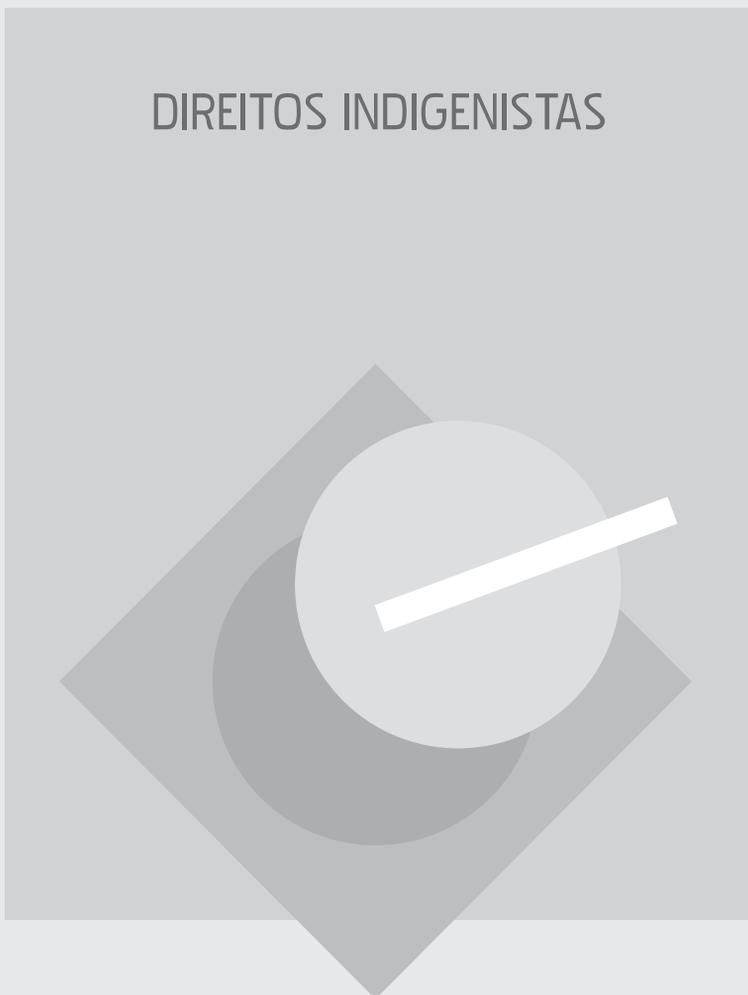
De maneira geral, o governo Lula, com o marco da inclusão social, de distribuição de renda, beneficiou os pobres e também os negros. O trajeto construído a partir da Seppir, do Bolsa-Família, do Prouni se responsabilizou com a vida do povo. Porém, no que diz respeito à superação do racismo, ainda estamos muito aquém do necessário.

Muitas vezes não consegui convencer quem deveria para tocar em frente uma ação. Mas, devido à persistência do presidente Lula, o investimento da equipe da Seppir e de alguns setores do governo, é muito louvável todo o trabalho realizado nesses quase oito anos. Nós estamos falando de uma estrutura nova no governo federal, mas os limites são imensos para atender a dimensão do problema. Entendo que foi dado um grande pontapé. Esse governo possibilitou muitas mudanças, democratizou a relação das políticas públicas e, com isso, possibilitou um novo olhar sobre o que é o Brasil.

Do ponto de vista cultural e político o pensamento de que “negro equivale a herdeiro de escravo” está mudando. Com as políticas de igualdade racial e a luta do movimento negro chegamos a outra síntese: “negro equivale a ser herdeiro de africanos”. Somos originários de um continente rico em história, cultura e vitalidade. Isso muda o jogo, não é? Acredito nessa perspectiva positiva como produto da militância do movimento negro e das mulheres negras, da atuação do PT e do governo Lula. Porém, antes de tudo, é herança de Zumbi dos Palmares, de nossos antepassados.

CAPÍTULO TERCEIRO

DIREITOS INDIGENISTAS



GERSEN JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA

AS MUDANÇAS NA POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL

Sou membro do povo Baniwa que habita o rio Içana, na Terra Indígena Alto Rio Negro, no estado do Amazonas. Minha formação acadêmica se confunde muito com a militância política indígena. Nasci e cresci em uma comunidade que recebeu a colonização católica salesiana e por isso tive oportunidade de ter bons estudos. Na verdade, fui uma exceção na área educacional. Minha família morava mais próximo da foz do rio, o que facilitou contatos permanentes com os outros povos do rio Negro e do rio Waupés, os Baré e Tukano, com isso furei o cerco evangélico na área Baniwa para estudar com os católicos salesianos.

O percurso da formação acadêmica foi sempre muito difícil e desafiador, seguindo o caminho de vencer cada etapa concorrendo com não índios no vestibular e exames de seleção, pois não existiam as ações afirmativas. A graduação e a licenciatura foram em Filosofia na Universidade Federal do Amazonas (Ufam), processo iniciado em 1992, por meio de uma iniciativa pioneira de interiorização.

Em 2003 iniciei o mestrado na Universidade de Brasília (UnB), na área de Antropologia Social, com o apoio de uma bolsa da Fundação Ford. Fui estimulado pelas necessidades da área de políticas públicas, com a exigência de especialidades e aprofundamentos de conhecimentos políticos, técnicos e burocráticos. O doutorado foi iniciado em 2007, também em Antropologia Social na UnB, desta vez sem bolsa, e ao mesmo tempo ajudei a construir e fundar o Centro Indígena de Estudos e Pesquisas (Cinep).

UM POUCO DE HISTÓRIA DO POVO BANIWA

O povo Baniwa é formado por aproximadamente 8 mil pessoas que habitam três países – Brasil, Colômbia e Venezuela. A maior parte (4 mil pessoas) está no Brasil e a outra metade está dividida nos outros dois países.

Somos todos membros do mesmo povo, vivendo ao longo do rio Içana, à margem direita do rio Negro. Essa área é conhecida como o Rio dos Baniwa e o povo como “içaneiros”. São três países com políticas e formas de relacionamento muito distintas.

Os brasileiros garantiram a posse permanente de seus territórios já homologados, mas são terras da União. Os colombianos também conseguiram garantir parte de suas terras por meio do reconhecimento de seus “resguardos”, terras tituladas e coletivas em nome da comunidade. Já os venezuelanos ainda lutam por seus territórios, mas no país só é permitido reconhecimento territorial como uma espécie de reserva indígena ou terra pública indígena, sem a figura da posse exclusiva, permanente e inalienável, como é no Brasil e na Colômbia. Especialmente na Colômbia, os resguardos são praticamente de propriedade dos índios. Aqui no Brasil os povos indígenas não têm a propriedade, apenas a posse da terra. E na Venezuela, os resguardos são como reservas provisórias, temporárias.

No Brasil, os Baniwa tiveram os primeiros contatos com colonizadores no início de 1910, ainda na época do Marechal Rondon, portanto, há praticamente 100 anos. Na região indígena do rio Negro, os principais colonizadores foram missionários de duas vertentes: a católica e a evangélica. A maioria do povo Baniwa foi colonizado pelos evangélicos, enquanto que os outros povos da região foram colonizados pelos católicos. Os católicos investiram fortemente no projeto de educação escolar, razão pela qual os povos por eles colonizados foram os primeiros a se articularem politicamente para a defesa de seus direitos e com isso tornaram-se mais conhecidos, como é o caso do povo Tukano, com a formação escolar salesiana, ganhando visibilidade no Brasil e no mundo.

Na região do Alto Rio Negro, as igrejas ainda são muito fortes, principalmente no campo da educação, uma vez que boa parte da rede escolar de nível médio está sob a responsabilidade da Igreja católica.

Essa é uma região muito distante, o que gera uma situação totalmente diferente de outros lugares. Se a Fundação Nacional do Índio (Funai) ou Fundação Nacional de Saúde (Funasa) fossem extintas, faria pouca diferença. Lá existe um ritmo próprio e o Estado nunca esteve presente com muita força. Quem esteve sempre presente, em nome do Estado, foram as igrejas que assumiram o papel de catequizar e promover escolas, mas nunca adotaram a política paternalista de distribuição de sementes ou remédios em abundância, como o Estado fez no

caso do projeto tutelar da Funai em outras regiões indígenas do país, gerando forte dependência. Pelo contrário, os missionários imprimiram uma metodologia impositiva de forçar os índios ao trabalho produtivo e às formações de ofícios como carpintaria, artesanato e outros.

O investimento missionário, de um lado, contribuiu para criação da capacidade de autonomia dos povos para pensar, organizar e gerenciar seus destinos concentrando povos e organizações mais mobilizados, articulados e ativos no cenário regional, nacional e internacional. O nível de escolaridade indígena é relativamente elevado, principalmente entre os povos de presença católica. O povo Baniwa gerencia uma rede de escolas próprias, uma iniciativa econômica inédita de produção e comercialização de artesanatos étnicos denominada de “Arte Baniwa”, que distribui para grandes redes de supermercados nacionais e comercializa via internet para o mundo inteiro.

Mas, de outro lado, a partir do processo educativo missionário, são grandes as perdas culturais dos povos indígenas. Com o objetivo da escola e da catequese de transformar os índios em “cidadãos civilizados” – o que significava serem bons cristãos e patriotas, era necessário forçá-los a viverem a cultura e falarem a língua dos brancos (o português). Para isso, a regra geral foi de negar, perseguir e destruir as culturas, tradições, línguas, valores e modos de vida indígena. Isso justifica a dúbia atitude de muitos indígenas da região, que ao mesmo tempo em que reconhecem e valorizam suas identidades, também resistem a ideias e práticas socioeducativas pautadas pelos princípios de interculturalidade, bilinguismo, escola diferenciada e específica, e defendem ideais de progressismo e desenvolvimentismo. Assim, existem resistências às políticas que visam valorizar e revitalizar línguas, tradições e valores tradicionais indígenas.

Desse modo, os grandes e principais rituais e tradições indígenas da região deixaram de ser praticados há quase meio século. Resquícios de algumas tradições se transformaram em alguns rituais com alto grau de sincretismo. Tudo isso também porque as igrejas continuam com forte presença junto às comunidades indígenas, dominando a rede de escolas de nível médio nos principais centros urbanos e distritais.

Houve toda uma política linguística para dominação colonial, inclusive adotada pelos missionários. Primeiro tentaram de todos os modos impor a língua portuguesa por meio da escola. Como isso não funcionou a contento, passaram a impor uma língua indígena arranjada, derivada da língua tupi-guarani que era falada por povos indígenas da Região Sudeste e Centro-Oeste, como meio de comunicação entre os indígenas e destes com os missionários para facilitar as atividades educativas e catequéticas do processo civilizatório

e de pacificação/dominação. Como resultado imediato, as principais línguas passaram a sufocar as línguas minoritárias do ponto de vista de número de falantes. Recentemente as línguas Baniwa, Tucano e Nheengatu foram reconhecidas como línguas cooficiais em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde 90% da população é indígena. É importante esclarecer que a língua Nheengatu (ou “língua geral”) passou a ser adotada por vários povos indígenas da região que perderam suas línguas, como é o caso do povo Baré ou mesmo uma pequena parte do povo Baniwa.

A ORGANIZAÇÃO INDÍGENA NO RIO NEGRO

Por meio da militância política, tenho acompanhado o processo de mudança da cultura política brasileira no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas: as políticas indigenistas do Estado brasileiro. Testemunhei boa parte das práticas de repressão aos povos indígenas da região do rio Negro, na transição da ditadura militar para a democracia.

Mas a minha maior sorte (na minha vida tive muita sorte e/ou bênção divina) foi ter acompanhado e vivido intensamente o dia a dia das conquistas dos direitos indígenas. No início da década de 1980, era professor e liderança indígena, mas não podia usufruir da capacidade civil e política. Essa situação mudou apenas em 1988, com a Constituição Federal, que acabou com o princípio legal da tutela e da incapacidade civil indígena. Como um avanço na década de 1990, passei a ser secretário municipal de Educação, como um gestor governamental.

A convivência com o mundo branco foi muito difícil, mas também de conquistas. Viver essa experiência histórica em meu país foi uma grande escola, como base de formação política e humana. Isso fez com que desde o início da formação escolar e política, tivesse a clareza da necessidade da luta pelo espaço político dos povos indígenas na sociedade, sempre pelo caminho do diálogo.

Foi assim que em abril de 1987, durante uma assembleia geral de 300 lideranças indígenas do Alto Rio Negro, fui indicado para fazer parte da direção da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), assumindo essa responsabilidade por dez anos ininterruptos – presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, sempre eleito e reeleito em assembleias gerais ordinárias.

A Foirn é hoje uma das maiores e mais estruturadas organizações indígenas brasileiras e tem sede em São Gabriel da Cachoeira, município que na geopolítica brasileira recebe a denominação de “Cabeça do Cachorro”, pelo formato do desenho do mapa, na região de fronteira no noroeste amazônico.

A relação dos povos indígenas com agentes do Estado, em particular com os segmentos militares, sempre foi muito difícil e complicada, pois não éramos considerados confiáveis e nos tratavam como ameaça à segurança e soberania nacional. Constantemente recebíamos intimação para prestar esclarecimentos aos dirigentes do quartel do Exército, em São Gabriel da Cachoeira, sobre nossas atividades e pronunciamentos públicos.

Havia muita violência na fronteira. Houve uma política do governo federal, ainda militar, que chegou a demarcar nossas terras em forma de ilhas denominadas “colônias indígenas”. As políticas de demarcação das pequenas terras era uma maneira de liberar as grandes terras para empresas mineradoras e para os chamados projetos de colonização, que incluíam a transferência de famílias rurais do Nordeste para ocupação produtiva e colonizadora da região que, na visão militar e de setores políticos da direita, se tratava de um espaço vazio, exatamente por não considerarem os povos indígenas como cidadãos brasileiros.

Como forma de resistência, os povos indígenas chegaram a retirar as colunas de concreto e placas de demarcação e a jogá-las no rio, logo após a demarcação dos limites. Era óbvio que não queríamos perder nossas terras, abandonar nossas aldeias, muito menos transformar nossas comunidades em formas de ilhas. Em função disso, as nossas lideranças, os nossos caciques das aldeias, sofriam muita pressão, repressão e violência, e nossas denúncias nunca davam em nada.

A Foirn foi criada exatamente para combater essa situação de violência e de repressão. Só para se ter uma ideia, em São Gabriel da Cachoeira, toda noite mulheres indígenas eram estupradas por militares brancos. Temos muitos registros na imprensa de Manaus sobre esses casos. Em finais de semana, eram dezenas de estupros comprovados, observados, testemunhados, mas diante das denúncias os soldados brancos eram protegidos.

Além do combate ao desrespeito dos direitos humanos, a Foirn tinha também a missão de lutar contra o modelo de regularização das terras indígenas em forma de ilhas, contra os projetos de colonização, contra o deslocamento de não índios do Nordeste para ocupar aquela terra. Também estimulava a articulação e a promoção da luta dos povos indígenas pelos direitos, em particular, pelo direito à terra, que a gente chamava terra contínua. A demarcação da área deveria ser na sua totalidade exclusivamente indígena. Obviamente que isso era totalmente contrário à política do Estado, portanto a Foirn era o calo no pé do governo federal. Tínhamos assessores, advogados e outros profissionais que muitas vezes foram presos em suas atuações. Vivíamos sob constante intimidação.

Esse período foi muito difícil, mas ao mesmo tempo desafiador e promissor. Com o tempo foram ocorrendo mudanças de uma situação absolutamente de ausência de diálogo entre o governo federal militar e movimento social indígena na região, para uma situação de diálogo intenso, mesmo que às vezes tenso. Saímos de um polo de conflito para uma realidade em que se estabeleceu uma “mesa de negociação” e diálogo com o governo federal, inclusive com os militares, após 1995.

Mesmo com resistência, o governo federal revogou o decreto que demarcou as colônias e a Foirn fez acordo com os militares para que aceitassem a nossa demarcação contínua. Foi selado um compromisso para demarcação das terras, combinado com a autorização para construção de uma pequena central hidrelétrica para movimentar os equipamentos do projeto Calha Norte e Sipam/Sivam. Foi uma negociação exitosa, pois curiosamente a nossa demarcação e homologação das terras ocorreu, mas a hidrelétrica continua só no papel, embora a área tenha sido disponibilizada. Portanto, conseguimos avançar substancialmente de uma relação de conflito e intimidação, para encaminhamentos concretos da política indigenista.

No processo da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92), ocorreram intensas articulações indígenas, que resultaram na elaboração do Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), apoio ao processo de fortalecimento organizacional das comunidades indígenas de desenvolvimento sustentável e do Programa de Proteção as Florestas Tropicais (PPTAL), vinculado à Funai, com apoio financeiro e técnico as demarcações indígenas na Amazônia. O salto foi que o movimento indígena empreendeu uma grande mobilização e conseguiu articular e negociar políticas governamentais.

Este dois programas foram apoiados pelo chamado G-7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo), mas na verdade foi assumido pelo governo alemão e em menor grau pelo governo britânico. Foi com apoio do PPTAL que os processos de demarcação de importantes terras indígenas na Amazônia puderam ser realizadas, como as terras indígenas do Alto Rio Negro – Ianomâmi, Vale do Javali, Raposa Serra do Sol e outras.

PASSOS DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL INDIGENISTA

Com o apoio das lideranças indígenas, entrei na área da política governamental através da área da educação, pois em 1996, conseguimos eleger em São Gabriel da Cachoeira o primeiro prefeito do Partido dos Trabalhadores (PT) do estado do Amazonas, com uma aliança em torno de chapa mista entre indígenas e não indígenas.

Entre 1997 e 1999, assumi a secretaria municipal de Educação, Cultura, Meio Ambiente e Desporto, a primeira experiência como gestor público. Até então, toda educação escolar seguia o padrão missionário salesiano, reprimindo culturas, tradições e línguas. Era uma lógica de perseguição que visava tornar os índios obedientes cidadãos, cristãos, falantes de português. Dessa maneira, o principal desafio foi provocar mudanças profundas nas orientações das políticas educacionais indígenas. Por exemplo, todas as escolas das aldeias da rede municipal que eram consideradas e denominadas escolas rurais foram transformadas – na lei e na prática pedagógica – em escolas indígenas. Os professores passaram a ter plano de carreira e ensino indígena com base numa legislação específica, criando todas as novas categorias definidas pela Constituição Federal. As escolas indígenas passaram a ter possibilidade e liberdade de definirem seus currículos e projetos político-pedagógicos próprios.

Nesse período, o município de São Gabriel da Cachoeira recebeu dois prêmios nacionais pelas políticas inovadoras sobre educação escolar indígena. Um prêmio foi recebido da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e outro foi do Unicef, em parceria com a Fundação Abrinq. Essa experiência rendeu muita visibilidade e reconhecimento à educação indígena.

Porém, no final da gestão, o prefeito foi induzido pelo governo de direita do estado e abandonou o barco petista, razão pela qual não me senti mais confortável para continuar na gestão.

A partir da saída do governo local, ainda em 1999, fui indicado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da qual tinha sido coordenador-geral eleito para a gestão de 1996 a 1998, para coordenar como gerente técnico o Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). Participei desde a concepção até o desenvolvimento da fase de financiamento de projetos indígenas na Amazônia, em 2003. Essa atividade existe até hoje e é um dos poucos projetos que possibilitaram a capacidade de gestão indígena com bastante êxito, apoiando a transferência de recursos financeiros para as comunidades indígenas diretamente na aldeia.

Mais adiante fui indicado pelos povos indígenas para compor o Conselho Nacional de Educação (2007-2010) e assumir a Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena no interior da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2008, no Ministério da Educação (MEC). Com isso, teve sequência a experiência iniciada na Secretaria de Educação do Município de São Gabriel da Cachoeira.

É notório que com o desenvolvimento do governo Lula intensificou-se o que já havia sido iniciado em outras gestões federais, após a Constituição de

1988. Os diálogos foram ampliados de maneira substancial, principalmente no segundo mandato.

A participação indígena foi multiplicada nos espaços de consulta e controle social, como por exemplo nos espaços coordenados pelo governo federal: em 2006, a realização da I Conferência Nacional dos Povos Indígenas, em 2007, a criação e a instalação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) e, em 2009, a realização da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Além disso, houve um grande esforço para desenvolver políticas até então provisórias, como a formação de professores e a recente criação dos territórios etnoeducacionais. Com essa política, busca-se efetivar o regime de colaboração entre os sistemas de ensino (municípios, estados e União) no atendimento e na oferta da educação escolar aos povos indígenas. É importante destacar, também, as recentes criações da Secretaria Especial de Saúde Indígena e da reestruturação da Funai. Do ponto de vista prático, chegamos ao final dessa gestão com o fechamento de um ciclo, uma etapa do processo da redemocratização que possibilitou o aprofundamento do diálogo e o início de (re)construção de novas políticas, cada vez mais avançadas e adequadas aos povos indígenas.

Nesse sentido, a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) com uma Coordenação-Geral de Educação Escolar Indígena é um marco histórico importante que traduz o diálogo e reconhece efetivamente os índios como sujeitos. A Secad promove também a educação quilombola, afrodescendente, campo e orientação sexual. Desse modo, com uma ação mais focada, é possível promover a diversidade com visibilidade dentro e fora do governo e assim lograr mais relevância na agenda e no planejamento governamental. Assim, é reforçado o protagonismo dos povos indígenas e outros segmentos sociais, que passam a ser considerados cidadãos e sujeitos históricos de direito.

Com as políticas inclusivas tem sido permitido o avanço na discussão e formulação das políticas, até o limite que o modelo atual de Estado permite. Hoje nós temos escolas indígenas muito inovadoras e avançadas no que diz respeito a concepções e práticas pedagógicas e administrativas. É possível organizar e reconhecer a categoria de professor indígena com carreira específica. É possível organizar e colocar em prática currículos, calendários próprios e escolas indígenas com autonomia financeira por meio de unidades gestoras e conselhos escolares.

Mas nem tudo é motivo de comemoração. Apesar dos avanços nas normas e nas leis e, principalmente, na forma de relacionamento marcado por uma busca de diálogo e participação crescente, ainda perduram gigantescos

desafios em todos os campos das políticas públicas destinadas aos povos indígenas. Em grande medida, o desequilíbrio histórico entre a intenção e a prática, especialmente no governo Lula, se deve ao fato de que a questão indígena só ganhou alguma importância no segundo mandato, portanto, com tempo insuficiente para se tomar a decisão necessária para formular, consultar/pactuar, aprovar, institucionalizar e implementar as políticas estruturantes.

Foi o que aconteceu no campo da educação, saúde e na reestruturação da Funai, onde os instrumentos legais de mudança só ocorreram nos últimos dois anos de governo. Particularmente no campo da educação, para a efetivação das mudanças foi necessário desenvolver uma agenda de consultas por meio da I Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, entre 2008 e 2009, para que o Decreto Presidencial de Criação dos Territórios Etnoeducacionais fosse assinado e publicado no final de 2009. O mesmo aconteceu com a Medida Provisória de Criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena e do Decreto de Reestruturação da Funai. Isso dificultou enormemente a implantação e a consolidação das mudanças preconizadas a partir das medidas legais.

Essas e outras mudanças são absolutamente necessárias, pois as atuais estruturas e lógicas de políticas não são adequadas para atender e garantir os direitos indígenas atuais, uma vez que são da época do tutelismo, do integracionismo e do Brasil monocultural. Além disso, é impressionante o descompasso entre a velocidade das mudanças conceituais, legais e a máquina burocrática. A lentidão administrativa, em alguns casos, beira à imobilidade.

Sabemos que por natureza histórica é difícil compatibilizar a visão administrativa do Estado com a lógica de vida dos índios. Mas é um esforço mais do que necessário, é estratégico e urgente para o Estado brasileiro. É um dos desafios atuais, tanto para os povos indígenas quanto para a nação brasileira.

As mudanças são necessárias para atender e garantir os novos direitos indígenas que avançam cada vez mais, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional. Vejamos, por exemplo, o reconhecimento da importância etnoterritorial dos povos indígenas no campo da educação escolar indígena e o conceito afirmativo de “povos indígenas” na política oficial, até pouco tempo rechaçado pelo Estado brasileiro, e agora reconhecido por meio da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), já homologada pelo Brasil em 2004.

Os indígenas preferem ser denominados como “povos”. Isso valoriza a existência e a autoestima enquanto grupo étnico, gerando também um forte crescimento dos povos indígenas. É importante também destacar que esse crescimento tem a ver com a recuperação da autoestima e autorreconhecimento,

principalmente na Região Nordeste. Por exemplo, só em 2010, o governo brasileiro, por meio da Funai, passou a reconhecer a existência de vários povos indígenas nos estados do Piauí e do Rio Grande do Norte, passando a estender-lhes as políticas no campo da educação e integrando-os às estatísticas oficiais.

As estatísticas confirmam na atualidade a existência de indígenas em todos os estados brasileiros, inclusive no Distrito Federal. Mas esse crescimento tem também relação com a melhoria das condições de vida geradas a partir das políticas públicas. Terra garantida, por exemplo, significa maior tranquilidade e com isso menos êxodo.

A luta pelo território é fundamental, por que garante a possibilidade de futuro do grupo e possibilita o desenvolvimento adequado de políticas de educação, saúde e desenvolvimento econômico. Na cidade, é muito difícil ter e levar adiante um projeto de futuro próprio. Mas, no etnoterritório é possível a reelaboração e a reconstrução dos destinos coletivos, os projetos futuros, que na América Latina são chamados de planos de vida. Isso vai ser um desafio para o Estado brasileiro, que deverá se adequar e responder a esses planos de vida. A Constituição garante a autonomia ou autodeterminação dos povos indígenas, interna aos territórios deles, enquanto cidadãos brasileiros. Escola e saúde de qualidade são garantia de bem-estar social do grupo. É obvio que ainda temos muitos desafios a superar, mas conseguimos assegurar um pouco mais de confiança e esperança.

Outro fator que está contribuindo para o crescimento demográfico e político dos povos indígenas é o reconhecimento e a valorização de suas identidades e suas culturas. Embora não exista resgate cultural absoluto, vários elementos dessas culturas estão sendo recuperados, revividos e exercitados. As perdas culturais se dão na maioria das vezes em decorrência da repressão intensa em algumas localidades, mas a recuperação tem se dado a partir das trocas de experiências de luta entre os povos, com isso passa a existir valorização e recuperação das tradições, de maneira intensa.

Existem, entretanto, alguns poucos povos no Brasil que fazem a opção por enterrar o passado, abandonar suas terras, suas aldeias, sua língua, como se dissessem “de agora em diante só queremos o mundo branco”. Muitas vezes a opção é equivocada, mas deve ser respeitada. Há situações em que certas comunidades tomam esse tipo de decisão por pressão, mas tempos depois se arrependem e voltam atrás, quando percebem que aquele tipo de mudança não ajudou muito.

Entre ganhos e desafios, temos a consciência de que todo sujeito é histórico e essas decisões radicais podem ser transitórias.

A EDUCAÇÃO E OS PLANOS DE VIDA DOS INDÍGENAS

Com as perspectivas de melhorar a vida dos povos indígenas, pela conquista e consolidação crescente de seus territórios, é possível começar a pensar em futuro, até pouco tempo inexistente ou incerto, uma vez que o processo de colonização praticamente havia interrompido e eliminado os projetos societários desses povos.

Para muitos povos indígenas, o processo de escolarização deve permitir a filtragem do que lhes interessa do conhecimento europeu, do conhecimento científico. A escola funciona como uma espécie de condutor e filtro ao mesmo tempo, para garantir o acesso só ao que lhes interessa da ciência e da técnica moderna. Por isso se fala que os povos indígenas devem se apropriar da tecnologia da forma como querem, a partir das tradições e valores próprios.

Essas mudanças em curso indicam perspectivas mais otimistas, mais tranquilizadoras e duradouras. Nos últimos anos, conseguimos garantir um processo gradativo de respeito aos direitos indígenas pelo Estado brasileiro, por meio de mesas de diálogos. Em outros países, mesmo com maioria indígena, as dificuldades têm sido maiores, como no caso da Bolívia, onde até pouco tempo a repressão e a violência atingiam altos graus contra os povos indígenas.

Maior reconhecimento e respeito aos direitos indígenas no Brasil tem possibilitado aos povos a retomada de processos históricos de reconstrução de seus projetos de vida étnicos. Estamos no momento de colocar em prática nossos direitos nas aldeias e nos territórios, já que a lei permite a partir da autonomia interna. Por exemplo, na escola indígena, o diretor, os professores e o cacique são índios e não tem nenhum branco para dizer o que fazer, porém às vezes se fica à espera dos brancos e dos sistemas de ensino para fazer coisas simples.

Os povos indígenas podem fazer da escola um espaço coletivo e em benefício de todos, porque a lei assegura esse direito. Por que tanta dependência das instituições dos brancos? Será ainda a força da tutela? O fato é que temos que libertar nossa consciência do sistema de colonização.

Muitas vezes imitamos o que as secretarias municipais ou estaduais fazem. O papel do MEC, por exemplo, é de orientar, mas sem definir como as coisas devem ser feitas, pois entende que isso é papel e direito das escolas indígenas, garantindo autonomia. Existe, portanto, uma abertura razoável nas normas e nas políticas, pouco usadas no Brasil, quando em outros países imperam imposições muito fortes do aparelho do Estado.

Em tempos passados, os povos indígenas possuíam seus processos próprios de educação, com diversas formas de transmissão de conhecimento, mas não havia escola enquanto instrumento exclusivo para tal fim. Mesmo assim,

após o contato com os brancos, a escola também passou a ser uma necessidade e um desejo. Nenhum povo indígena quer abrir mão do atendimento e do domínio da saúde terapêutica e/ou hospitalar. Os povos indígenas reivindicam com veemência o acesso à educação, às escolas e aos serviços de saúde pública do Estado e dos governos. Tudo porque querem os benefícios da tecnologia moderna. Querem ter acesso ao sal, anzol, roupas e equipamentos para melhorar as condições de trabalho e de vida.

Os povos indígenas precisam dessa interação. O que muitos não querem é copiar o modelo de vida do branco. Não querem transformar suas vilas em cidades, copiando o modelo urbano que transforma os valores indígenas. Mas muita coisa do mundo branco eles querem, precisam e lutam por isso. A questão é sobre como querem se apropriar desse mundo branco, ou melhor, das coisas que interessam. A escola, portanto, funciona como uma espécie de condutor e filtro a esse mundo externo.

Entendo que os povos indígenas têm consciência de seus destinos, mesmo na perspectiva dos planos de vida próprios, estes ligados ao mundo branco. Devemos considerar o mundo com que interagimos ao pensar o futuro e o destino, a partir de agora, interligado ao mundo branco. Devemos sempre fazer uma filtragem. Fazer exatamente o que é necessário e saber de que maneira podemos nos apropriar das coisas que interessam. Isso é bastante forte e claro.

É importante ter a escola com qualidade e à nossa maneira. Mas não pode ser uma escola virada de costas para o mundo global. Deve ser aproveitado tudo o que há de bom, como as tecnologias e as modernidades, mas que isso também não venha a ser como era no passado, contra os modos de vida, os valores, as tradições. Esse equilíbrio é fundamental.

MÁRCIO MEIRA¹**O GOVERNO LULA
E OS POVOS INDÍGENAS****QUADRO GERAL DOS POVOS INDÍGENAS**

A nação brasileira tem uma dívida moral, ética e estética com os povos indígenas. Da rede de dormir ao Macunaíma, de Mário de Andrade, passando pela cultura material, toponímia, gastronomia e língua, em quase tudo podemos notar a presença dos ameríndios em nossa vida cotidiana.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), com base em dados de 2009, a população indígena brasileira está estimada em 565.335 indígenas, que formam cerca de 220 povos. Ameaçada de extinção até os anos 1970, os dados do IBGE informam que a população indígena voltou a crescer no Brasil a partir de 1991, registrando um crescimento de 150% naquela década. Num ritmo quase seis vezes maior que a média nacional, saltaram de 0,2% em 1991, para 0,4% da população brasileira em 2000. O IBGE, que em 2000 contabilizou uma população indígena de 735.000 pessoas em todo o Brasil, no censo de 2010 fez a contagem total com informações específicas sobre a diversidade da população indígena, como por exemplo, as línguas faladas e os etnônimos. Este trabalho ainda não está concluído, mas aponta para um crescimento ainda maior dessa população, e facilitará muito a elaboração de políticas públicas pelo Estado brasileiro nos próximos anos.

Apesar desses consideráveis avanços, as comunidades indígenas, muitas vulneráveis inclusive a violação de direitos humanos, estão entre os brasileiros com enormes desafios de inserção diferenciada na agenda de nosso desenvolvimento social. Há muito ainda a se cumprir no respeito aos seus direitos, garantindo-lhes um papel ativo no presente e no futuro do nosso país.

1. Colaboraram na finalização do texto Paulo Celso de Oliveira, Aloysio Guapindaia e Maria Auxiliadora de Sá Leão.

Entretanto, lideranças tradicionais e o movimento indígena organizado se tornaram atores políticos ativos desde a constituinte, compondo hoje o cenário mais amplo da sociedade civil brasileira, inclusive com a eleição de vereadores e prefeitos indígenas. Esses elementos revelam passos importantes, consolidados na construção da democracia étnica e cultural brasileira pós 1984.

Os povos indígenas localizam-se em 653 terras reconhecidas oficialmente, totalizando, aproximadamente, 107 milhões de hectares, que representam 12,57% do território nacional. Acompanhando essa distribuição espacial caracterizada pelo isolamento e pela dispersão, a situação linguística apresenta alta diversidade, totalizando cerca de 180 línguas identificadas.

Além do dado populacional acima apontado, há referências sobre 68 povos indígenas vivendo em situação de isolamento voluntário na Amazônia brasileira. E ainda existem diversos grupos que se autodefinem e requerem o reconhecimento de sua condição indígena junto ao Estado brasileiro, inclusive indivíduos que vivem em áreas urbanas.

MARCO LEGAL DA POLÍTICA INDIGENISTA BRASILEIRA

A política indigenista no país tem como base a Constituição Federal de 1988, o Estatuto do Índio – Lei 6.001/1973 e instrumentos jurídicos internacionais, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A Constituição Federal (CF) de 1988, que conta com um capítulo próprio para disciplinar a matéria (capítulo VIII, arts. 231 e 232), reconhece aos indígenas a sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

Os direitos dos povos indígenas de viverem segundo seus usos e costumes ainda estão resguardados em nossa Carta Magna nos artigos 215 e 216, que garantem a todos o pleno exercício dos seus direitos culturais.

O Estatuto do Índio, de 1973, à época de sua aprovação, foi considerado um instrumento jurídico progressista, servindo, inclusive, de referência para outros países na constituição de mecanismos legais de proteção aos direitos indígenas. No entanto, atualmente, embora ainda em vigor, essa lei apresenta diversos dispositivos ultrapassados.

Apesar de resguardar os usos, costumes e tradições indígenas, de garantir a posse permanente sobre as terras que habitam e o usufruto exclusivo das riquezas naturais, o Estatuto do Índio foi aprovado dentro de uma visão assimilacionista, ou seja, com a proposta de integrar os indígenas à comunhão nacional. Em outras palavras, o indígena teria que deixar de sê-lo para se tornar cidadão brasileiro com plenos direitos.

Diante do reconhecimento da identidade cultural diferenciada dos povos indígenas pela Constituição Federal de 1988, a proposta integracionista perdeu o respaldo no ordenamento jurídico brasileiro. Não se pretende mais “integrar” os indígenas à comunhão nacional, mas assegurar a manutenção da dinâmica própria de seus usos e costumes por meio de uma política indigenista que garanta a proteção de suas terras e promova seu desenvolvimento social e cultural.

Para adequar a legislação infraconstitucional aos dispositivos constitucionais, está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei 2.057/1991, que quando aprovado instituirá o novo Estatuto dos Povos Indígenas.

O caput do artigo 231 da Constituição brasileira reconhece aos índios o direito originário sobre as terras que tradicionalmente ocupam e determina que a União promova a sua demarcação e proteção dos seus bens. A demarcação serve para explicitar os limites da terra e não se configura como fonte constitutiva de direito. Nesse sentido, independentemente do processo demarcatório, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, por sua própria natureza jurídica, já são consideradas terras indígenas, pois o direito originário consagra a fonte primária da posse territorial, não havendo, portanto, qualquer título anterior a esse direito. Cabe à Funai, com base em estudos de caráter antropológico, estabelecer os limites das Terras Indígenas e assim iniciar o processo administrativo que culmina com sua homologação pelo presidente da República.

De acordo com o art. 231, § 1º da CF, são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Assim, a Constituição adotou o conceito de que as terras indígenas correspondem ao seu habitat.

Em relação ao direito de propriedade sobre essas terras, a Constituição Federal, em seu artigo 20, inciso XI, estabelece que as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União. Portanto, os direitos indígenas sobre suas terras não estão relacionados ao direito de propriedade, mas à posse permanente e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais, nos termos do art. 231, § 2º. A opção em manter as terras indígenas como propriedades da União é uma forma de garantir que essas terras sejam resguardadas dos interesses individuais da sociedade ocidental, envolvente que nem sempre respeita os usos e costumes indígenas.

O caráter coletivo da posse indígena e o direito consuetudinário dos diversos povos indígenas existentes no país também encontram proteção legal

no ordenamento jurídico brasileiro. Quando a Constituição Federal reconhece no caput do artigo 231 a organização social indígena, seus costumes, línguas, crenças e tradições, ela está declarando que os povos indígenas possuem um sistema de valores diferenciado, como o caráter coletivo dos seus direitos e suas normas internas próprias.

A Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas também servem para proteger os direitos coletivos dos povos e o valor normativo dos seus direitos costumeiros.

O fato, por exemplo, de a Convenção 169 da OIT determinar que seja realizada a consulta aos povos interessados sobre as medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente, reconhece que os interesses indígenas são coletivos e que há a necessidade de deliberação conjunta sobre o destino de suas terras e de suas comunidades. Da mesma forma, está reconhecendo que os valores indígenas são diferenciados dos da sociedade envolvente e que possuem normas internas próprias.

Outro aspecto relevante instituído pela Constituição brasileira é o reconhecimento de que os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa dos seus direitos e interesses, como preceitua o art. 232. Essa previsão constitucional fortalece a cidadania e a autonomia dos povos indígenas, na medida em que eles poderão recorrer ao judiciário sempre que houver ameaça ou lesão de seus direitos constitucionais.

Nos termos do art. 198 da Constituição “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

A Lei 9.836, de 19 de setembro de 1999, criou, no âmbito do SUS, o Subsistema de Saúde Indígena. De acordo com essa lei, dever-se-á obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas nas ações de saúde. O Subsistema tem como base os Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sendo garantida a participação dos indígenas nos conselhos de saúde locais, estaduais e federais.

De acordo com o art. 205 da Constituição, a educação é direito de todos e o art. 210, § 2º “estabelece que o ensino regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. A Lei 9.394 de 1996, estabelece as bases da educação nacional e em seus arts. 78 e 79 dispõe sobre a educação bilíngue e intercultural dos povos indígenas, e a Lei 10.172, de 2001, aprova o Plano Nacional de Educação e dispõe sobre as diretrizes, os objetivos e metas da educação escolar indígena.

O art. 129, inciso V da Constituição estabeleceu como função institucional do Ministério Público defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas. O Ministério Público pode propor ações judiciais em defesa das comunidades indígenas quando provocado ou por iniciativa própria, sendo que sua atuação é fundamental para a proteção dos direitos dos povos indígenas.

A missão de defender os direitos dos povos indígenas também foi atribuída à Advocacia Geral da União (AGU), que vem cumprindo papel relevante na defesa dos direitos indígenas, por intermédio sobretudo da atuação da Procuradoria Federal no âmbito da Funai em todas as regiões do Brasil.

De acordo com o art. 109, inciso XI da Constituição, compete à Justiça Federal processar e julgar as disputas sobre os direitos indígenas. A jurisprudência que vem sendo consolidada afirma que tal competência se refere aos direitos coletivos, tais como questões relacionadas às terras e ao meio ambiente.

No entanto, apesar do respaldo jurídico aos direitos dos indígenas sobre suas terras, nem sempre os tribunais asseguram a aplicação imediata desses preceitos. Muitos processos judiciais sobre o reconhecimento de uma terra como indígena levam anos para serem concluídos, o que provoca, invariavelmente, uma situação conflituosa entre os indígenas que requerem a posse sobre essas terras e os ocupantes não índios que se alegam proprietários da gleba em questão.

Um dos casos mais emblemáticos em relação à demarcação das terras indígenas foi o processo demarcatório da T. I. Raposa Serra do Sol, localizada na região Norte do estado de Roraima, tradicionalmente ocupada pelos povos Ingarikó, Makuxi, Taurepang, Wapixana e Patamona. A terra foi homologada pelo decreto do presidente Lula, de 15 de abril de 2005. Em julgamento concluído no dia 19 de março de 2009, o STF decidiu pela validade do processo de demarcação da T. I. Raposa Serra do Sol em área contínua, reconhecendo que os interesses privados dos não índios não poderiam se sobrepor aos direitos dos indígenas e que a demarcação não prejudica o desenvolvimento econômico de Roraima nem prejudica a soberania do país, como era alegado pelos rizicultores que se encontravam ilegalmente na área. Após o julgamento do STF, os ocupantes não índios foram retirados da T. I. Raposa Serra do Sol, que passou a ser ocupada integralmente pelos indígenas, e em 19 de abril de 2010 recebeu a visita do presidente Lula.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Em 1910, o Marechal Rondon criou o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que tinha como atribuição proteger os povos indígenas e, ao mesmo tempo, promover sua “integração à comunhão nacional”. Em 1967, a Funai foi

criada em substituição ao SPI, com a missão de prestar a tutela aos indígenas. Embora se reconheçam as contradições históricas inerentes ao século XX, o Brasil completou, em 2010, cem anos de política indigenista republicana, que representou importante patrimônio para o país e marcou uma postura mais humanista do relacionamento do Brasil com seus povos originários do que a observada em outros países com características semelhantes às nossas. “Morrer se preciso for, matar nunca”, foi o marcante lema do Marechal Rondon.

Nas últimas décadas, a Funai atravessou diversos problemas que levaram ao seu sucateamento como instituição. Enquanto a população indígena voltou a crescer desde os anos 1980 e também as terras indígenas eram demarcadas, trazendo mais e novos desafios para o órgão indigenista, os servidores caíram pela metade e a estrutura logística e física da fundação definhou drasticamente. Somaram-se a isso os salários baixos que desestimulavam os servidores, a diminuição do corpo técnico especializado de nível superior para atender as novas demandas das comunidades indígenas em decorrência do envelhecimento de seus quadros e da não realização de concurso público por cerca de vinte anos. Pareciam claras as intenções dos governos anteriores ao governo Lula de promover a extinção da Funai por meio de lenta asfixia.

Até os órgãos de controle da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros passaram a observar as carências e necessidades da Funai e a cobrar do governo federal a adoção de medidas saneadoras na instituição, com vistas a um novo sistema organizacional que tornasse o órgão administrativamente mais eficaz e eficiente na aplicação e controle de seus recursos, atendendo satisfatoriamente aos povos indígenas. Demandas semelhantes eram feitas também pelos servidores e pelas comunidades e organizações indígenas de todo o Brasil, que cobravam uma reestruturação da instituição no sentido de seu fortalecimento e maior presença no território, inclusive com um papel mais amplo de coordenadora e articuladora das políticas públicas com os povos indígenas.

O GOVERNO LULA E OS POVOS INDÍGENAS

O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado pela contradição entre seu vigoroso compromisso com a demarcação das terras e promoção dos direitos sociais dos povos indígenas e pela resistência dos setores intermediários da administração pública, ainda fortemente marcados por uma visão assistencialista e clientelista, que travaram o processo democrático de participação dos povos indígenas na elaboração, na execução e no acompanhamento das políticas públicas relacionadas aos seus direitos e interesses.

Nesse período, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste e Leste de

Espírito Santo e Minas Gerais (Apoimne), organizações bastante representativas, fizeram várias manifestações contrárias ao governo, o que acentuou a falta de diálogo e a inoperância dos órgãos públicos diante de uma nova realidade social e política. As organizações indígenas também criticaram a falta de articulação entre os órgãos públicos, que atuavam de forma desordenada e competindo por recursos sobrepostos em seus orçamentos.

Todavia, foi fundamental que o presidente Lula tenha mantido seu compromisso com os povos indígenas assumido em 2002, e que foi demonstrado concretamente com a defesa permanente e decisiva dos direitos dos povos indígenas da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, com a promulgação da Convenção 169 sobre povos indígenas e populações tribais, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2004, a realização da Conferência dos Povos Indígenas em 2005, bem como com a criação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), em 2006.

No segundo mandato, ainda diante das limitações históricas da atuação do Estado, sobretudo do sucateamento da Funai e da saúde indígena nas últimas décadas, e atendendo às reivindicações dos povos indígenas, o presidente Lula chamou para si a responsabilidade de estabelecer um novo diálogo com eles – o presidente participou de duas reuniões ordinárias da CNPI junto com vários ministros em 2008 e 2010. A partir de 2007 lançou uma Agenda Social dos Povos Indígenas em São Gabriel da Cachoeira com caráter de prioridade de governo e determinou a reestruturação do órgão indigenista e do subsistema de saúde indígena, dando início a uma remodelação da política indigenista do Estado brasileiro, que completou seu centenário em 2010. Nesse sentido, nomeou e deu posse aos membros da Comissão Nacional de Política Indigenista em abril de 2007, a qual desde essa data se constitui em importante instância para o debate sobre as prioridades do governo e para promoção do protagonismo indígena na discussão de políticas públicas. Também foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, pelo MEC, em 2009.

Seguindo uma linha de fortalecimento do Estado e de reconhecimento da importância dos povos indígenas, já em 2007, o Brasil manifestou-se favorável à aprovação da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. A referida Declaração não tem natureza vinculante, mas serve como diretriz para uma política moderna, que reconheça amplamente os direitos e respeite a autonomia dos povos indígenas, em consonância com a ordem constitucional do país.

Como uma das medidas mais recentes para garantia dos direitos indígenas, foi aprovada, no dia 3 de agosto de 2010, a criação da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), que atendendo a uma antiga reivindicação do movimento

indígena, transfere a competência das ações de atenção básica à saúde indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), para a nova secretaria, que estará diretamente ligada ao Ministério da Saúde.

Diante de uma política de Estado que vem superando obstáculos para fortalecer a estrutura jurídica e institucional do país, com objetivo de promover a defesa dos direitos indígenas e garantir o protagonismo desses povos, o presidente Lula vem concluindo seu segundo mandato de modo a superar a cultura tutelar e assistencialista ainda remanescente na política indigenista nacional.

MEDIDAS DE FORTALECIMENTO DO DIÁLOGO DO ESTADO COM OS POVOS INDÍGENAS

Diante dos novos desafios, o governo do presidente Lula passou a adotar, sobretudo a partir de 2007, medidas para reestruturar a política indigenista. Assim, a política foi estruturada em princípios voltados para proteção territorial, promoção social e cultural, incluindo o etnodesenvolvimento e o protagonismo indígena no diálogo com o governo federal. Nesse sentido, foi instituída a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), no dia 22 de março de 2006. Integrada à estrutura do Ministério da Justiça, a CNPI tem caráter paritário e é composta por 20 representantes indígenas de diferentes regiões, dois representantes de organizações indigenistas não governamentais, 13 membros de órgãos governamentais e três convidados permanentes – o Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

A CNPI se reúne ordinariamente a cada dois meses, e dentre suas competências tem como missão participar do planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, propor a atualização da legislação e acompanhar a tramitação de proposições legislativas, relacionadas aos povos indígenas.

A CNPI representa um importante passo na relação do Estado com os povos indígenas, possibilitando o diálogo, a cooperação e o respeito mútuo. Em 2008, foram realizados dez seminários regionais, com a participação de 1.150 lideranças indígenas, para discutir o Projeto de Lei 2.057/1991, que institui o Estatuto dos Povos Indígenas. A partir desses seminários foi elaborada uma proposta de consenso entre os representantes dos povos indígenas e dos órgãos governamentais, apresentada como contribuição ao Congresso Nacional.

Atualmente, a Funai desenvolve principalmente medidas para demarcar e coibir as invasões, por meio do monitoramento e da fiscalização das áreas demarcadas. O programa de proteção a essas terras abrange a capacitação de

técnicos nas áreas de legislação ambiental e indigenista, em GPS, em cartografia básica, no monitoramento da degradação ambiental e ocupação irregular promovida por não índios.

O Estado reconhece que a garantia dos direitos culturais dos povos indígenas está diretamente atrelada ao reconhecimento dos direitos desses povos sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Assim, além de trabalhar para que as terras indígenas sejam demarcadas, o governo brasileiro vem construindo, juntamente com os povos indígenas, políticas de fomento ao etnodesenvolvimento, para promover o desenvolvimento com respeito à diversidade cultural.

Nessa perspectiva, diante das novas necessidades de subsistência dos povos indígenas e do reconhecimento da importância das terras indígenas para a preservação da biodiversidade, a política indigenista oficial tem buscado instituir mecanismos de gestão territorial e ambiental dessas terras.

Dentre as medidas, vale citar a criação do Grupo de Trabalho formado por representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA), da Funai e dos povos indígenas de todas as regiões brasileiras, para formular uma proposta de política de gestão territorial e ambiental em terras indígenas que propiciem a implementação de ações de apoio aos povos indígenas na gestão e no manejo sustentável dos recursos naturais dispostos nas suas terras.

Após a realização de consultas regionais aos povos indígenas, que aconteceram em diferentes regiões brasileiras, entre os anos de 2009 e 2010, as informações foram sistematizadas, submetidas à aprovação da CNPI em 2010, para posterior encaminhamento à Presidência da República, objetivando a edição de um decreto presidencial que regulamentará a matéria.

REESTRUTURAÇÃO DAS POLÍTICAS

Em 2007, o governo federal aprovou o Plano Plurianual (PPA) de 2008/2011, que sistematizou as ações, diretrizes e o orçamento para as atividades da Funai, constituindo-se como um importante instrumento para a gestão e a racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Em 2008, o governo federal aprovou o aumento dos salários dos servidores da Funai, os quais encontravam-se defasados, provocando perda contínua de trabalhadores do órgão. Além do aumento salarial, os servidores passaram a receber duas gratificações específicas de caráter indigenista.

Em 2009, foram aprovados 89 cargos de confiança e o concurso público para 3.100 servidores para a Funai, a serem contratados entre 2010 e 2012 (sendo 425 já em 2010). O concurso servirá para fazer a reposição do quadro de servidores, uma vez que 90% do atual quadro encontra-se em fase próxima

de se aposentar. Além disso, o governo federal criou cargos especializados em indigenismo, atendendo à reivindicação da associação dos servidores da Funai na perspectiva de uma carreira específica.

Na área da educação, as comunidades indígenas apresentam significativos avanços. Elas contam com cerca de 10 mil professores, 4 mil escolas e 200 mil indígenas no ensino fundamental e médio e cerca de cinco mil indígenas no ensino superior. O MEC e a Funai realizaram consultas regionais entre 2008 e 2009 e a Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena em dezembro de 2009, para discutir propostas para consolidar o sistema de educação diferenciada dos povos indígenas, com destaque para a implantação dos Territórios Etnoeducacionais.

Em continuidade a reestruturação da Funai, o presidente Lula editou o Decreto 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio (Funai), e dá outras providências. O Decreto extinguiu os postos indígenas e as administrações executivas regionais que faziam parte da antiga estrutura administrativa, substituindo-os por coordenações técnicas locais e coordenações regionais locais. O princípio básico da nova estrutura é que os indígenas passaram a fazer parte de conselhos técnicos locais e regionais que atuarão na gestão participativa do órgão. O primeiro desafio para esses comitês é a sua própria instalação e definição, e o acompanhamento das ações da Funai em 2010, bem como a elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2012/2015.

DESAFIOS

Embora se reconheça que há pendências nas demarcações de terras e retirada dos ocupantes não índios, principalmente no Mato Grosso do Sul, regiões Nordeste e Sul, e que ainda é necessário ampliar os recursos financeiros e humanos voltados para o fortalecimento social, econômico e cultural das diversas sociedades indígenas, o Estado brasileiro vem empregando esforços crescentes para garantir a dignidade social e a proteção dessas comunidades.

O relator especial da ONU sobre a situação dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais de Povos Indígenas, James Anaya, que visitou o Brasil em agosto de 2008, aponta em seu relatório limitações do Estado brasileiro, mas reconhece os esforços para garantir a efetividade dos direitos indígenas. Ressalte-se que o relator fez recomendações ao governo para cumprir os direitos indígenas e salientou que “os povos indígenas devem se esforçar para fortalecer as suas capacidades de controlar e gerenciar seus próprios assuntos e participar efetivamente de todas as decisões que os afetam, em um espírito

de cooperação e parceria com as autoridades governamentais e organizações não governamentais com as quais eles decidiram trabalhar”.

Assim como os direitos humanos, os direitos indígenas também se encontram em construção. A reestruturação da Funai é um mecanismo de fortalecimento da instituição para cumprir sua missão e contempla o fortalecimento dos povos indígenas para dar efetividade aos seus direitos com base na gestão participativa.

É importante que a CNPI seja consolidada como instância de diálogo e cooperação entre o governo federal e as comunidades indígenas. Nesse sentido, a aprovação do Projeto de Lei 3.571/2008, que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista, em tramitação na Câmara dos Deputados, garantirá que esta instituição seja consolidada como um órgão destinado a participar do planejamento, da execução, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Com a participação dos indígenas nos Comitês das Coordenações Regionais da Funai será possível garantir um maior protagonismo indígena e oferecer melhores condições para que eles atuem junto a outras instâncias que tratam dos seus direitos e interesses e, conseqüentemente, poderão se beneficiar melhor das políticas públicas do país.

Vale ainda ressaltar como um dos desafios enfrentados pelo Estado brasileiro a ausência de um procedimento específico definido em lei para realizar a consulta prévia, livre e informada aos povos indígenas sobre medidas que possam afetá-los.

Tem-se realizado a consulta aos povos indígenas com base na Convenção 169 da OIT, nas normas do licenciamento ambiental e de acordo com a boa prática administrativa. Mas, diante da indefinição de tal procedimento específico, não raras vezes, recaem questionamentos sobre a legitimidade e os requisitos necessários para configurar a consulta, tanto por parte dos indígenas, como por parte do poder público e das instituições privadas.

Ressalta-se que a definição de medidas mais sólidas sobre o tema requer um aprofundamento no diálogo entre as instâncias governamentais e os povos indígenas, o que ainda está em construção no país.

CAPÍTULO QUARTO

DIREITOS HUMANOS



NILMÁRIO MIRANDA

A TRILHA INSTITUCIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

Desde a Guerra Fria e a existência dos dois blocos políticos mundiais, o socialista/democrático e o capitalista/imperialista, estabeleceu-se um conflito de interesses entre as nações: ao bloco capitalista interessava mais os direitos civis e políticos e ao bloco socialista, os direitos democráticos e igualdade perante a lei, sobretudo a democracia formal, passando pelos direitos econômicos, sociais e culturais.

Essa antiga contradição revelou-se, por exemplo, na elaboração dos instrumentos para ratificação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), com a criação em 1966 dos dois pactos, de um lado os direitos civis e políticos e, de outro, os direitos econômicos, sociais e culturais. Os pactos serviram para facilitar a convivência do socialismo com o capitalismo. Assim, os comunistas ratificavam o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e punham reservas sobre os direitos democráticos; enquanto os capitalistas referendaram os direitos civis e políticos. Por isso foi importante na Conferência de Viena, em 1993, o fortalecimento dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes.

Depois da queda do Muro de Berlim (1989) e da União Soviética, ficou explícita a necessidade de praticar todos os direitos e de junção entre os direitos igualitários e os democráticos. Entre a liberdade e igualdade.

Com todo o processo de descolonização de países do continente africano e de parte da Ásia e o novo ciclo de ditaduras na América, havia preocupação em implementar os direitos humanos. Houve recomendações que levaram a avanços no campo da participação popular, isto é, da sociedade civil. Os maiores interessados na sedimentação dos direitos humanos são as vítimas de violação.

De certa forma, essas mudanças foram abaladas em 2001, com o atentado às Torres Gêmeas de Nova York e a política do governo Bush, nos Estados Unidos. A invasão do Iraque para nós teve como símbolo a morte do Sérgio Vieira de Melo, diplomata brasileiro. Diante das ações terroristas e imperialistas, ocorreram os retrocessos em âmbito mundial, com o esvaziamento da Organização das Nações Unidas (ONU) e a redução do papel da sua Comissão de Direitos Humanos.

Mas o fenômeno da “sociedade civil planetária”, que teve seu auge a partir da Conferência de Viena, ressaltou a preocupação com o fortalecimento da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH). Com isso, reafirmou-se importantes questões na área dos direitos humanos – a universalidade, a interdependência e a indivisibilidade. Também foi acordada a indicação para criação de planos nacionais de direitos humanos e a recomendação de que sem participação os direitos não são implementados.

MOVIMENTAÇÃO NACIONAL PARA GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

No processo da revisão constitucional de 1988, todos os direitos da pessoa humana foram tratados – os civis, os políticos, os econômicos, os sociais e os culturais, incluindo também os direitos difusos como uma possibilidade. Podemos dizer que vivemos uma época de ouro nos direitos humanos, de 1988 a 2002, resultando em enorme desenvolvimento.

No início dos anos 1990 foram elaborados importantes instrumentos para as políticas públicas – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); o Sistema Único de Saúde (SUS); a Lei de Diretrizes Básicas na Educação (LDB). Houve a tipificação do crime de tortura (1997), e o reconhecimento da existência de mortos e desaparecidos políticos (1995). Também houve o rito sumário da reforma agrária, o reconhecimento da jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o fim do foro privilegiado das polícias militares em crimes dolosos contra a vida, entre outros.

Essa foi uma época de muito progresso e avanço. Em 1995, foi criada a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, abrindo caminho para a criação de comissões nas assembleias estaduais e câmaras municipais. Também nos executivos de várias localidades surgiram coordenadorias, diretorias, ouvidorias, assessorias ligadas aos direitos humanos. Foram ações extremamente positivas, pois essa proposição teve o respaldo da sociedade civil e grande impacto.

Fui o primeiro presidente dessa comissão quando parlamentar. Tivemos vários presidentes, como Hélio Bicudo, Pedro Wilson, Marcos Rolim, Nelson Pellegrino, pessoas extraordinárias. Novamente em 1999, fui presidente desse

órgão, e nesse período organizamos as conferências nacionais de direitos humanos, bem como estimulamos a criação de Comissões de Direitos Humanos nas assembleias legislativas. Também fui membro da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.

A partir dessas experiências, escrevi junto com Carlos Tibúrcio um livro chamado *Dos filhos deste solo* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2a. ed, 2008), onde tratamos dos direitos humanos. Tudo isso me integrou à agenda geral.

No pós-Viena, foi instituída uma agenda nacional, reunindo parlamentares deputados, militantes, Ministério Público Federal e governo federal, por intermédio do Ministério da Justiça. Foram levantadas as questões centrais em direitos humanos no Brasil, com o reconhecimento da existência de mortos e desaparecidos políticos, os novos agentes políticos que tipificaram o crime da tortura, da jurisdição (da Corte), a necessidade da retirada do foro privilegiado dos policiais militares, o rito sumário para reforma agrária e o combate à violência no campo. Essa agenda unificou a ação das instituições públicas com a sociedade civil, muito importante para confrontar o poder institucional, abrindo espaços para novos posicionamentos e representação dentro do governo, do Estado, da sociedade e da mídia.

No âmbito do governo federal, com os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve um tratamento especial aos direitos humanos. Com José Gregori, secretário nacional subordinado ao Ministério da Justiça, também houve a transformação do órgão em Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República.

AS AÇÕES DO GOVERNO LULA

Em 2002, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva surgem novidades na área dos direitos humanos. Nos governos anteriores, na perspectiva liberal, eram privilegiados os direitos civis e políticos. A começar pelo combate à tortura, o acesso à justiça, a garantia de liberdades coletivas (como direito a participação, organização política pacífica), a liberdade de expressão, de crença e religião. Essa foi uma parte rica. Qual foi o problema? O tratamento dos direitos econômicos, sociais e culturais era feito de forma parcial, havia diferença entre focalização e universalização. As políticas públicas eram tratadas como piloto, feito de maneira não universalizada, atingindo uma pequena parcela da população. As políticas existiam, não eram para todos.

O órgão responsável pelos direitos humanos passou a ser a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), com *status* de ministério, vinculada à Presidência da República, o que conferiu maior visibilidade, mais poder de

articulação a essa política. Essa perspectiva foi um impulso dado pelo governo Lula. Fui o ministro a iniciar esse trabalho na Era Lula, assumi esse papel entre janeiro de 2003 e junho de 2005.

Com as crises do governo em 2005, houve um recuo na construção dessa política, tendo o governo, por equívoco, tirado o *status* ministerial da SEDH. Nessa ocasião os Direitos Humanos, sob a coordenação do secretário Mario Mamede, ficaram vinculados à Secretaria Geral da Presidência da República. Após quatro meses, mediante uma reação nacional da sociedade civil (inclusive com respaldo internacional), houve reparação, com o retorno do *status* de ministério à Secretaria, passando a ser coordenada pelo ministro Paulo Vannuchi.

Considerando um período histórico de quase oito anos, não temos dúvidas de que foi impulsionada a transversalidade nessa e em outras áreas. A Secretaria coordena e executa suas políticas em conjunto com a maioria dos ministérios e órgãos do governo federal e governos locais.

Ao longo dos anos fomos questionados sobre a relação das políticas gerais com os direitos humanos. Respondíamos que tinha tudo a ver, a exemplo do recente programa Luz para Todos, do Ministério de Minas e Energia, que refere-se diretamente aos direitos humanos, pois é impossível acreditar que em pleno século XXI, cerca de 2,5 milhões de famílias não tenham ainda acesso à energia elétrica.

Milhões de pessoas passaram a ter registro civil – sem esse documento viviam em exclusão absoluta, não tinham conta bancária, nem teriam atestado de óbito, entre outros. Nesse caso, foi necessário incrementar a articulação com os cartórios e um grande número de órgãos de governo. É importante destacar o combate ao racismo, ao machismo, ao trabalho infantil. Na ótica da transversalidade, cada um tem importante função e a maioria das tarefas tem a ver com direitos humanos.

Apesar de a Secretaria manter uma estrutura pequena, é possível ir longe com o respaldo da Presidência da República e do conjunto dos ministérios.

Em nossa época foi invertida a ordem de prioridades, o presidente Lula se posicionou da seguinte forma: “Nós temos compromisso com todas as conquistas de direitos, desde os civis aos políticos, mas vamos fazer uma grande política de universalização, vinculando-os aos direitos econômicos, sociais e culturais”.

Vejamos o desenvolvimento do trabalho decente como o primeiro de todos os direitos. Implica formalizar jornadas compatíveis, ter salário justo e também o direito à saúde; a não discriminação da mulher, do indígena, do negro; e combater o trabalho escravo. Assim como a garantia do direito à nutrição adequada, por meio do combate à fome e à miséria absoluta.

Ao falar em direitos econômicos e sociais, estamos nos referindo à seguridade social, destacando-se a previdência, a aposentadoria rural, o combate à exclusão. Foi dado o sentido da universalização às políticas públicas – a seguridade, a saúde, o Programa Saúde da Família (PSF).

Outro elemento é a assistência social cidadã, com ampliação do atendimento aos grupos vulneráveis e que não garantem sua própria provisão (não têm trabalho, salário etc.). Esses pobres são vistos como massa sobrando, mas para nós isso não existe, todos devem ter direito a renda mínima, tem que ter subsídio para conquistar sua moradia, creche e escolas públicas. Com a criação do programa Bolsa Família, possibilitou-se o cadastro único e a criação da rede de proteção social. Também com o intuito de inclusão, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) volta-se para pessoas com deficiência, os idosos, que não têm previdência e não são cobertos pela aposentadoria rural.

Os direitos humanos culturais são traduzidos na área da educação, produção científica, combate à discriminação, entre outras. Na área da educação, com a aprovação do Fundeb, garantiu-se o ensino em todas as fases da vida escolar, desde a creche até a universidade. É importante considerar que o período de maior desenvolvimento da inteligência está entre dois e quatro/cinco anos, os pobres em geral começam a estudar com sete anos no ensino fundamental, isso já os coloca em desvantagem diante dos mais ricos, levando a desigualdade para o resto da vida.

Houve a revalorização do ensino técnico e também a criação do programa Universidade para Todos (Prouni), com a concessão de bolsas para alunos pobres, negros e indígenas na universidade privada, considerando que é muito lenta a ampliação das universidades públicas.

Outro direito humano cultural tem sido desenvolvido pelo Ministério da Cultura. Antigamente, a cultura era direcionada para as elites, a renúncia fiscal concentrava 90% dos subsídios no Rio de Janeiro e em São Paulo. Neste momento está sendo elaborada uma política pública nacional de cultura, considerando a diversidade da população brasileira e a regionalização. A Lei Rouanet passou por mudanças no sentido de alcançar a amplitude do Brasil. Assim, a cultura deve ser vista como direito de todos, e isso muda a relação entre governo e sociedade.

Os bens do progresso científico estão inseridos nos direitos culturais como fruto do trabalho da humanidade, devem ser propriedade e patrimônio de todos. Portanto, é extremamente importante a ampliação do acesso à banda larga e à internet.

A luta contra toda forma de discriminação é também papel dos governos e do Estado nos mais diversos âmbitos – regional, de gênero, de raça, de religião.

Isso dá sentido à criação das secretarias de Igualdade Racial, dos Direitos da Mulher, dos Direitos Humanos, todas com *status* ministerial. Ainda a criação da Secretaria da Juventude e as ações voltadas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) são aspectos relevantes, cujos debates foram intensificados por meio das conferências nacionais, as primeiras do gênero.

Se não existe Defensoria Pública, de que adianta falar de presunção de inocência, amplo direito de defesa? Por que as prisões seguem entupidas com pessoas que não precisariam estar presas? Recentemente um levantamento sobre a Fundação para o Bem Estar do Menor (Febem) mostrou que 40% dos jovens e adolescentes internados não sabem que poderiam prestar serviços comunitários, frequentar escola, conviver com a família e a comunidade em regime de semi-liberdade.

Tudo isso demonstra desenvolvimento dos direitos econômicos, sociais e culturais. Faz uma diferença enorme. Estamos ampliando a condição de universalização das políticas, uma premissa fundamental em direitos humanos.

Uma das maiores rupturas da Constituição de 1988 foi reconhecer que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento. E preconizar não a extensão do Código Penal, mas que seus delitos sejam punidos com medidas socioeducativas e de reinserção, oferecendo oportunidades que não tiveram antes de cometer os delitos.

Estamos avançando, mas estamos longe de resoluções definitivas. Ainda existe tortura, uma maneira de pena de morte informal, praticada no cotidiano. O papel do Estado precisa ser reorganizado, desde o Judiciário, o Ministério Público, o Poder Legislativo, a sociedade como um todo. O Estado, a imprensa, a família, tudo tem que ter compartilhamento, corresponsabilidade. A cultura individualista das elites ainda é forte, mas temos que ter persistência a partir de nossos princípios de democracia.

Para garantir a universalização, além das ações concretas, é preciso tolerância com os direitos humanos. A evolução da formalização e da universalização de direitos humanos foi acompanhada de uma forte reação dos setores conservadores, que tentam sempre descaracterizar a luta pelos direitos humanos vinculando-a à defesa de bandidos. É uma herança da ditadura, que criminalizava a oposição política, tratada como subversiva e terrorista, desconsiderando o caráter democrático das lutas populares e por direitos humanos.

AS REAÇÕES AO PLANO DE DIREITOS HUMANOS

A reação contrária ao lançamento do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNHD-3) foi desproporcional e exagerada, demonstrando que para as elites os direitos humanos são pró-forma. Os posicionamentos desmascararam

os conflitos causados pelos interesses conservadores dos partidos, dos ruralistas e de diversas instituições diante da violência no campo e nas cidades, que causam medo, com tortura e mortes.

Os posicionamentos geram um atentado à propriedade, um atentado à justiça. A Constituição fala em função social da propriedade, mas não fala em direito absoluto. Outra reação foi a da mídia. O que eles chamam liberdade de expressão e de imprensa garante interesses empresariais, inclusive ferindo as leis. Em outros países, uma empresa ou um só grupo não pode ter tudo nas mãos – televisão, rádio, jornal, internet, TV a cabo, editora e distribuidoras. A sociedade é dividida em classes, em blocos sociais, políticos, ideológicos, mas o bloco da “liberdade de expressão” é, curiosamente, somente daquela minoria, daquele grupo que tem a concessão. E eles confundem os seus privilégios com liberdade de expressão e de imprensa.

O que o plano propôs foi a ampliação do direito à comunicação, não o direito de imprensa. Todos os grupos sociais têm o direito de se comunicar, tem que ter espaço para comunicar as suas demandas específicas, suas posições específicas no interior da sociedade.

Outro setor que se rebelou foi a parte mais conservadora da Igreja católica, que apegou-se à questão da descriminalização do aborto e à do Estado laico. Ninguém contesta que o Estado é laico, mas não se pode tirar o crucifixo de uma repartição pública. Por que não pode ter lá um símbolo do candomblé, da umbanda, do espiritismo ou do islamismo? Laicidade é a não existência de uma religião oficial do Estado.

Foi incluído também o direito LGBT. Há uma forte resistência da sociedade à união civil, união homoafetiva, a estender direitos previdenciários, certos direitos civis para um casal do mesmo sexo.

O Supremo Tribunal Federal (STF), de forma conservadora, garantiu a impunidade dos torturadores, interpretando erroneamente a Lei de Anistia. Disseram que a Comissão da Memória e da Verdade era revanchismo. Se não é possível punir penalmente, deve-se ter, no mínimo, o direito de saber o que aconteceu, de buscar a verdade, abrir todos os documentos. O direito à memória e à verdade deve ser universal, com reparação e renovação das instituições.

As reações conservadoras buscaram desqualificar o PNDH-3. O Plano contém 521 artigos e se apegaram a uns dez deles. Parecia que o Brasil viria a baixo. Lembrou muito a histeria pré 1964. Só que hoje, no país, não há chance de rompimento com o sistema constitucional e a estabilidade democrática, não tem motivo, não tem como fazer, nem tem base social para algo do tipo. Mas foi criado o clima que favoreceu a mídia em focalizar somente uma opinião, uma visão de mundo.

COM PERSISTÊNCIA DESENVOLVEMOS OS DIREITOS HUMANOS

Temos importantes instrumentos de direitos humanos em âmbito nacional e internacional e, mesmo diante de muitos conflitos, conquistamos visibilidade.

Podemos afirmar que nos últimos anos vivenciamos grandes mobilizações por parte da sociedade civil organizada em defesa dos direitos humanos universais, interdependentes e indivisíveis. Os mais diversos movimentos sociais e instituições públicas e privadas assimilaram os direitos humanos como parte de suas ações e lutas.

Com isso, verificamos que a construção da democracia é um processo dinâmico, e no campo dos direitos humanos temos tido uma movimentação fortalecida pelos que acreditam ser papel do governo promover o bem de todos, com o apoio de uma sociedade participativa. Esta é uma conquista do governo Lula e de todos os brasileiros.

PAULO VANNUCHI

**DIREITOS HUMANOS,
RESPONSABILIDADES DO ESTADO
COM PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE**

Promover e defender os direitos humanos significa trabalhar para garantir o direito à vida, tendo como horizonte a busca da igualdade na diversidade. No âmbito do Poder Executivo, isso se dá a partir do desenvolvimento de políticas públicas. Em nosso país, ainda existem prioridades como o combate ao trabalho escravo, à tortura, à homofobia, à intolerância religiosa, à violência de gênero, contra crianças e adolescentes e o enfrentamento de todas as formas de discriminação.

A chamada Educação em Direitos Humanos desponta como estratégia mais central, de longo prazo, preparando nova cultura de convivência democrática entre todos, com respeito à alteridade. Essa visão orienta a ação dos governos democráticos no sentido de elaborar propostas de ações afirmativas em várias áreas – mulher, representação e participação política, igualdade racial, especialmente.

Todas essas bandeiras e lutas representam, no entanto, uma espécie de heresia para um ponto de vista político conservador que se estrutura no Brasil há cinco séculos e que reage a elas como se tivesse sido atingido em sua alma. Nesse contexto, refletir sobre os direitos humanos significa resgatar os princípios das políticas de governo, o papel do Estado e sua relação com a sociedade.

A FACE GOVERNAMENTAL DOS DIREITOS HUMANOS

No Brasil, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, é possível constatar avanços nas políticas de direitos humanos nos vários governos, inclusive no de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Ao ser indicado ministro dos Direitos Humanos do governo Luiz Inácio Lula da Silva, no final de 2002,

Nilmário Miranda, meu antecessor, disse que nessa área seria dada continuidade às políticas que já representavam uma acumulação histórica. E costumo reiterar que, se em tudo o mais Lula e FHC forem opostos, nas políticas de direitos humanos nós temos uma exceção. Portanto, consideramos fundamental esse prosseguimento.

A principal referência para o desenvolvimento da política nacional nessa área é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. É composta de 30 artigos e, de início, não tinha instrumentos vinculantes. Já em 1966, nascem os dois principais tratados, buscando garantir força cogente: o Pacto dos Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Ao lado dos dois pactos, foram aprovadas sucessivamente convenções fundamentais na área de Direitos Humanos – combate ao racismo, direitos da mulher, direitos da criança, combate à tortura, trabalhadores migrantes, e, agora, a primeira do século XXI, dos direitos das pessoas com deficiência. Há também uma Declaração – instrumento menos vinculante que uma Convenção – dos direitos das populações indígenas. Durante o governo Lula, o Brasil vem liderando, junto com a Argentina, um trabalho de sensibilização para que a ONU construa mais uma Convenção, destinada à promoção dos direitos da população idosa, único segmento vulnerável que ainda não dispõe de um instrumento específico de proteção.

Em 1993, em Viena, uma Conferência Mundial sobre Direitos Humanos realizada pela ONU trouxe dois importantes avanços: firmou o conceito da indivisibilidade dos direitos humanos (quando determinado direito humano é violado, os demais ficam automaticamente contaminados) e recomendou a todos os países a elaboração de planos nacionais de direitos humanos.

No Brasil, o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PN-DH-1) nasceu em 1996, no governo FHC, centrado nos direitos civis e políticos. Depois, em 2002, respondendo a cobranças da sociedade civil, foi lançado o PNDH-2, que incorpora os direitos econômicos, sociais e culturais, chamados “Desc”.

O governo Lula já nasceu com duas marcas bastante revolucionárias em nossa área. Uma delas foi priorizar o combate à fome e à extrema pobreza como centro de praticamente todas as políticas, tendo como diferencial o programa Bolsa Família, iniciado como Fome Zero. E também concorreram nessa direção o êxito no esforço para a retomada do crescimento econômico, a recuperação do salário-mínimo, a elevação do nível de emprego, o exercício de responsabilidade fiscal e orçamentária, além de várias outras políticas de distribuição da renda.

A outra marca está na construção institucional. As Secretarias Especiais – de Direitos Humanos (que na gestão FHC era vinculado ao Ministério da Justiça), de Políticas para Mulheres e de Igualdade Racial (ambas criadas em 2003) – que nós chamamos de trigêmeas, ganharam *status* de ministério e passaram a se relacionar de forma mais efetiva com as políticas de Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, entre outras, assegurando transversalidade nas ações de promoção e defesa de direitos.

Esse salto institucional enfrentou um incidente grave no contexto delicado da crise de 2005. A Secretaria teve seu *status* ministerial rebaixado, por uma visão equivocada sobre como enfrentar o cerco político armado por setores da mídia, e isso provocou quase seis meses de paralisia. Após avaliação do impacto negativo desta decisão no âmbito nacional e internacional, o *status* seria retomado em dezembro de 2005. A partir daí, o trabalho foi pautado no fortalecimento da relação com a sociedade civil, tendo como meta a preparação da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, que aprovou o esqueleto básico do PNDH-3, lançado no final de 2009, que será reconhecido, com toda a certeza, como importante legado histórico do governo Lula.

Nosso governo tem como uma de suas grandes marcas a realização de mais de 70 conferências nacionais, inovador espaço democrático de debate e formulação de propostas, que abordaram dezenas de temas das políticas públicas. Essas podem ser avaliadas como abertura de uma nova era na vida democrática brasileira, em que o Estado se abre institucionalmente à presença da crítica da sociedade civil, da cobrança e viabiliza uma construção conjunta das políticas públicas. Há um relato que sintetiza todo esse significado do novo. Na última Conferência Nacional da Cultura, foi relatada a saborosa frase de um participante ribeirinho, a quem foi perguntado para que serviam essas conferências: “A conferência é para conferir se as coisas estão indo nos conformes”.

Mas cabe registrar que a série histórica das Conferências Nacionais de Direitos Humanos já vinha de muito antes. Durante os dois mandatos de Lula ocorreram a 9ª, a 10ª e a 11ª Conferências. Até a 9ª, a conferência era resultado de uma parceria entre a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, que teve como um de seus mais importantes propositores Nilmário Miranda e um fórum de entidades nacionais da sociedade civil. Por proposta de Nilmário, a 9ª Conferência, de 2004, passou a ter o governo federal como um terceiro coordenador. Dificuldades e tensões registradas em seu desenvolvimento geraram um período de relação difícil entre sociedade civil e governo nos temas de direitos humanos, fazendo com que a 10ª Conferência, de 2006, voltasse a ser coordenada apenas pelos dois atores tradicionais, contando com

amplo apoio do governo federal. E a 11ª Conferência, de 2008, representou a retomada de um relacionamento forte e bastante maduro entre as representações da sociedade civil e representantes dos poderes públicos, sem prejuízo das divergências que são naturais e até desejáveis nesse vínculo. Foi a mais expressiva e mais abrangente de toda a série, preparando o forte impacto que o lançamento do PNDH-3 causaria na conjuntura política nacional, na virada dos anos 2009-2010.

Na abertura da 11ª Conferência, em 15 de dezembro de 2008, dialoguei com o presidente Lula em meu discurso: “Presidente, estes dois mil delegados e convidados aqui presentes, representando os 14 mil participantes das etapas municipais, regionais e estaduais, aprovarão nos próximos três dias o esqueleto geral da terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), a primeira do nosso governo, concluindo o mutirão de debate para revisão do PNDH-2, que o senhor convocou em janeiro deste ano. Estão seguros de que o seu decreto presidencial instituindo o PNDH-3 buscará incorporar, ao máximo possível, as resoluções que forem aqui aprovadas”. Ficavam claras, dessa forma, tanto a expectativa de que o governo Lula teria abertura e sensibilidade para incorporar o que fosse aprovado na conferência, quanto a consciência de que um decreto presidencial envolvia restrições de ordem constitucional, legal e orçamentária, sendo impossível imaginar que o PNDH-3 e as Resoluções da 11ª Conferência fossem idênticos.

Com os resultados da Conferência estabelecidos, a SEDH também cuidou de examinar, detidamente, o resultado de todas as conferências afins – a da igualdade racial, da mulher, do meio ambiente, segurança alimentar, juventude, educação, saúde, cultura, entre outras, incorporando à primeira proposta de PNDH-3 as decisões centrais de cada uma delas para a temática direitos humanos. Por fim, cuidou-se de atualizar o PNDH, agregando a ele as recomendações mais recentes dos organismos de direitos humanos da ONU e da OEA, com ênfase nas apresentadas pelos chamados Comitês dos Tratados e pelos Relatores Especiais (combate à tortura, igualdade racial, independência do Judiciário, grupos de extermínio etc).

Para a realização da 11ª Conferência Nacional foi criado um Grupo de Trabalho, instituído por decreto presidencial, integrando os três atores coautores do processo: a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e o Fórum das Entidades Nacionais de Direitos Humanos.

Durante os dois mandatos de Lula, foram realizadas também importantes conferências temáticas sob coordenação de nossa Secretaria. A 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2009

(precedidas das 5^a, 6^a e a 7^a no governo Lula), propiciou a formulação, pioneira, de um plano decenal com referências para várias áreas – saúde, educação, atendimento socioeducativo etc. São vitórias ainda desta gestão a realização das I e II Conferências Nacionais dos Direitos das Pessoas com Deficiência e também dos Direitos da Pessoa Idosa.

A I Conferência Nacional LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros) correspondeu a uma corajosa iniciativa. Assim como as demais, foi convocada pelo presidente da República, por meio do Diário Oficial. A etapa nacional foi antecipada por conferências estaduais, com um trabalho sistemático de convencimento dos governadores, prefeitos e demais representantes de instituições executoras de políticas e formadoras de opinião. Estes certamente enfrentaram críticas do tipo “não faça isso porque isso aí é pecado. Isso contraria a fé, a Bíblia...”. Porém, a conferência foi exitosa em todas as etapas. Não temos notícia de que qualquer outro chefe de Estado, no mundo inteiro, tenha adotado essa posição de convocar oficialmente, enfrentando as reações conservadoras.

Em relação ao setor LGBT, há avanços a se comemorar até mesmo nas Forças Armadas. Cito como exemplo o almirante que, ao ser sabatinado no Senado para ser ministro do Superior Tribunal Militar (STM), respondeu que a homossexualidade é um problema de foro íntimo. Portanto, se a pessoa for homossexual, mas cumprir estritamente a disciplina militar com competência, sua orientação pessoal é um direito privado, que não interfere na vida profissional. Exatamente o contrário do que um general do Exército declarou na mesma sabatina. A imprensa tentou conseguir declarações minhas criticando este último, mas preferi valorizar as respostas do almirante. É claro que a imprensa acabou não publicando nada, porque só tinha interesse numa declaração minha criticando o general. Todos nós avançamos na compreensão desse tema. Não apenas segmentos das Forças Armadas, eu mesmo, trinta anos atrás, não pensava como penso hoje.

Ao longo do governo Lula, construímos e levamos adiante o Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, o Plano de Ações Integradas de Combate à Tortura, o Programa Brasil sem Homofobia e o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos. Elaboramos também o I e o II Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, criamos a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e realizamos em 2010 um I Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O Brasil é uma referência nesse tema, não apenas por reconhecer a existência desta intolerável violação de direitos humanos em seu território, mas por apresentar medidas de enfrentamento que são consideradas referenciais.

No âmbito da América do Sul, o Brasil leva propostas de avanços na área dos direitos humanos aos países do Mercosul. A Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados (Raadh), instituída em maio de 2005, por sugestão de Nilmário Miranda, é um espaço onde experiências de promoção e defesa dos direitos humanos são compartilhadas e estratégias comuns de trabalho são estabelecidas para o avanço de temas específicos nos países participantes. Já ocorreram 17 reuniões dessa série, geralmente precedidas por dois dias de GTs ou seminários temáticos: crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, direitos do idoso, direito à diversidade sexual, indicadores de direitos humanos etc.

Uma agenda nacional dos direitos humanos é necessariamente ampla e não pode ser partidarizada, não deve ser considerada de direita ou de esquerda. Para sua implementação, ela precisa engajar o maior número possível de atores sociais. Uma importante novidade nesse esforço foi a realização, em junho de 2008, em São Paulo, de um inédito encontro, convocado pelo presidente Lula, com presidentes de empresa, para discutir políticas de Estado sobre Direitos Humanos. Compareceram centenas de dirigentes de empresa e mais de 60 presidentes de bancos, montadoras, redes comerciais, mineração, petróleo e combustíveis etc. Cinco temas foram aprofundados em painéis simultâneos: crianças e adolescentes, igualdade racial, equidade de gênero, pessoas com deficiência e combate ao trabalho escravo.

Neste último tema, destaca-se o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que consiste no compromisso firmado por grandes e médias empresas de não contratarem fornecedores que utilizem esta mão de obra, articulado pelo Instituto Ethos, pela ONG Repórter Brasil e pela seção brasileira da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Estes são exemplos de iniciativas que envolvem como tema chave as iniciativas empresariais na promoção e defesa dos direitos humanos, a começar do respeito aos direitos de seus próprios funcionários.

OS IMPACTOS DO PNDH-3

O lançamento da terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), no dia 21 de dezembro de 2009, deflagrou um intenso debate provocado por instituições e segmentos que se colocaram contra alguns pontos de seu conteúdo, com forte apoio da mídia hegemônica. Esse lançamento foi um evento muito forte, em Brasília, comandado pelo presidente Lula, onde a ministra Dilma Rousseff participou ativamente e entregou o prêmio Direitos Humanos, na categoria Direito à Memória e à Verdade, a uma presa política torturada como ela, Inês Ethienne Romeu, a única sobrevivente da chamada

Casa da Morte de Petrópolis (RJ), um dos piores porões da repressão política durante a ditadura.

Já na virada do ano 2009-2010, foi instalado pela imprensa nacional um clima de polêmica muito acirrada. Não se respeitou o contraditório e prevaleceu a mera desqualificação. Não me lembro de um debate crítico sobre Direitos Humanos aparecer tão fortemente nas primeiras páginas dos principais jornais de nosso país, em qualquer outra época.

O governo Lula, sob a coordenação da SEDH, trabalhou arduamente na elaboração do PNDH-3. Foram anos de trabalho e formulação, chegando-se finalmente à novidade histórica de introduzir – de forma cautelosa e moderada – a proposta de criar uma Comissão Nacional da Verdade. O entendimento é que a democracia brasileira já atingiu um patamar que viabiliza a apuração isenta das torturas, mortes, desaparecimentos e violações de direitos humanos no período da ditadura e, a partir daí, trabalhar para que a violência daquele período nunca mais se repita.

O tema do Direito à Memória e à Verdade, que foi nossa pauta mais distintiva nestes quatro anos e seis meses de minha gestão como titular, não era um eixo especial na proposta em debate no processo da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos. A proposta não foi nossa, da Secretaria, porque já vínhamos trabalhando intensamente a questão desde 2006. A Comissão da Verdade foi aprovada em conferências estaduais, por indicação dos próprios militantes de direitos humanos nas organizações da sociedade civil. Prova do profundo conteúdo democrático do processo e da própria sugestão.

Em agosto de 2007, o lançamento do livro-relatório Direito à Memória e à Verdade, em outro evento de forte impacto comandado no Palácio do Planalto pelo presidente Lula, valeu como rompimento dos bloqueios que represavam o debate do assunto, como se fosse um tema tabu, proibido a todos. A volumosa e bem cuidada publicação registrou todos os casos levados à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos criada pela Lei 9.140, de 1995, que reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pela morte e desaparecimento de opositores políticos durante a ditadura. Uma das funções mais importantes dessa Comissão é envidar esforços para a localização dos restos mortais das pessoas que foram eliminadas pelo aparelho da repressão política e cujas famílias não tiveram reconhecido, até hoje, o seu direito – milenar e sagrado – de sepultar seus entes queridos e obter todas as informações sobre como morreram, quando, onde, sob a responsabilidade de quem.

Seguiram-se ações de vários ministérios nessa mesma direção do Direito à Memória e à Verdade. A Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, promoveu corajosa retificação no curso de algumas decisões anteriores – como do

famoso caso Cony – que produziram desgaste na imprensa e passou a promover sessões itinerantes, politizando a questão e debatendo as possibilidades de punição dos torturadores daquele período.

Por orientação do presidente Lula, ficou estabelecido que a discussão sobre punição é uma questão do Poder Judiciário e que cabia ao governo abrir arquivos e ajudar os familiares a obter todas as informações sobre os desaparecidos políticos da época, demonstrando cabalmente o empenho no sentido de localizar os restos mortais e assegurar o direito ao funeral.

O ataque ao PNDH-3 foi extremamente conservador e ignorou, para desqualificar, todo o processo democrático que o construiu. A realização das conferências foi amplamente divulgada, a proposta do Programa ficou disponível para consulta no *site* por seis meses, aberto para quem quisesse intervir e opinar. A Folha de S.Paulo chegou a fazer um *mea culpa*, reconhecendo que durante seis meses teve oportunidade de debater e não o fez. Talvez a proximidade com o calendário eleitoral explique um pouco a desproporção da polêmica e do ataque.

Como já expliquei, a proposta era que o PNDH-3 incorporasse, o máximo possível, as resoluções da 11ª Conferência. Se o decreto presidencial fugisse completamente do que foi discutido ali, a sociedade civil iria criticar e denunciar. Se estivesse diferente num aspecto ou noutro, isso seria considerado parte do jogo político institucional, como de fato aconteceu. O nosso empenho foi garantir o maior grau de ligação entre os dois documentos.

O PNDH-3 foi assinado por 31 ministros. É importante analisar quais foram as críticas centrais e quais foram as alterações. São 521 ações e as polêmicas centraram-se em cerca de dez pontos. Ou seja, também podemos dizer que houve acordo em mais de 500 ações e isso é muito positivo.

É importante ressaltar que tudo o que está no PNDH-3 esteve presente na Conferência Nacional de Direitos Humanos e nas conferências específicas sobre igualdade racial, criança e adolescente, pessoas com deficiência, mulheres etc. As principais discordâncias foram nas questões envolvendo o aborto, a mídia, mediação pacífica de conflitos na área rural e a Comissão Nacional da Verdade. A Igreja católica levantou vários temas, com mais força o aborto, a ostentação de símbolos religiosos, a união civil de homossexuais e a adoção de crianças por casais homoafetivos.

No que diz respeito à adoção, estamos defendendo o direito de milhares de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A união civil também é um direito já reconhecido por várias instituições – o Judiciário, a Caixa Econômica Federal, entre outras. Temos que contribuir para que essa possibilidade avance.

Na questão do aborto e dos símbolos religiosos, nós vamos manter o debate em aberto – nas universidades, na sociedade civil, no Legislativo.

Quanto ao aborto, recebi forte pressão das organizações de mulheres e de diversas instituições sociais, mas reconheço que uma conferência de direitos humanos não pode aprovar algo mais decisivo do que foi aprovado na conferência específica sobre os direitos das mulheres. É importante levar em conta a dimensão de saúde pública que envolve a morte de milhares de mulheres pobres todo ano, por práticas de abortos ilegais. A Conferência de Beijing (convocada pela ONU em 1995) recomenda assegurar às mulheres o controle sobre todos os aspectos da sua fertilidade, que é quase a mesma coisa sem usar a palavra aborto. Todos os Estados presentes assinaram.

Sobre os itens sobre mídia, deve ser levado em conta o seu papel central na criação de uma compreensão adequada dos direitos humanos. Aqui vale destacar o papel do Ministério Público na interrupção de programas preconceituosos e discriminatórios contra mulheres, negros, gays e lésbicas. À luz desses exemplos, é necessário definir mecanismos apropriados, sempre em diálogo com as empresas e entidades representativas desse setor. Nunca como pretensão de impor censura.

Para as questões agrárias, vamos seguir defendendo os mecanismos de mediação pacífica de conflito. É importante garantir o diálogo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), os institutos estaduais de terra e o Ministério Público. E a reação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) teve todas as características das investidas da velha UDR, que nasceu prometendo enfrentar ocupações de terras com armas de fogo.

No caso da Comissão Nacional da Verdade, há um profundo equívoco no entendimento de que a Comissão proposta pelo programa seria contra as Forças Armadas. Insistimos que o maior beneficiário de uma Comissão da Verdade são as próprias Forças Armadas, porque terão a oportunidade de tirar de suas costas o peso das violências praticadas no período da ditadura por algumas dúzias de torturadores e seus mandantes.

Apesar de todos os ataques, das distorções e resistências, temos a registrar que o Projeto de Lei instituindo essa Comissão Nacional da Verdade foi a primeira das 521 ações propostas no PNDH-3 a se concretizar. Em 13 de maio o presidente Lula enviou formalmente o anteprojeto ao Legislativo, passando a responsabilidade a ser, agora, desse poder republicano. A proposta é que seja uma comissão formada por notáveis, por pessoas de reconhecimento ético, histórico, com dois anos para apresentar seu relatório conclusivo.

O PNDH-3 contém a sistematização das realizações e das demandas em curso. No entanto, é necessário dar vazão a um debate permanente. Nesse

tempo que coordeno a SEDH, repeti inúmeras vezes que o tema do Direito à Memória e à Verdade mobiliza menos de 5% do trabalho de nossa equipe e do nosso orçamento, mas concentra 95% do interesse da mídia pela área. Por quê? Porque este é um tema ainda não equacionado satisfatoriamente pela democracia brasileira. Vem daí a sua força.

Apesar de todas as críticas, o PNDH-3 é um marco histórico. Muitas organizações sociais estão se manifestando a favor desse plano. O clima no relacionamento com elas é de concertação. O fato de termos dialogado com as 50 conferências temáticas, fazendo a costura e a sistematização entre as várias áreas, possibilitou um resgate de aspectos fundamentais do Programa de Governo de 2002. Não podemos perder os princípios deste início. O saldo do governo Lula é extremamente positivo, com ações intersetoriais envolvendo o conjunto dos ministérios.

AS AGENDAS SOCIAIS EM DIREITOS HUMANOS

Nosso governo lançou uma Agenda Social que vale como uma espécie de contraface do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), fundamental para solucionar os problemas e gargalos da infraestrutura nacional. Para evitar que se repitam os ciclos onde avanços econômicos não são acompanhados de avanços equivalentes nos aspectos sociais, são necessários programas setoriais de alta envergadura, como o Bolsa Família, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), entre outros. Podemos tomar como exemplo as políticas voltadas para as crianças no atendimento de saúde – o pré-natal, o pós-natal, o cuidado da nutrição infantil, acompanhamento pediátrico, vacinação. E também na educação, como a merenda, o comparecimento escolar como um dos critérios para recebimento do Bolsa Família. Tudo isso é proteção da criança e também direitos humanos.

A Agenda Social Criança e Adolescente é extremamente marcante, sobretudo por incluir um projeto de lei, em tramitação final no Legislativo, que é o Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (Sinase). Nesse sistema de proteção integral proposto pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), o adolescente que roubou ou cometeu um delito grave vai cumprir a medida socioeducativa de internação em um ambiente de escolarização, de profissionalização, recebendo apoio psíquico, psicológico e de assistência social. E não em um mini-Carandiru, como foi na prática o sistema Febem.

As primeiras unidades projetadas com base nos princípios do Sinase mantêm um padrão completamente diferente – máximo de 50 meninos ou meninas, cinco dormitórios, sala de aula, cursos regulares, profissionalização e muita atividade cultural ou esportiva. É necessário garantir um amplo acesso

a visitas da família, estímulo para que haja de fato o esforço de ressocialização para que a pessoa transforme o seu conflito individual em uma participação política cidadã, numa vida econômica, educacional normal.

Considerando as fases da vida, temos uma mudança de olhar no que se refere à população idosa. O aumento na expectativa de vida da população fez com que ficasse mais evidente a necessidade de promover e proteger os direitos desse grupo. Inúmeras ações políticas contribuem para reconhecê-los como sujeitos de direito, com uma atuação mais expressiva nas atividades políticas, culturais e produtivas. Nos dias de hoje, a população idosa está com muita capacidade e vontade de participar, não corresponde à visão que tínhamos do idoso há 50 anos.

Outro grupo que também é alvo da Agenda Social corresponde ao das pessoas com deficiência, que são 25 milhões de brasileiros. Na área de educação acessível, destaco, em primeiro lugar, a elementar exigência de rampas e de banheiros adequados, com as portas projetadas para utilização dos cadeirantes e pessoas com dificuldade de locomoção. A acessibilidade também envolve o entorno, com a necessidade de semáforos sonoros e guias rebaixadas. Dentro das escolas, a multiplicação das chamadas salas multifuncionais, com introdução crescente de equipamentos de informática e telefonia que hoje já permitem aos deficientes auditivos e visuais se comunicarem de modo autônomo.

A escola especializada se mantém ainda como uma opção que alguns especialistas defendem, mas cresce sempre a ideia de que a escola tem que ser inclusiva – a criança cadeirante, com deficiência visual, ou com Síndrome de Down, tem de frequentar a escola comum do bairro. Essa convivência faz com que a escola chamada vida eduque também as demais crianças sobre a importância da solidariedade. E revela a elas, desde cedo, que as pessoas com deficiência, muito antes de representarem um problema de saúde ou patologia, expressam a dimensão da diferença, tão fundamental no enfoque dos direitos humanos.

Outra iniciativa da Agenda Social é o combate ao Sub-Registro Civil de Nascimento. A ONU recomenda que os países desenvolvam programas e considera erradicado quando esse sub-registro é abaixo de 5%. A medição se dá pelo número de crianças que não são registradas antes de completar 15 meses. No Brasil, no início do governo Lula, esse sub-registro rondava pelos 20% e hoje ele já está medido em 8,5% e uma campanha nos últimos dois anos, cujos resultados ainda não foram medidos pelo IBGE, muito provavelmente permitirá que até o final do mandato de Lula, o Brasil atinja o marco de 5%, conforme determinação do presidente.

Estamos construindo uma interligação funcional nas localidades, garantindo a parceria município-estado-União na área da saúde. Em cada local de nascimento de crianças (maternidade, centro de saúde e demais instituições), há a indicação da emissão da Declaração de Nascido Vivo (DNV) do Ministério da Saúde com vinculação ao sistema de cartórios. Existem 400 municípios brasileiros onde não há cartórios, o que provocou uma mobilização das duas entidades nacionais dos cartórios para ajudar a superar esse problema.

O presidente da República coordenou duas reuniões com os governadores do Norte e do Nordeste, que são as regiões onde o sub-registro é maior. São Paulo e Santa Catarina, por exemplo, não têm sub-registro civil. O sub-registro está altamente concentrado em estados como Roraima, acima de 30%. Os mutirões organizados nos estados mais problemáticos e o sistema de interligação entre cartórios e informações do Sistema Único de Saúde já garantem a expectativa de atingir nossa meta até o final do ano.

Também por determinação do presidente Lula a SEDH desenvolve outras duas importantes prioridades: a Política para População em Situação de Rua (que foi instituída por decreto presidencial) e a política de indenização para as pessoas atingidas pela hanseníase, que ficaram confinadas compulsoriamente em leprosários.

A Política para População em Situação de Rua busca combater as ações chamadas higienizadoras, que expulsam as pessoas dos viadutos ou mesmo das cidades, algumas vezes com violência extrema. Nossa ação nesse aspecto mantém uma forte interface com o trabalho de catadores de material reciclável, cooperativas e sistemas de abrigamento. Em 2010, essa política passou do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para os Direitos Humanos, por exigência do próprio movimento nacional dos catadores, e a gestão dessa política está a cargo de um Comitê de Monitoramento Interministerial, com participação das entidades representativas do segmento.

No caso das pessoas atingidas pela hanseníase, confinadas mesmo depois que a ONU e a Organização Mundial de Saúde (OMS) determinaram a eliminação da segregação física, o presidente Lula determinou por Medida Provisória que todos fossem devidamente indenizados e a comissão constituída para examinar caso a caso encontra-se prestes a concluir com êxito toda a exaustiva empreitada. De início, se imaginava que o contingente potencial de indenizados seria de 3 mil pessoas, mas os requerimentos chegaram a 11 mil.

O Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), que tem ativistas como o cantor Ney Matogrosso, pressionou e exigiu a aprovação da lei. Hoje há um grande reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

NOVAS DEMANDAS, CULTURAS E DESAFIOS

Todo o debate nacional recente sobre direitos humanos, durante a polêmica em torno do PNDH-3, precisa ser digerido com muita serenidade. Há novos pensamentos, posturas e culturas, que vão chegando para ficar. Pode haver ziguezagues, momentos de retrocessos, mas a marcha histórica não é no sentido de um sistema político que ficará cada vez mais confinado à eleição de representantes, que façam tudo por nós. Eleição de representante sim, mas sem nenhuma limitação à democracia participativa. É muito positivo que exista um forte sistema democrático representativo, que se fortaleça sempre, sendo apoiado, assessorado, complementado e cobrado pela participação democrática direta.

O Artigo 1º da Constituição brasileira diz que todo poder emana do povo, que o exerce através dos seus representantes ou diretamente na forma desta Constituição. As conferências, o diálogo permanente com os movimentos sociais, o fato de o presidente da República receber catadores de rua, hansenianos e segmentos como esses agride os que seguem convencidos de que a única forma de ver a política é pelos padrões elitistas, clássicos, tradicionais. A reação ao PNDH-3, em grande medida, representou a repulsa ao novo patamar de participação democrática atingido no país durante o governo Lula.

Nós estamos falando de cultura política e falta falar da cultura em si. No governo Lula, trabalhamos um importante deslocamento. Da cultura valorizada tradicionalmente para áreas e segmentos populares, também muito importantes. O Museu de Arte de São Paulo (Masp), o Teatro Municipal de São Paulo, a Sala São Paulo devem ser valorizados por suas atividades e programações: gênios da pintura, orquestra sinfônica, grandes concertos, óperas, pianistas nacionais e internacionais.

É preciso convencer as elites preconceituosas de que tão importante quanto isso é você investir recursos orçamentários, mecenatos como os da Lei Rouanet, na criação de pontos de apoio para a cultura mais elementar, assegurando em cada canto do Brasil – ribeirinhos, quilombolas, favela, onde for – o acesso às potencialidades de fruição cultural e de produção, em sentido amplo.

Um bom exemplo é a Teia de Cultura, que é a rede dos Pontos de Cultura, e já aconteceu em Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília. É o momento de celebrar o encontro dos Direitos Humanos e da Cultura, o ambiente é de fusão, fruição. Cada cidadão desde muito cedo é convidado a uma vida cultural produtiva. Do cordel ao candomblé, ao berimbau, a essa diversidade toda.

Devemos considerar também a vida cultural na interface com o direito de exercer a liberdade religiosa. No Brasil, há o pensamento de que existe liberdade religiosa, mas os terreiros de umbanda e candomblé ainda seguem

sendo atacados e discriminados, inclusive por outras igrejas que os consideram como coisa do demônio.

O governo Lula abriu incontáveis caminhos promissores. No entanto, é importante frisar que os avanços na área dos direitos humanos vem de vinte anos para cá. O combate à fome, quase que inteiramente, tem sua institucionalização no período Lula, mas os direitos humanos registram avanços anteriores. As mudanças acumuladas colocam o Brasil num novo patamar, de mais respeito aos direitos humanos e à democracia.

Os bons leitores perceberam que todo discurso e toda a ação do governo Lula projeta a construção de um mundo assentado em profundas ideias de igualdade, liberdade e solidariedade. No entanto, articulações conservadoras buscam anular esses avanços históricos. Todo ataque é no sentido de frear o governo Lula e de não reconhecer os avanços obtidos durante oito anos. Avanços consolidados a partir da proteção e inclusão dos que necessitam de políticas públicas, em contraposição aos padrões depredadores e espoliadores. É evidente que 500 anos de exclusão e de violência não são zerados em oito anos. Temos ainda enormes passivos para serem enfrentados por décadas. Mas os avanços estão já claramente delineados.

Entre os desafios ainda quase intocados, eu destacaria a democratização do direito à comunicação. É lamentável que no oitavo ano de um governo democratizador, nós tenhamos um noticiário de televisão, de rádio, da imprensa escrita, que equivale praticamente a um horário eleitoral gratuito permanente de propaganda a favor das teses da oposição política e partidária. Por exemplo: o PAC é divulgado como se não tivesse saído do papel. Porém, os mesmos noticiários falam das importantes obras de um governador alinhado com seus interesses. Em São Paulo, estão anunciando as reformas na Marginal Tietê, novas estações de metrô, inauguração do Rodoanel como se não incluíssem nenhum investimento do governo federal.

Isso é um desafio muito importante, que não está associado a qualquer ideia de controle sobre a imprensa. A mídia é vista como quarto poder, mas não entra no sistema de controles recíprocos. Defendemos ampla liberdade de organização, mas a distribuição do acesso técnico às ondas, quem sabe, poderia caminhar gradualmente para uma repartição entre três terços delimitados. Um terço para a grande empresa privada, que sendo competente e experiente poderia abocanhar até 90% das audiências e leitores; um terço das possibilidades técnicas de ondas para serviços públicos (os poderes da República); e um terço com a sociedade civil capilarizada, incluindo setores religiosos, sindicatos de trabalhadores, associações, ONGs etc. Isso seria um desejável caminho de democratização, sem qualquer espécie de censura.

É preciso reafirmar a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, assegurando também o direito de acesso para uma esmagadora maioria de pessoas. Recentemente, a presidente da Associação Nacional de Jornais, em um evento na Fecomércio, em São Paulo, falando contra o PNDH-3, disse que os partidos de oposição no Brasil estão muito frágeis e, por isso, os jornais devem assumir o papel da oposição. Isso não é bom para a democracia, porque partido político é bastante diferente de mídia e meios de comunicação. Portanto, como desafio para o futuro próximo, a democratização da comunicação é um dos passivos mais importantes que ficam como meta para a próxima etapa, se conseguirmos garantir em 2010 o prosseguimento das políticas que estão bem estruturadas.

Também não podemos dizer que, no Brasil, o sistema de segurança pública já tenha atingido minimamente os padrões desejáveis de respeito aos direitos humanos. O sistema prisional caracteriza praticamente um colapso, que levou, recentemente, a denúncias na ONU, em Genebra, a respeito do Espírito Santo, com fortes danos à imagem internacional do Brasil. A CPI que investigou a questão durante dois anos não apresentou nenhum estado brasileiro que seja exceção neste tema. O colapso é generalizado. O Espírito Santo é, hoje, a faceta mais terrível, mas há problemas em Rondônia, na Bahia, em São Paulo, há problemas em cada um dos estados. Em contrapartida, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) projeta as políticas necessárias para equacionar os problemas. A mesma lógica vale para a Educação, para a Saúde e outros campos. As políticas estão equacionadas, mas ainda estamos muito longe de declarar que o Brasil já é a nação sonhada, onde as desigualdades e a violência atingiram um patamar mais suportável.

As desigualdades no Brasil seguem ainda com a ostentação de enormes déficits: na melhoria das condições de vida, na má distribuição da renda e da terra, na persistência de preconceitos e discriminações, na falta de acesso e desigualdade de tratamento na Justiça. Estamos cientes de que os desafios são muitos, mas como já disse, construímos bons avanços. O caminho está aberto!

SOBRE OS AUTORES

CIDA ABREU é fundadora e presidente do Movimento de Pesquisa da Cultura Negra de Miracema/RJ. Como assessora da deputada Jurema Batista, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, integrou a coordenação da Comissão de Combate à Discriminação e Preconceito de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional e a etapa estadual para a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), em 2005. Em 2004, integrou o Coletivo Nacional de Combate ao Racismo e a Executiva Estadual do PT. Em 2008, foi eleita Secretária Nacional de Combate ao Racismo do PT (SNCR-PT).

EDSON SANTOS é formado em Administração, foi ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) entre 2008 e 2010. Em 2006, foi eleito deputado federal com 105 mil votos, sendo o negro mais votado do país. Foi vereador por cinco mandatos na cidade do Rio de Janeiro, destacando-se com a autoria do Projeto de Lei do Feriado Zumbi dos Palmares – 20 de Novembro e do monumento em homenagem a João Cândido, o Almirante Negro. Foi dirigente da União Nacional dos Estudantes (UNE) e presidente do Conselho de Moradores da Cidade de Deus.

GERSEN JOSÉ DOS SANTOS LUCIANO BANIWA, natural da aldeia Yaquirana, Terra Indígena Alto Rio Amazonas, é professor indígena bilíngue, graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam) e mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é doutorando em Antropologia Social pela UnB, professor assistente da Ufam, diretor-presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas

(Cinep) e coordenador-geral de Educação Escolar Indígena no Ministério da Educação (MEC). Entre os anos 1980 e 1990, foi dirigente da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Comissão de Professores Indígenas do Amazonas (Copiar), do Conselho Nacional de Educação e da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn).

KABENGELE MUNANGA nasceu na República do Congo e reside no Brasil há 35 anos. É graduado em Antropologia Cultural pela Université Officielle Du Congo à Lubumbashi (1969) e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (USP) (1977). Atualmente é professor titular da Universidade de São Paulo, integra o corpo editorial da Revista África (São Paulo), da Revista Tricontinental/PEC-G (UFPA), da Revista Humanitas (PUC-Campinas) e da Revista Digital Intolerância. Integra, também, o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPPIR), vinculado à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

LAISSY MORIÈRE graduou-se em Ciências Sociais e pós-graduou-se em Planejamento Urbano e Educacional pela Universidade Federal de Goiás (UFG). No Partido dos Trabalhadores (PT), desde 1997 é membro do Diretório Nacional, a partir de 2008 tornou-se Secretária Nacional de Mulheres. Coordena o Grupo de Mulheres do Foro de São Paulo e preside o Mecanismo de Mulheres da Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina (Coppal). Foi militante do Movimento Estudantil, e, no Diretório Estadual do PT em Goiás, participou da Executiva, foi tesoureira, secretária de mulheres e de assuntos institucionais.

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA é presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e pesquisador de carreira do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Ministério da Ciência e Tecnologia. Foi secretário de Articulação Institucional e secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas do Ministério da Cultura (2003-2007). Foi também diretor do Arquivo Público do Estado do Pará (1995-1997) e presidente da Fundação Cultural do Município de Belém (Fumbel) (1998-2002). É graduado em Língua e Literatura Francesa pela Aliança Francesa/Universidade de Nancy (1983) e em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (1987). É mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (1993). Atuou na demarcação das terras indígenas

do alto e médio rio Negro (Amazonas) na década de 1990. Em 2002, foi membro da comissão nacional de programa de governo do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Equipe de Transição Governamental, sendo responsável pelo Ministério da Cultura e pela Funai.

NILCÉA FREIRE graduou-se em Medicina, fez pós-graduação e residência médica na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UERJ). É mestre em Zoologia no Museu Nacional da UFRJ. Foi ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e preside o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Integra como delegada brasileira a Conferência Regional sobre a Mulher Latino-americana e Caribenha (Cepal/ONU) e a Comissão Interamericana de Mulheres (OEA). Na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), entre os anos 1990 e 2003, foi professora na Faculdade de Ciências Médicas, assessora da sub-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, diretora de Planejamento e Orçamento da Universidade, vice-reitora e reitora. Quando reitora, viveu a experiência pioneira da implantação do sistema de cotas para alunos das escolas públicas e afrodescendentes.

NILMÁRIO MIRANDA é presidente da Fundação Perseu Abramo. Graduiu-se em Jornalismo e é mestre em Ciência Política. Nos anos 1970 lutou contra a ditadura militar, foi preso político. Entre 1976 e 1982, trabalhou no Jornal dos Bairros e nos sindicatos dos Bancários e dos Metalúrgicos de Betim. Em 1980 filiou-se ao Partido dos Trabalhadores (PT), foi deputado estadual (1986-1990) e liderou a bancada do PT na Constituinte Estadual. Como deputado federal (por três vezes, 1990 a 2002) presidiu a Comissão Externa para os Mortos e Desaparecidos Políticos e elaborou o projeto que criou a Comissão de Direitos Humanos (da qual foi presidente entre 1995 e 1999). Entre 2003 e 2005, foi ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Foi presidente do PT Municipal de Belo Horizonte (1999-2001), do PT Estadual de Minas Gerais (2005-2007) e integrou a Comissão Executiva e o Diretório Nacional. É autor de livros como *Dos filhos deste solo* (Editora Fundação Perseu Abramo/Editora Boitempo, junto com Carlos Tibúrcio), *Por que Direitos Humanos* (Autêntica, 2006) e *Teófilo Ottoni, a República e a utopia do Mucuri* (Casa Amarela, 2007), entre outros.

PAULO VANNUCHI foi ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de 2005 a 2010. Nasceu em São Joaquim da Barra

(SP), formado em Jornalismo e mestre em Ciência Política, sempre pela Universidade de São Paulo (USP), onde também cursou dois anos de Medicina. Foi preso político entre 1971 e 1976. Participou do projeto que gerou o livro *Brasil: nunca mais*, coordenado por Dom Paulo Evaristo Arns de 1979 a 1985. Como assessor político, contribuiu no processo de construção do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), trabalhando profissionalmente desde 1985 no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Foi assessor na Câmara Municipal de São Paulo durante 21 anos e desenvolveu atividades de formação política, tanto no Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, como no Instituto Cajamar (Inca). Participou, em 1990, da fundação do Governo Paralelo, depois Instituto Cidadania, dirigido por Luiz Inácio Lula da Silva. Teve diferentes funções e coordenou programas nesse instituto, até ser nomeado ministro. Trabalhou nas várias eleições disputadas por Lula, para deputado, governador e presidente, integrando a coordenação nacional da campanha nas disputas presidenciais de 1994 a 2002.

TATAU GODINHO é mestre em Sociologia e doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP), atua no movimento de mulheres desde o início dos anos 1980, integra o Fórum de Mulheres Políticas do Cone Sul. Entre 1987 e 1997, coordenou a Secretaria Nacional de Mulheres do PT, participando como membro da Direção Estadual de São Paulo e da Executiva Nacional. Foi titular da Coordenadoria Especial da Mulher da Prefeitura de São Paulo (2001 a 2004) e subsecretária de Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2005. Atualmente, trabalha na assessoria coletiva da bancada do PT na Assembleia Legislativa de São Paulo e integra o Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MATILDE RIBEIRO é graduada em Serviço Social, mestre em Psicologia Social e doutoranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Desde 1984 é militante do Partido dos Trabalhadores (PT) e do movimento negro e feminista. Entre 2003 e 2008, foi ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e presidente do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPiR). Entre os anos 1987 e 2001, foi assessora dos Direitos da Mulher na prefeitura de Santo André; coordenadora do Programa Relações de Gênero do Instituto Cajamar (Inca) e integrante da equipe da Sempreviva Organização Feminista (SOF). Em 2002, integrou a coordenação da Campanha Lula Presidente e coordenou a elaboração do Caderno Brasil sem racismo. Integrou, também, o governo de transição FHC-Lula em 2002/2003. Atualmente é assessora do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (SMABC), integrante de conselhos da Revista Estudos Feministas (REF), Revista de Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Associação do Museu Afro Brasil (Ibirapuera/SP).

ELÓI ALFREDO PIETÁ é vice-presidente da Fundação Perseu Abramo desde 2008. Foi duas vezes membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), prefeito da cidade de Guarulhos (entre 2001 e 2008), vice-presidente de relações internacionais da Frente Nacional de Prefeitos (2006 a 2008). Foi deputado estadual em São Paulo (entre 1991 e 2000) e vereador em Guarulhos-SP (entre 1983 e 1990). Foi militante de movimentos sociais, professor de Língua Portuguesa e atuou como advogado.

O livro *Direitos humanos como direitos de todos, sem exceção* foi impresso pela Cromosete para a Editora Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 1.000 exemplares. O texto foi composto em Berkley no corpo 11/13,2. A capa foi impressa em papel Supremo 250g; o miolo foi impresso em papel pólen soft 80g.